

Ever Antonio Arrieta Solano

2º Ciclo de Estudos em Mestrado em História, Relações Internacionais e
Cooperação

RELATÓRIO DE ESTÁGIO

Filme Documentário sobre os Imigrantes dos PALOP no Grande do Porto

Setembro de 2013

Orientadora: Professora Doutora Isabel Galhano

Orientador Externo: Professor Doutor Maciel Morais Santos

Classificação: Ciclo de estudos:

Dissertação/relatório/Projeto/IPP:

Versão definitiva

“Desde siempre, las mariposas y las golondrinas y los flamencos vuelan huyendo del frío, año tras año, y nadan las ballenas en busca de otra mar y los salmones y las truchas en busca de su río. Ellos viajan miles de leguas, por los libres caminos del aire y del agua.

No son libres, en cambio, los caminos del éxodo humano.

En inmensas caravanas, marchan los fugitivos de la vida imposible.

Viajan desde el sur hacia el norte y desde el sol naciente hacia el poniente.

Les han robado su lugar en el mundo. Han sido despojados de sus trabajos y sus tierras. Muchos huyen de las guerras, pero muchos más huyen de los salarios exterminados y de los suelos arrasados.

Los náufragos de la globalización peregrinan inventando caminos, queriendo casa, golpeando puertas: las puertas que se abren, mágicamente, al paso del dinero, se cierran en sus narices. Algunos consiguen colarse. Otros son cadáveres que la mar entrega a las orillas prohibidas, o cuerpos sin nombre que yacen bajo la tierra en el otro mundo adonde querían llegar.”

Eduardo Hughes Galeano

AGRADECIMENTOS

Expresso aqui a minha gratidão a todos aqueles que contribuíram para que este projeto fosse realizado.

À Professora Doutora Isabel Galhano pela sua disposição e ajuda para me guiar durante o percurso do projeto.

Ao Professor Doutor Maciel Santos por haver confiado em mim para à realização do projeto.

Ao Doutor Jorge Ribeiro pela sua ajuda e guia.

Ao corpo de professores do Mestrado em História, Relações Internacionais e Cooperação por ter partilhado comigo e os meus colegas de mestrado seu conhecimento.

À Madalina Gherman pela sua disposição e ajuda.

A Artemisa Ferreira, pela sua grande ajuda.

A todas essas pessoas quem colaboraram de uma forma ou outra para que eu conseguira continuar com os meus projetos e sonhos.

A todos aqueles que formaram parte do projeto e abriram as portas da sua vida e partilharam-na.

A Bodil Blix, minha grande amiga.

A minha mãe, uma vida de sacrifício por amor, sem ela, eu não seria nada.

Resumo

O presente relatório consiste na descrição das atividades desenvolvidas durante o período de estágio realizado no Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto (CEAUP). Neste relatório são abordados os principais temas e contextos relativos ao trabalho de produção de um filme documental baseado em entrevistas, centrados na temática das migrações dos PALOP no Grande Porto. O relatório está organizado em várias secções, abordando, no possível, todos os aspetos essenciais do trabalho desenvolvido. Em primeiro lugar, na introdução apresentam-se os objetivos do relatório e a organização do mesmo. A segunda e terceira parte consistem na apresentação dos aspetos teóricos relacionados com o trabalho realizado. Uma quarta parte corresponde à apresentação e descrição da metodologia do projeto e das atividades realizadas durante o período de estágio. Por último, apresenta-se a conclusão, seguida de um pequeno apartado de anexos.

Palavras-chave: Migração, imigração africana, imigração em Portugal, produção audiovisual, filme documental, estudos africanos, integração, discriminação.

Índice

AGRADECIMENTOS	III
RESUMO.....	IV
ÍNDICE DE TABELAS.....	VII
SIGLAS	VIII
INTRODUÇÃO	1
APRESENTAÇÃO.....	1
1. OBJETIVOS	1
2. ORGANIZAÇÃO.....	2
PARTE I. QUESTÕES TEÓRICAS.....	4
CAPÍTULO I. O TRABALHO AUDIOVISUAL.....	4
1. <i>As Imagens e o Realizador</i>	4
2. <i>O trabalho com as Fontes Vivas</i>	10
3. <i>O Filme Documentário</i>	10
CAPÍTULO II. A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE	12
1. <i>A Identidade</i>	12
2. <i>A Aculturação, Etnicidade e Língua</i>	15
CAPÍTULO III. MIGRAÇÃO	19
1. <i>Abordagens Teóricas</i>	19
PARTE II. A IMIGRAÇÃO EM PORTUGAL DOS PALOP: DE 1970 ATÉ A ATUALIDADE	31
CAPÍTULO I. FASES DA IMIGRAÇÃO EM PORTUGAL.....	31
1. <i>Primeira Fase</i>	32
2. <i>Segunda Fase</i>	33
3. <i>Terceira Fase</i>	34
4. <i>Migração em Portugal: Primeiros anos do Século XXI</i>	35
CAPÍTULO II. IMIGRAÇÃO E GÉNERO EM PORTUGAL	39
CAPÍTULO III. IMIGRAÇÃO: SITUAÇÕES DE MARGINALIZAÇÃO E DISCRIMINAÇÃO.....	43
1. <i>Estado da Questão</i>	43
2. <i>A Resposta do Estado Português</i>	44
CAPÍTULO IV. IMIGRAÇÃO E INTEGRAÇÃO	46
1. <i>Políticas de Integração dos Imigrantes em Europa e Portugal</i>	46
2. <i>A Integração de Imigrantes e a Ação do Estado Português</i>	48
3. <i>Integração e Políticas de Atração de Imigrantes em Portugal</i>	51
CAPÍTULO V. IMIGRAÇÃO EMPREGO EM PORTUGAL.....	54
PARTE III. O PROJETO DE ESTÁGIO	56
CAPÍTULO I. INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO	56
1. <i>O CEAUP como Instituição de Acolhimento</i>	59
2. <i>O Projeto de Estágio</i>	61
CAPÍTULO II. METODOLOGIA DO PROJETO DE ESTÁGIO	64
1. <i>Programa do Projeto de Estágio</i>	64
2. <i>Entrevistados</i>	66
CAPÍTULO III. AS GRAVAÇÕES	73
1. <i>Reuniões precedentes às gravações</i>	73

2.	<i>Planificação dos Temas das Entrevistas</i>	75
3.	<i>Realização das entrevistas</i>	78
CAPÍTULO IV. ORGANIZAÇÃO TEMÁTICA DAS ENTREVISTAS COM OS IMIGRANTES DOS PALOP		83
1.	<i>Imigração e Emprego</i>	83
2.	<i>Imigração e Género</i>	87
3.	<i>Discriminação, Estereótipos, Preconceitos e Racismo</i>	89
4.	<i>Imigração: Identidade e Integração</i>	93
CAPÍTULO V. A FINALIZAÇÃO DO FILME DOCUMENTÁRIO		96
1.	<i>A Edição</i>	96
2.	<i>O Título do Filme Documentário</i>	97
CONCLUSÕES		98
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS		99
ANEXO		105

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1.....	64
Tabela 2.....	66
Tabela 3.....	67
Tabela 4.....	71
Tabela 5.....	78
Tabela 6.....	80

SIGLAS

ACIDI: Alto Comissariado para a Imigração e o Diálogo Intercultural

CEAUP: Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto

CICDR: Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial

IEFP: Instituto de Emprego e Formação Profissional

INE: Instituto Nacional de Estatística

FCT: Fundação para a Ciência e a Tecnologia

MHRIC: Mestrado em História, Relações Internacionais e Cooperação

OCDE: Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico

PALOP: Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa.

PEI: Projeto de Promoção do Empreendedorismo Imigrante

PII: Plano para a Integração de Imigrantes

II PII: Segundo Plano para a Integração de Imigrantes

SEF: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

INTRODUÇÃO

Apresentação

O presente relatório consiste na apresentação das atividades realizadas no âmbito do projeto de estágio do curso de Mestrado em História, Relações Internacionais e Cooperação ministrado na Faculdade de Letras da Universidade do Porto do período 2012/2013.

O conteúdo deste relatório é relativo ao trabalho realizado no Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, que consistiu na elaboração de um trabalho audiovisual, mais concretamente, na produção de um filme documentário sobre a imigração dos PALOP na Cidade do Porto.

O trabalho realizou-se durante entre Novembro de 2012 e Agosto de 2013. Esteve dividido em várias etapas, de trabalho de campo e de edição e montagem do produto final. O trabalho de campo requereu a participação de fontes vivas, ou seja de imigrantes africanos residentes no Grande Porto quem viriam a ser os protagonistas do filme.

1. Objetivos

1.1. Este relatório tem como objetivo geral descrever o trabalho desenvolvido durante o estágio no Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, tomando consideração das especificidades de dito trabalho.

1.2. Como objetivos secundários, o seguinte relatório pretende explorar, ilustrar e descrever o processo de produção do filme documentário realizado durante o período de estágio.

2. Organização

O relatório encontra-se organizado em vários capítulos, de forma a abranger todos os aspetos relevantes para a realização do projeto de estágio. Compreende não só uma fundamentação teórica inerente à metodologia do trabalho desenvolvido, uma parte histórica, relativa à temática abordada, e uma parte de descrição do trabalho realizado durante o período de estágio.

- 3.1. No primeiro capítulo, apresentaram-se as questões conceptuais pertinentes para o formato audiovisual, no âmbito do trabalho académico considerando a uso da imagem neste contexto em que o realizador é sujeito e construtor, assim como outros fatores inerentes ao trabalho audiovisual. Este capítulo refere-se também ao filme documentário como uma criação construída com interesses específicos e tendências implícitas na sua produção.
- 3.2. No segundo capítulo, serão abordados os conceitos e processos relacionados com a imigração, como de construção da identidade, de etnicidade, os processos de aculturação e o papel da língua, dentro de uma dinâmica ativa, que está em constante mudança.
- 3.3. Numa terceiro capítulo, serão apresentados os aspetos teóricos relativos às migrações e à imigração, enquadrado sobre a imigração dos indivíduos dos PALOP em Portugal; referir-se também as dinâmicas que envolvem as migrações, por exemplo o transnacionalismo e as redes migratórias. Segue-se com uma abordagem de questões como a discriminação, criação de estereótipos, preconceitos e sistemas de crença, no contexto da imigração.
- 3.4. Na segunda parte, será tratado, numa perspetiva histórica, o tema da imigração em Portugal, nomeadamente dos PALOP, desde os anos 70, cobrindo as diferentes fases da mesma até os primeiros anos do século XXI. Tratam-se aspetos como políticas migratórias, género e imigração em Portugal, demografia dos PALOP nos últimos anos, e o empreendedorismo como forma de sobrevivência. Questões específicas como integração, discriminação e o papel do Estado Português serão descritos, resumidamente descritas, neste capítulo.
- 3.5. Na terceira parte, será tratado o que se refere ao trabalho de estágio. Desde a descrição da instituição de acolhimento, até os motivos para o desenvolvimento do projeto de estágio passando pelas diferentes fases do projeto. Apresenta-se também, a metodologia de ação, as especificações dos processos de planificação do trabalho de campo e da produção do filme

documentário, que envolveu a identificação e a escolha dos imigrantes a entrevistar, e a elaboração da entrevista. Seguidamente, diversos temas inseridos no projeto (relacionados com aqueles apresentados na parte teórica do relatório), com uma breve ilustração e algumas das respostas que foram partilhadas durante as entrevistas e formaram parte do filme documentário, assim como uma seção referente à edição do filme.

3.6. Por último, apresentam-se as conclusões mais pertinentes sobre o trabalho desenvolvido.

PARTE I. QUESTÕES TEÓRICAS

Capítulo I. A Trabalho Audiovisual

1. As Imagens e o Realizador

O realizador e a forma na qual apresentam-se as imagens formam uma parte importante do trabalho audiovisual. Nas seguintes secções deste capítulo abordam-se os temas relacionados com estes aspetos, assim como a sua relação com os entrevistados.

1.1. O Uso da Imagem e o Trabalho Académico

A utilização de imagens, com a aproximação as “fontes vivas”, aos migrantes, permite não só observar, mas também chegar, de certa forma, a compreender parte da sua realidade. Isto permite uma apresentação desta realidade de uma forma limitada do que a escrita. Isso não significa que exista maior validade do que no trabalho escrito ou na pesquisa teórica, mas é simplesmente uma forma diferente de aproximação à realidade.

Deve-se começar por afirmar que o filme não pode tomar o lugar da escrita científica. Para Macdougall (1978), o trabalho do académico do científico social (o autor refere-se neste caso ao antropólogo) pode ser beneficiado pelo uso da imagem, embora esta não possa ser vista como mais importante para realizar uma pesquisa, do mesmo modo que o trabalho escrito, teórico, também tem suas próprias limitações (Macdougall 1978, 424). As imagens fílmicas podem assim formar parte do trabalho académico, como uma estratégia de pesquisa ou de produção de

conteúdo, de modo a não limitar este trabalho ao âmbito da escrita quando se está a trabalhar com pessoas. No entanto, a academia ainda comunica os resultados dos seus estudos através da forma escrita, numa era em que a comunicação digital tem facilitado a viragem do texto para a imagem na esfera pública (Postma e Crawford 2006, 1). Uma diferença entre o uso da imagem e da escrita é que, nesta última, apresentam-se conclusões de uma forma proporcional (linear, dependendo das hipóteses e argumentações da pesquisa específica), enquanto no trabalho com filme não se apresentam, ou pelo menos não é seu objetivo, conclusões sobre o conteúdo. O que o filme faz é apresentar eventos e situações sugerindo as causas que existem por detrás destes, e suas ramificações (Macdougall 2006, 239).

Além disso, a pesquisa visual pode ser uma ferramenta, uma técnica nas ciências sociais, bem no entanto significar que deva de ser utilizada em toda pesquisa, atendendo a que o seu uso pode ser mais apropriado num contexto específico do que noutra (Banks 2001, 177)

Historicamente, dentro da antropologia por exemplo, o uso de imagens, fotografia ou vídeo era reservado apenas para descrever ou ilustrar o trabalho científico baseado na escrita. A imagem não tinha um valor científico próprio, pois, como afirma Ruby (1975), o filme guarda informação que chega de duas fontes: da cultura de quem o faz (realizador) e da cultura do sujeito (Ruby 1975, 105), e estas fontes estão carregadas de uma subjetividade, que pode alterar os critérios de validade que existem na produção científica e académica.

Isto abre as portas para uma dualidade na qual o mundo do investigador e o sujeito no trabalho qualitativo visual se fundem. Segundo Pink (2008), quem investiga (na etnografia visual), encontra-se numa dupla situação contextual. Por um lado, tem um espaço ou lugar no qual habita, mas, por outro lado, investiga de um outro lugar (o espaço do outro indivíduo). Para a autora, os cientistas sociais já estão alocados (*emplaced*), mas procuram compreender a alocação (*emplacement*) dos outros. Os “lugares” nos quais habitam são continuamente reconstituídos como consequência das suas práticas, experimentados de diversas formas conforme de quem os experimenta. Conforme as relações e contextos de poder ou práticas políticas. As representações audiovisuais oferecem, sugere Pink, possibilidades de um indivíduo se imaginar nos lugares que os “outros” ocupam e as sensações que eles vivem (sentem), ainda que lhe seja impossível ter as mesmas sensações ou compreender as narrativas locais, culturais ou biográficas destes “outros” (Pink 2008).

Por sua vez, realizar um filme, neste caso documentar uma entrevista e fazer uma composição, requer uma observação. O filme, diferentemente da escrita, sugere Macdougall, precede o pensamento. O filme regista o processo de querer olhar para algo com certo interesse: *“In many respects filming, unlike writing, precedes thinking. It registers the process of looking with a certain interest, certain will.”* (Macdougall 2006, 6–7).

1.2. O Papel do Realizador Audiovisual

O trabalho que se realiza tem um objetivo. As imagens produzidas devem dizer algo. A tarefa do realizador é poder dirigir ao espectador para esses aspetos dentro de uma cena, aspetos que possam fazer com que o espectador compreenda particularidades de uma temática, de uma situação social e de eventos específicos que são apresentados no filme. Se a realização do trabalho fosse simplesmente copiar literalmente (com essa intenção) a realidade, fazer filmes (no âmbito académico) não teria nenhum sentido: *“There is no point in making films if they are mere replicas of what one has witnessed; they must be both less (selective for a purpose) and more (providing an analysis, expressing an attitude).”* (Macdougall 2006, 41)

Portanto, dentro da tarefa de produção de um documentário, no qual elementos visuais entram em jogo, existe todo o trabalho de construir uma temática que possa ser expressa por um lado e compreendida de outro lado. Um exemplo disto tem a ver com o trabalho não só no momento de realizar a entrevista - , saber o que se vai, perguntar, saber como falar, mas também das fases de produção e pós-produção - escolher os elementos que constroem esse tema. Pretende-se que o espectador possa apreender algo a partir do produto audiovisual. Este é o trabalho do realizador (diretor, investigador, editor, etc.).

O contexto tem uma importância maior para poder conseguir construir a temática, pois esta baseia-se numa realidade. Mas, como se assinalou atrás, não se trata de uma reprodução da realidade, mas sim de uma seleção situacional de acordo com um tema. Um exemplo disto é seleccionar, a partir de critérios específicos, aquelas perguntas que sejam pertinentes com a situação que vivem os imigrantes numa sociedade específica, considerando o donde estão eles,

os problemas que surgem pela própria natureza de sua situação como imigrantes, seguindo os objetivos do documentário.

1.2.1. As Imagens e o Contexto

As imagens, dentro de qualquer ambiente sociocultural, apresentam significados, mas estes significados dependem do contexto assim como de quem e com as vê. Não existe, assim, uma linguagem universal que possa permitir uma leitura simbólica e imagística, e que seja transcendente e estática. O significado é dado pelo contexto, assim como a forma de ler as imagens depende do contexto do leitor (espectador). Porque, as imagens são objetos carregados do valor simbólico derivado da comunicação entre seres humanos através das suas relações sociais (Banks 2001, 10). o significado que lhes é atribuído dependerá sempre da subjetividade do observador.

Desta forma, o uso de formas visuais depende do nível de compreensão social, da capacidade para utilizar a visualidade para expressar o que acontece socialmente (Banks 2001, 44). Neste caso, é evidente que se torna necessário realizar uma pesquisa prévia sobre o tema, mas é também indispensável conhecer aqueles que vão formar parte do filme. Estes elementos são necessários para poder refletir com propriedade sobre o que se pretende “falar”, e isso é a tarefa do realizador.

1.2.2. A Representação

A fotografia (imagem), não é simplesmente a representação de uma pessoa. É também a representação de uma representação, das qualidades ou ações ou do conhecimento associado à pessoa representada (Banks 2001, 50). O mesmo acontece com a realização audiovisual. Esta representação é simbólica, e seu simbolismo obedece às representações sociais, mesmo que estas

tenham de ser partilhadas nos seus códigos ou significados com os indivíduos com quem são usadas (Banks 2001, 50).

A realidade não pretende estar inscrita na sua totalidade dentro do aparelho audiovisual. Mas um registo fílmico, não sendo ainda o objeto ou “realidade” que representa, precisamente pela sua natureza imagística, partilha na sua realidade algo do que representa numa forma que o trabalho escrito não consegue. Oferece mais possibilidades, entre elas, por exemplo, a de preservação (Macdougall 1978, 408–409). Mas a simples seleção do conteúdo, sejam sujeitos, formas, lugares, etc., num determinado enquadramento, implica, no contexto fotográfico (que também se aplica ao âmbito fílmico), uma forma ativa de descrever ou de julgar algo. Assim mesmo pode deixar de parte, quer por falta de uma visão total de quem faz o enquadramento, quer porque ao fazer este enquadramento, certos aspetos de modo a realçar um efeito dramático ou argumentativo. No entanto, o enquadramento não é somente redutor no que diz respeito a certos elementos; ele também pode aumentar certos aspetos para que possam ser vistos de uma forma mais próxima (Macdougall 2006, 3–4).

O ter de justificar o uso dos meios audiovisuais para “compreender” uma realidade leva à necessidade de se compreender, também, a composição destes meios. No caso da imagem, deverá ter-se em conta um espaço narrativo interno e outro externo. O primeiro, refere-se àquilo que a imagem representa, isto é, ao seu conteúdo. O segundo, refere-se à sua construção como imagem (Quem a fez? Porque a fez? A que corresponde de facto esta imagem? Porque existe? Qual é a sua história? etc.) (Banks 2001, 114).

Assim, os interesses do realizador e sua relação com os sujeitos do documentário podem ser analisados com base nas escolhas representativas feitas:

“Shifts between different points of view, different degrees of proximity, and movement within the shoot all serve as indicators of the filmmaker’s relationship to the subject, intellectually, physically, and emotionally.”(Macdougall 2006, 242)

O realizador (ou investigador) não deve subestimar o conhecimento da realidade daqueles que vão ser parte do seu trabalho audiovisual. As pessoas que são sujeitos, motivos ou alvos de pesquisa, os quais formam parte, através de cooperação, na realização de uma pesquisa ou trabalho de ciências sociais, sabem mais do que o próprio investigador sobre o contexto e

realidade na qual estão inscritos. O investigador não pode prever todas as variáveis, da mesma forma que a pesquisa social não é simplesmente uma recolha de dados (Banks 2001, 178–179). O visual não é o alvo. Existe toda uma relação íntima entre esse trabalho visual e as relações humanas que constroem uma narrativa. Trata-se de um serie de relações codificadas no visual, utilizando os conhecimentos prévios do investigador ou realizador para expressar como certos parâmetros ou realidades culturais permeiam e formam a realidade social (Macdougall 2006, 221). A realização da montagem (edição) é uma prova disto. Não são só imagens, mas sim a procura de uma forma de expressar tanto o que está dentro das imagens apresentadas, como aquilo que leva o realizador a produzi-las. Isto implica que não só há ações no filme (expressas por aquilo que acontece dentro deste), mas também ações que levam à sua realização. Este aspeto pode ainda ser abordado a partir de uma orientação cognitiva, como é o caso de Nijland (2006), que considera que representar ou fazer tem um impacto importante na identificação cultural dos indivíduos de um grupo. A perceção visual e a experiência do fazer parte de uma ação cultural são constituintes do pensamento humano. Por isso mesmo, participar e observar são práticas importantes no estudo científico social (antropológico) (Nijland 2006, 40–41). Para além disto, a perceção visual está relacionada com o uso de meios tecnológicos, como o vídeo, como ferramentas importantes para o trabalho de campo.

No entanto, ainda que o uso da imagem no âmbito da investigação qualitativa possa chegar a ser um fator importante, é preciso estar-se bem esclarecido sobre a forma como esta é usada. Por um lado, por exemplo, na fotografia, existe a ideia de que as fotografias podem ser vistas quer como trabalho artístico que representa as preocupações próprias do fotógrafo/artista, quer como registos pensados para reproduzir a realidade por meio do uso da câmara. O problema destas conceções é que o significado da imagem fotográfica deixa de existir a partir do momento em que é enquadrado dentro da própria imagem. Por outras palavras, a imagem acaba por ser um recipiente de qual os espectadores retiram, de forma passiva, um significado. Neste caso, o espectador não tem maior peso na construção de sentido sobre o que a imagem representa (Schwartz 1989, 120). Mas, como se assinalou atrás, existe uma relação entre o realizador, o sujeito e o meio audiovisual (imagens) que se ajustam no trabalho de produção de um documentário.

2. O trabalho com as Fontes Vivas

Trabalhar com fontes vivas, com as pessoas, implica também manter uma ética de trabalho de campo durante a produção audiovisual (Koehler 2012). Neste caso, saber quando e que coisas perguntar, durante o convívio com os entrevistados, falar com eles, integrar, não simplesmente utilizar a situação em proveito da realização do trabalho, mas experimentar compreender seu próprio enfoque das coisas sem cair numa exploração da sua situação. Uma forma de realizar um trabalho documental, mas ao mesmo tempo, elevar este trabalho a um nível científico e acadêmico, de forma a não ser simplesmente informativo, mantendo uma ética baseada no respeito pelos sujeitos entrevistados (Koehler 2012). Espera-se desses sujeitos o uso da sua memória autobiográfica, ou seja, a memória que abrange a recordação de experiências pessoais significativas, o autoconhecimento, sendo, conseqüentemente crítica para o bem-estar da identidade pessoal e psicológica (Wang 2011, 2011). Segundo este autor, a memória atravessa os domínios neuro-cognitivos a partir de uma perspectiva cultural, e transcende até aos contextos sociais e culturais.

As fontes vivas recolhidas no âmbito do presente trabalho são, assim, recursos de depoimentos sobre o tema da migração. Sendo o trabalho audiovisual feito para ser observado, é passível de ser diferentemente analisado ou interpretado pelos elementos da assistência; mesmo assim, guarda uma relação com quem nele é representado, com a audiência, e com quem o tem produzido, o realizador.

3. O Filme Documentário

O documentário é feito a partir de um contexto e envolve uma forma de construção poética (a qual pode ser analisada esteticamente na sua composição, função e efeitos). Neste contexto, o estímulo para construir e realizar é inerente a condições e interesses específicos. Renov (1993) afirma que existe um peso político sobre as forças que desenvolvem este tipo de construções

poéticas (Renov 1993, 18–19). Este autor divide, de forma não exclusiva nem excludente, as tendências dentro da prática do filme documentário. Estas são parte do que este autor considera como princípios de construção, função e efeito inerentes a este tipo de produção audiovisual. Estas tendências são:

1. Registrar, revelar e preservar: neste caso, trata-se de preservar material sobre uma “realidade”. É uma procura do autêntico. Mas, além da necessidade de preservação da realidade, a autenticidade do conteúdo é historicamente variável. O filme não é a realidade, é uma interpretação da mesma, desde os sujeitos que formam parte do mundo documentado até às composições técnicas (ângulos de filmagem, enquadramento, luz, etc.); da própria construção por parte do autor/criador (quem desta forma faz uma historiografia), até também à inclusão do espectador. A imagem funciona como evidência e como forma de dar mostra das produções de realidade, de uma realidade específica (interpretada e representada).
2. Persuadir ou promover: como uma ferramenta para dar estimular e desenvolver certos alvos (que representam interesses específicos), entre os quais podem inscrever-se a venda de produtos ou valores, o apoio a causas sociais, podendo ser veículo de consolidação de identidades sub-culturais.
3. Analisar ou questionar: responde à necessidade de organizar e interpretar eventos sociais. O filme documental é um meio de o conseguir O questionamento prende-se com a ideia de manter o documentário como produto histórico. Existe esta necessidade de relacionar um questionamento de certo tipo com o filme documentário, por este estar mas ligado a uma realidade. Entre as suas funções, desta tendência, estão as de conseguir que o espectador seja ativo, que questione a “realidade” representada, que o filme seja uma ferramenta, e mostrar sua ligação com a realidade. Refere-se a: “desafiar e ativar audiências, ainda no processo de *entretenimento*”. Esta é uma das mais importantes contribuições do filme documentário.
4. Expressar: a função estética, conciliar uma “realidade” reproduzida e o acionar inventivo do autor. Portanto, a sua construção não é neutra, mas é artística. Evocar repostas emotivas, fazer com que a assistência sinta “prazer”, não significa que os aspetos formais, os alvos, ou os motivos principais sejam excludentes num filme documentário.

Para um melhor entendimento de vários aspetos que aqui foram e serão ainda tratados e que se prendem com a relação entre os indivíduos de grupos distintos, sobretudo com o que tanto dá um sentido de pertença de um indivíduo a um grupo, como o que caracteriza a sua própria individualidade, convém fazer uma breve abordagem do que se entende por identidade. Este conceito está também estreitamente relacionado com o contexto de migração, sobretudo com os aspetos relativos à integração ou não-integração do migrante num novo contexto. Aspetos estes que estão em jogo no contexto específico das filmagens deste trabalho.

Capítulo II. A Construção da Identidade

1. A Identidade e Aculturação

A identidade é muito mais do que um conjunto de características que distinguem um indivíduo dos restantes indivíduos de um grupo, ou que distinguem um grupo de outro. Pode ser vista simplesmente como um elemento estático, essencialista, criado desde uma posição específica e na qual o contexto discursivo do sujeito é importante, e também é estratégico. Hall (2000) afirma que não há uma essência, um verdadeiro nem pré-social “ser” (*self*), senão que as identidades são constituídas através das posições do sujeito; que estas identidades são construídas dentro do discurso, e práticas (Redman 2000, 09–10). A sua constituição faz-se através da diferença (em referência à Derrida), e o impacto do “Outro” (*the Other*) é um fator importante para Hall na existência das mesmas, dentro de jogos de poder e devem ser entendidas dentro de formações discursivas específicas (Hall 2000, 17). É importante a ideia de que os outros formam parte da construção que nós fazemos de nós mesmos. A identidade, como identificação, não é algo que acontece de uma vez e permanece nesse estado. O próprio Hall, pela sua experiência, e a partir

de uma perspectiva específica, como imigrante, coloca a ênfase na questão de como o “ser” manifesta-se de novas formas significativas em relação à alteridade e, como o que um indivíduo pensa é sua identidade, muda frente aos diversos contextos. O se saber negro, por exemplo, no momento no qual o indivíduo é etiquetado como tal, fora do contexto espacial no qual o ser negro não era uma categoria que tinha significado, e algo que só o obtém com esta alteridade (Hall 2013).

Sobre a construção da identidade, Godinho (2010) diz:

“Entre propostas que visam a existência de identidades essencialistas e predeterminadas e concepções do indivíduo fragmentado, parece sobrar espaço para análises intermédias que entendem a construção da identidade enquanto processo flexível e dinâmico, ao qual estão inerentes permanentes transformações... ...A identidade, não sendo determinada à nascença por fatores exógenos, é socialmente construída ao longo da vida do indivíduo e, como tal, múltipla.” (Godinho 2010, 15–16)

No âmbito da identidade nacional, Hall (1996) refere-se também a identidade não é algo com o que os indivíduos nasceram, mas sim algo que é formado e transformado com estreita relação com as representações. Os indivíduos não só são cidadãos de uma nação, mas também participam da ideia da mesma representada na sua cultura nacional, a qual, a sua vez, é um discurso, uma narrativa, uma forma de criar significados. A identidade nacional, segundo este autor, esta conformada em concordância com a tese de Benedict Anderson (1991), sobre as comunidades imaginadas (Hall 1996). Isto é, uma comunidade imaginada (imagined community) da qual seus membros sentem-se que formar parte, construída sobre a narrativa da nação (narrative of the nation), que é contada e recontada no tempo, através de diversos meios, e que é compartilhada pelos membros desta comunidade imaginada (Anderson 1991).

No caso dos imigrantes, estes têm de organizar e reorganizar sua identidade ao estar ingressar numa sociedade nova, com regras e práticas culturais diferentes. A língua, os valores religiosos, as relações comunitárias e outras dinâmicas da sociedade de acolhimento estimulam uma reinvenção da identidade (Rea e Tripiet 2008a, 9).

Por exemplo, quando se está a viver entre duas culturas a identidade é vista como controversa, o que pode provocar problemas de integração nos jovens. A segunda geração, ser filho de imigrantes, muitas vezes implica o não reconhecimento da trajetória de vida dos filhos, mas sinónimo da reprodução da vida dos pais (Ferreira 2008).

Toda esta dinâmica sociocultural, e de reprodução e reinvenção de identidades mostra-se com maior força nas sociedades nas quais migrantes de diversas regiões se encontram. Segundo Berry (1997) muitas sociedades, como resultado da imigração, caracterizam-se por serem culturalmente plurais (*culturally plural*). Estas sociedades são, assim, constituídas por diversos grupos, os quais não são iguais em termos de poder. Estes grupos culturais (*cultural groups*), portanto, podem ser dominantes ou não-dominantes. De acordo com este autor, os grupos culturais tem uma variedade que depende de três fatores: voluntariedade, mobilidade e permanência. Mas a pergunta sobre o como vai decorrer o processo de aculturação emerge. São duas orientações contraditórias as que aparecem: a conservação cultural (dá-se mais valor conservação da própria identidade?) ou o contato e a participação (é considerado importante manter relações com a sociedade de acolhimento?). As alternativas estratégicas (de uma a perspectiva do grupo não dominante) são as da assimilação (manter relações com o grupo dominante e não conservar a identidade do grupo originário/não dominante), separação (não manter relações com o grupo dominante, ao tempo de manter a própria identidade), integração (manter a própria identidade e ter relações com a sociedade de acolhimento). Uma quarta estratégia é a da marginalização (a qual deriva-se dos intentos de assimilação forçada por parte da sociedade de acolhimento ou grupo dominante, combinada com a exclusão forçada ou segregação). Neste caso, se o grupo não-dominante considera importante, ou de valor, conservar sua identidade, e também manter relações com a sociedade de acolhimento, à estratégia a seguir é a de “integração” (Berry 1997, 10).

2. A Aculturação, Etnicidade e Língua

Embora o conceito de aculturação já tenha sido alvo de discussão por parte de muitos investigadores e objeto de investigação dentro das Ciências Sociais, o âmbito deste trabalho impede que seja descrito com grande pormenor. Recorro assim, simplesmente, a Berry, que o define do seguinte modo:

“Aculturação é um processo dual de mudança cultural e psicológica que acontece como resultado do contacto entre dois ou mais grupos culturais e seus membros individuais. Ao nível grupal, implica mudanças nas estruturas sociais e instituições e nas práticas culturais. Ao nível individual, implica mudanças no repertório de comportamento das pessoas.”(Berry 2005, 698–699)¹

A aculturação pode-se manifestar de forma reativa na forma de rejeitar a influência cultural do grupo dominante e procurando um refúgio na forma “tradicional” das praticas (modo de vida) originais do grupo que não dominante. Desta forma, preferindo evitar similaridade com o grupo dominante (Berry 2005, 701).

Ao nível da etnicidade, Barth (1969) criticava a noção tradicional entre antropólogos de que os grupos étnicos estavam constituídos como unidades culturais fechadas, como se fossem ilhas com uma tendência a perpetuar-se e como se dentro deles estivesse estabelecida uma unidade cultural definitiva. Os membros de diferentes grupos podem estabelecer relações sociais nas quais, dentro de grupo, existe um entendimento mútuo. Estes membros de um grupo determinado vêm-se a si mesmos como parte deste grupo, com critérios de avaliação que permitem considerar que estão a jogar o mesmo jogo. Quando, porém, estes reconhecem outros como não membros do seu grupo étnico, isto significa que eles concebem a existência de uma limitação de valores e da forma de compreender o mundo e da não-partilha de certos códigos ou práticas. Por sua vez, o facto de diversos grupos étnicos poderem manter contacto entre si, não significa que haja formas comuns de entendimento. A persistência dessa distinção é uma forma de estruturar interações que permitem que as diferenças culturais persistam. Para Barth, os

¹ Tradução minha.

membros de diferentes sociedades, membros de sociedades menos industrializadas que estão dentro de sociedades industrializadas, têm várias estratégias básicas de ação: por um lado, podem tentar incorporar-se na sociedade industrial já preestabelecida e no seu grupo cultural; podem aceitar o seu “*status de minoria*”, procurando integrar as possíveis diferenças culturais ao mesmo tempo que continuam a participar no sistema industrial do grupo de acolhimento; ou, finalmente, estes membros de sociedades menos industrializadas podem escolher enfatizar sua identidade étnica como meio de desenvolver novas posições e organizar atividades nos sectores que eles não conseguiam encontrar na sua sociedade (Barth 1969, 15–33). Como ocorre no caso dos imigrantes.

Wimmer (2008) partilha a tese Barth, partindo de uma postura construtivista, sobre:

“[A] ideia de que etnicidade é o produto de um processo social em vez de um processo cultural, que pode-se fazer e refazer em vez de ser tomado por concedido, escolhido dependendo de circunstâncias em vez de subscrito desde o nascimento.”(Wimmer 2008, 971)²

A definição de Wimmer sobre o que é etnicidade segue a linha de Max Weber e define-a como “um sentido subjetivo de pertença baseado na crença numa cultura e numa ascendência comum” (Wimmer 2008, 973). Para este autor, a raça estaria dentro desta conceção de etnicidade como uma característica fenotípica usada como indicador de pertença, e os grupos formados a partir desta caracterização, são, assim, grupos etnosomáticos (*ethnosomatic groups*) (Wimmer 2008, 973–974). As fronteiras que existem entre grupos étnicos, têm duas dimensões: por um lado, uma dimensão social, que se refere aos atos de classificação social e de representatividade coletiva (desde um esquema cognitivo que divide o mundo em grupos sociais, um “nós” e um “eles”); e, por outro lado, uma dimensão comportamental, ligada às redes de relações quotidianas que resultam dos atos de conectividade e de distanciamento, oferecendo guiões de ação sobre como estabelecer as relações entre “nós” e “eles” em circunstâncias específicas (Wimmer 2008, 975). Esta autora crítica a ideia exposta por Barth de que a cultura seja simplesmente um algo dentro das fronteiras étnicas.

Por sua vez, Fernando Luís Machado, em palavras de Godinho, define etnicidade como:

² Tradução minha.

“[A] relevância que, em certas condições assume, nos planos social, cultural e político, a pertença a populações étnica ou racialmente diferenciadas. Essa pertença traduz-se e é veiculada por traços como língua, religião, origem nacional, composição social, padrões de sociabilidade, especificidades económicas e outros traços que se sobrepõem, me maior ou menor número, na distributividade de cada grupo particular.” (Citado por Godinho 2010, 24)

Por exemplo, Grassi (2007) fala de como a sociedade cabo-verdiana, é uma sociedade multicultural pelo facto de ter uma diáspora em constante movimento por todos os cantos do globo:

“Cabo Verde é um exemplo inscrito na história de como os lugares de encontro de culturas diferentes se tornam privilegiados para a observação de culturas em movimento e para o estudo dos movimentos de carácter global. Se as identidades na sociedade global se movem na direção de uma sociedade multicultural, esta faz parte, de uma certa forma, do arquipélago cabo-verdiano, cujas fronteiras nacionais sempre abrangeram o Mundo inteiro.” (Grassi 2007, 55)

Entre os fatores que favorecem o processo de aculturação, encontra-se a reciprocidade que nasce da partilha ou aprendizagem da língua do país de acolhimento. Para Vitorino (2004), existe um contrato social, que implica que as sociedades de acolhimento devem conseguir que os imigrantes se sintam- bem nelas. Mas, ao mesmo tempo, os imigrantes têm de se subscrever também ao mesmo (Vitorino 2004, 9).

A língua é também um outro fator que tem implicações dentro dos movimentos humanos, e nas relações que se estabelecem dentro de tais movimentos. A língua é constantemente vista como tendo uma influência importante dentro dos padrões de pensamento (*thought patterns*) dos membros de uma cultura (Spering 2001, 27). Chiu (2011) sugere que a língua é um meio para relacionar experiências partilhadas (*shared experiences*). Por outro lado, a língua também afeta a forma de como as pessoas vêem o mundo, isto é, o seu comportamento pode variar dependendo da língua ou do contexto em que se encontram (Chiu 2011). Um exemplo é o uso do crioulo entre os cabo-verdianos na vida quotidiana e o português em contextos formais.

Sobre este tema, no caso da Guiné-Bissau, Godinho acrescenta:

“Mas, se a grande maioria dos migrantes em Portugal provém de países lusófonos e como tal com contrastes linguísticos menos acentuados, tal não significa ser sempre falante de português. A Guiné-Bissau, que tem por base o português, tem o crioulo como veículo privilegiado de comunicação em diversos contextos, com exceção dos círculos institucionais e oficiais onde o português é obrigatório. Em contexto migratório, o crioulo (no caso da Guiné-Bissau) mantém a sua expressão na comunicação intra-grupo.” (Godinho 2010, 109)

E ainda:

“Em contexto migratório o uso das diferentes línguas adquire significados diferenciados de acordo com o contexto e os indivíduos envolvidos na interação.” (Godinho 2010, 111)

É importante tomar em consideração estes temas pela sua presença constante no trabalho com comunidades de imigrantes, nomeadamente na elaboração de entrevistas nas quais se pretende investigar as relações que os imigrantes mantêm com a sociedade de acolhimento. Tendo em conta estes conceitos faz-se em seguida uma abordagem mais específica aos tópicos da migração.

Capítulo III. Migração

1. Abordagens Teóricas

1.1. O Conceito de Migrante

Favell (2007) define o conceito de migrante baseado em três assunções: em primeiro lugar, quando residentes de um Estado-Nação atravessam uma fronteira internacional e chegam a outro Estado-Nação. Em segundo lugar, quando a dimensão temporal do seu movimento é igual a um período em que se considera ter havido uma mudança de residência. Em terceiro lugar, estes migrantes, para entrar na categoria da imigração, têm de desenvolver uma relação particular com a sociedade de acolhimento, de modo a serem vistos como estrangeiros que têm de ser absorvidos de alguma forma por esta sociedade (Favell 2007, 269–270).

1.2. Perspetivas Teóricas Sobre as Migrações

Henriques (2009) faz uma síntese das principais teorias sobre o fenómeno das migrações. Por um lado aquelas teorias que fixam num nível pessoal e da perspetiva do individuo a decisão de migrar, por de diversas razões, económicas ou normativas. Estas perspetivas teóricas são, em primeiro lugar, as denominadas micro-sociológicas: como a teoria do *push/pull*, que considera que a maximização dos rendimentos económicos é um estímulo para a mobilização; teoria do capital humano, relacionada com a educação do individuo e a análise deste sobre o custo e benefícios da deslocação; o ciclo de vida e trajetória social, onde os aspetos demográficos

(idade, membros da família, etc.) têm maior peso na decisão de migrar. Por outro lado, as perspectivas teóricas que consideram que os fatores externos, além do próprio indivíduo, são os responsáveis pela dinâmica migratória, encontram-se dentro da perspectiva macro-sociológica: as teorias sistémicas que propõem que os centros urbanos exercem uma atração por parte dos migrantes pela estrutura económica (excesso de mão-de-obra em lugares periféricos, maiores salários em centros industriais com um mercado de trabalho na procura de força de trabalho). Dentro desta perspectiva encontram-se as relações entre antigas colónias e metrópole, com uma repetição de padrões no percurso dos migrantes. Outra perspectiva macro-sociológica é a das redes migratórias: sua tese é que não acontece sempre que os migrantes partam simplesmente por sua vontade pessoal, ou que a motivação principal para fazer a viagem esteja baseada simplesmente no aspeto económico, mas influenciada e construída pela instalação prévia de redes familiares ou porque caminhos já percorridos por outros migrantes da mesma região ou país estimulam e facilitam o movimento migratório. Estas redes implicam um contacto mantido através do tempo e constantes fluxos de movimentos migratórios, os quais fazem diminuir os riscos deste processo (Henriques 2009, 36–40).

Para além dos âmbitos micro e macro das migrações, estas podem ser definidas por vários fatores ligados a áreas particulares. Dumont (1995) refere-se aos fatores que se prendem com o fenómeno das migrações internacionais, os quais podem estimular ou deter os movimentos dos migrantes como os fatores de intensidade (por exemplo o funcionamento do sistema de vistos como mostra da permeabilidade das fronteiras); os fatores demográficos (natalidade, estabelecimento da família por meio do reagrupamento familiar, etc.); fatores políticos tanto do país de origem como do país de acolhimento (por exemplo problemas políticos, guerras, perseguição, etc.); ou fatores económicos (procura de uma vida melhor ou aumento dos rendimentos). Por outro lado, as dinâmicas migratórias estão imersas em diversos campos, nos quais elementos como a dimensão e distância são parte do campo teórico (percurso, mudança de horários respeito do país de origem, relação custo/benefício da realização do viagem, conhecimento da sociedade de acolhimento, etc.); o campo social e cultural (relação entre idade, género, formação, aspetos étnico-culturais, relação cultural entre o país de acolhimento e o país de origem, etc.); o campo direcional e espacial (os emigrados desde a perspectiva do país de origem, os movimentos contínuos de migrantes entre países diferentes); ou o campo temporal, o

qual nunca pode ser determinado desde antes do início do movimento migratório (Dumont 1995).

1.3. O Caso Português: Migração e Imigrantes dos PALOP

Foi durante os anos 70 que os estudos sobre a migração começaram a ser mais estruturados (com consideração dos acontecimentos pós-coloniais), mas estes estudos sobre a migração estão maioritariamente centrados nos aspetos da produtividade e o mercado de trabalho. Apresenta-se uma evolução nos estudos sociológicos da temática da imigração, tomando importância nos círculos académicos e também nos trabalhos empíricos. Rea e Tripier, criticam sobre os aspetos etnocentristas e utilitaristas nos estudos sociológicos sobre o fenómeno da imigração, ainda que se notem avanços na área da pesquisa ao nível académico universitário na Europa e os EE.UU (Rea e Tripier 2008b, 23–27).

Algumas presunções sobre o que determina que os imigrantes se estabeleçam permanentemente são atribuídas aos avanços tecnológicos dos últimos anos. Para Rego et al. (2010) o desenvolvimento tecnológico e de transportes não foi um agente que veio estimular a emigração permanente. Os migrantes decidem migrar pelas mais diversas razões: motivos familiares, melhorar a qualidade de vida, fugir de conflitos, catástrofes, fugir da pobreza ou crise económica e social (cada vez mais também jovens emigram para estudar). O facto de emigrar implica uma relação entre custos e benefícios, na qual, estes últimos, são maiores. Existindo uma relação comparativa entre o mercado de trabalho local e o mercado de trabalho da sociedade de acolhimento.

O aumento das assimetrias, derivado do ciclo de migração, entre os países recetores e os países de origem: a migração tem um fluxo, geral, dos países mais pobres ou com níveis mais baixos de desenvolvimento para países com melhores condições socioeconómicas. São, geralmente, os mais jovens que tomam a decisão de emigrar para melhorar a sua qualidade de vida, de uma forma ou outra, geralmente com melhores qualificações. Isto caracteriza a seletividade no processo migratório, a qual tem como consequência uma relação de disparidade e assimétrica. A população que emigra não tem as mesmas características que a população global do país de

origem. Além disso, os imigrantes passam a formar parte do mercado de trabalho da sociedade de acolhimento, o que pode ter como consequência, nalguns casos, uma relação de dependência para o país de origem (por exemplo o envio de remessas), e, os mais qualificados favoreceriam o mercado de trabalho no país de acolhimento (Rego et al. 2010).

Segundo Mendes, Santos e Rego (2011), os contributos para o desenvolvimento, tanto na sociedade portuguesa como em Angola, por exemplo, por parte dos imigrantes angolanos (ao ser uma das nacionalidades de estrangeiros mais importante em quantidade em Portugal) dividem-se em dois níveis: o demográfico e o desenvolvimento económico e social de Angola (por causa do envio de remessas), conjugando isto à formação escolar que os angolanos recebem em Portugal que poderia ser de utilidade no caso de eles voltarem à Angola. Assim como com os cabo-verdianos, a grande maioria de imigrantes angolanos reside em Lisboa e Setúbal. Também é uma das comunidades de imigrantes com maior número de nascimentos de filhos de mãe estrangeira. Com um número relativamente maior de mulheres, mas bastante equilibrado (Mendes, Santos, e Rego 2011).

Porém, Darby (2006) assinala que os imigrantes devem enfrentar um sistema social em que não são inteiramente vistos como iguais. O futebol, por exemplo, tem funcionado como uma área de exploração de “recursos” africanos, jogadores, que são vistos como um tipo especial de recurso: neocolonial. Ainda que, estes jogadores, obtém benefícios individuais (económicos), a forma na qual o processo se leva a cabo acaba por desfavorecer o seu país de origem. Entre as razões que levam aos jogadores a migrar, estão as diferenças entre os rendimentos que podem obter ao jogar numa liga europeia (portuguesa) frente às condições económicas das ligas locais. Estas ligas locais apresentam problemas estruturais, financeiros e administrativos que acabam por não poder estimular da mesma forma aos jogadores que decidem emigrar:

“Em termos gerais, esta estratégia (exportação de jogadores do território colonial português) pode ser comparada às práticas imperialistas e neo-imperialistas de exploração económica, no sentido em que envolve a localização, refinamento e exportação de matérias-primas - neste caso, o talento futebolístico – destinadas ao consumo no mercado europeu.” (Darby 2006, 427)

Mas, também a própria configuração das ex-colónias tem um papel importante na dinâmica migratória. Os PALOP apresentam uma condição interna que promove a saída de pessoas em procura de melhores condições:

“Refira-se, também, que os PALOP africanos se situam ao nível de uma economia de subsistência, centrada na produção agrícola, com uma fraca produtividade e um subemprego ou desemprego evidentes, que têm conduzido a um aumento da dependência do trabalho assalariado e, sobretudo, ao êxodo rural: este quadro caracteriza-se pela falta de capacidade de absorção da mão-de-obra pelo mercado de trabalho, pelo ritmo lento da industrialização, pela pobreza dos meios de produção, pelo forte desemprego urbano e pela saída de mão-de-obra o estrangeiro.”(N. L. Santos e Faria 2007, 262)

Outro aspeto mais e sobre o como a dinâmica acontece no país de acolhimento. Como os imigrantes vêm aqueles que são nacionais do lugar ao qual eles chegam. Santos, Mendes e Magalhães (2009) num estudo sobre os imigrantes cabo-verdianos, focado numa população específica (idades entre 20 e 65 anos e permanência em Portugal de ao menos dois anos), mas com uma temática que era interessante porque procurava conhecer a perceção que tinham os imigrantes cabo-verdianos sobre os portugueses e da sociedade portuguesa. Em geral, dentre suas conclusões, desprende-se a ideia, desde a perceção dos cabo-verdianos, de que existe um aparato burocrático forte e uma hierarquização rígida, porém, esta também existe de forma similar em Cabo Verde. Os medos do risco, trabalho em equipa no contexto laboral, certo grau de individualismo fora do trabalho, simpatia, uma sociedade masculinizada, ansiedade face ao futuro, etc. são algumas das perceções que os inqueridos tinham dos portugueses (J. R. dos Santos, Mendes, e Magalhães 2009).

1.4. Migração e Transnacionalismo

A migração leva consigo mais do que o movimento de pessoas entre um país e outro. Este fenómeno que envolve diversos fatores é heterogéneo e apresenta realidades complexas. Mesmo

assim, cria novas relações entre indivíduos e sociedades, entre migrantes e o lugar no qual chegam e o lugar do qual tem partido. Estes tipos de processos estão englobados no que vários autores designam como transnacionalismo. Um elemento central do transnacionalismo é a multiplicidade de participações que os migrantes têm com seu país de origem e o país de acolhimento (Rea e Tripier 2008b, 40)

Para Portes (2004) o transnacionalismo compõe-se por relações de tipo material e simbólico que conseguem entrelaçar as sociedades além dos limites nacionais entre Estados. Estas relações “transnacionais” têm impacto sobre mais de um estado de forma simultânea, na medida em que são desenvolvidas por diversos agentes partindo de um plano baixo: migração humana, movimentos sociais e organizações não-governamentais. Os transmigrantes são aqueles atores que desenvolvem relações de forma regular através das fronteiras nacionais. Para este autor, transnacionalismo é uma nova perspectiva e não simplesmente um fenómeno novo, o que acontece é que o campo teórico não tinha sido definido com precisão (ainda que o fenómeno têm recebido um estímulo derivado do avanço das tecnologias no transporte e nas comunicações). Porém, nem todos os imigrantes são transnacionais, ainda que a atuação dos imigrantes transnacionais tenha impactos macro-sociais de forma que os agentes governamentais acabam por tomar medidas para conseguir estimular o processo (por exemplo os governos dos países de origem ao fomentar a manutenção de vínculos com as diásporas, em alguns casos pela importância na área das remessas). Mas o transnacionalismo não implica uma homogeneidade dos grupos de migrantes transnacionais, de forma que até em grupos com características linguísticas e culturais similares, as suas atividades transnacionais podem variar. O alcance e as formas do ativismo transnacional mudam relativamente aos contextos de saída e receção dos imigrantes. As atividades transnacionais são estimuladas nas comunidades concentradas, sujeitas à uma receção às vezes hostil, que vira a perspectiva no interior do grupo, com o que fomenta contatos de longa duração com as comunidades originárias, sendo assim, às vezes uma forma de proteção (Portes 2004, 182).

Da mesma forma que Portes, também Kennedy e Roudometof consideram que o transnacionalismo não constitui um fenómeno novo, nem exclusivo do Estado moderno. As comunidades podem imaginar-se fora das fronteiras espaciais (a localidade é simbólica), e, dentro delas, os seus membros podem reconhecer-se como parte delas. Do mesmo modo, a

cultura não está localizada num espaço específico, nem existe uma exclusividade quando se fala da identidade, posto que os membros de uma comunidade podem ter várias identidades. As comunidades transnacionais, no caso dos imigrantes, também influenciam a sociedade de acolhimento, com uma reconstituição contínua de identidades partilhadas (Kennedy and Roudometof 2006).

No caso particular dos imigrantes, para Velasco (2009), um dos problemas é o de misturar a problemática social e política na situação destes com a situação do medo ao impacto cultural dos mesmos. Por outras palavras, considerando o risco que o fenómeno da entrada ou receção de imigrantes pode implicar para uma sociedade, nomeadamente a ideia da potencial perda da identidade ou a essência dessa sociedade, deixando de lado os problemas sociais dos imigrantes (tanto do seu contexto social no seu país de origem, como os problemas na sociedade de acolhimento), ou a justificação da desigualdade social. Para este autor, a transnacionalidade coloca em questão a ideia de pertença e lealdade exclusiva que seja possível ter com um Estado (Velasco 2009, 36–40). Castles (2002) também questiona a ideia de ligação com um espaço definitivo por parte dos migrantes. No transnacionalismo, as comunidades transnacionais são grupos que não têm uma ligação com territórios específicos, o qual é um desafio para esta esfera tradicional na qual o Estado-nação era um espaço que gerava pertença. Este autor vê nos “transmigrantes” pessoas que podem ter diversas identidades; pode ser que estes não guardem uma lealdade específica para um território, mas precisam de estabilidade política, prosperidade económica e bem-estar social no lugar de residência. Além disso, práticas de exclusão ou discriminatórias, assimilação forçada ou outras, podem ser contraproducentes no caso de se pretender integrar os imigrantes, e acabam por estimular a criação de comunidades com suas próprias infraestruturas culturais e políticas (Castles 2002, 1157–1161).

1.5. As Redes Migratórias

Uma das formas mais comuns de ver o fenómeno do transnacionalismo, na dinâmica migratória, é através dos laços formados dentro das redes migratórias. Massey et al. (1993), na sua descrição das redes migratórias, sugerem que estas estão caracterizadas, por um lado, pela redução de

custos: os primeiros migrantes têm maiores custos quando começam enfrentar o processo de migrar. Mas uma vez que eles estão instalados, outros migrantes podem ver-se, ou ser, estimulados para empreender a viagem. Através de laços de amizade, familiares, ou cooperação entre diversas comunidades, as redes de migração acabam por reduzir os custos dos novos migrantes. Além disso, as redes também reduzem riscos, já que, uma vez as redes estão bem desenvolvidas, estimulam a facilidade de estabelecimento dos novos migrantes. Por outro lado, cada migrante novo acrescenta a rede e reduz o risco para aqueles que estejam relacionados com ele (amigos, familiares ou concidadãos) até um ponto em que um movimento migratório é *virtualmente* livre de riscos (ao menos em comparação os casos dos que migram pela primeira vez). Estes autores questionam a capacidade dos governos de controlar estas redes migratórias de forma absoluta, embora o papel do Estado na sociedade de acolhimento, seja importante por poder desenvolver políticas de resposta à dinâmica migratória, como são os direitos de entrada ou reunificação familiar (Massey et al. 1993, 448–450).

A configuração de redes sociais, constitui um processo importante, e determinou em grande medida o “sucesso” para que os imigrantes se possam estabelecer:

“Uma vez instalados, os primeiros trabalhadores encarregavam-se de passar palavra aos seus «patrícios» em Cabo Verde sempre que mais trabalhadores eram precisos. Criou-se assim uma migração em cadeia que fez crescer rapidamente o número de trabalhadores cabo-verdianos imigrantes, atingindo-se um pico no início da década de 1970.” (Batalha 2008)

Assim, os imigrantes encontram apoio para migrar por diversos meios, embora se encontrem geralmente também numa geografia da marginalidade, em migração por etapas e com redes de apoio (imigrantes encontram grupos de outros imigrantes, geralmente da mesma nacionalidade, já chegados anteriormente ou que chegam com suas famílias); e condições degradantes das habitações com problemas infraestruturais (N. L. Santos e Faria 2007). Por outro lado, estas redes sociais são um dos veículos os mais práticos e importantes para estimular o empreendedorismo entre imigrantes da mesma origem (Oliveira 2004). Juntam-se a isto, iniciativas ao nível cultural para poder enfrentar as dificuldades da sobrevivência:

“É exactamente neste contexto que se definem também em Portugal novas oportunidades empresariais para os imigrantes ou em particular para os cabo-verdianos. As discotecas e a música africana, os restaurantes cabo-verdianos ou mesmos os cabeleireiros africanos começam a fazer parte de um mercado de produtos exóticos que tem vindo a ter uma procura crescente em Portugal.”
(Oliveira 2008).

1.6. Migração e Discriminação

1.6.1. Estereótipos e Preconceitos

Os juízos de valor relacionados com preconceitos nas pessoas estão geralmente baseados na necessidade de melhorar a própria autoestima. Os aspetos que têm consequências positivas para os indivíduos, leva-os a associar suas causas com fatores internos, mas as que tem consequências, com fatores externos ou situacionais. Os membros de um grupo têm assim a tendência para favorecer os membros do seu grupo e de desfavorecer aqueles que não formam parte dele. Isto não só estimula o desenvolvimento de estereótipos, que podem ser encontrados em diversas relações entre membros de diversos grupos culturais (étnicos, comunidades ou nações), mas também está relacionado com a própria identidade social das pessoas (Spring 2001, 19).

No que diz respeito aos estereótipos no âmbito da migração, Sassen (2006) refere-se a diversas características que contradizem as ideias baseadas nalguns preconceitos relativamente a este contexto. Para esta autora, não é verdade que existam “grandes” fluxos migratórios de uma região específica para outra; que existe um retorno considerável da quantidade de imigrantes para seus países de origem; não todos os grupos de imigrantes criam assentamentos permanentes no país de acolhimento; e que a imigração é um processo altamente diferenciado, os imigrantes

podem procurar por estabelecer-se permanentemente ou estar em contínuo movimento, a preferência está, em grande medida, em poder enviar ajuda aos países de origem, por exemplo às famílias dos imigrantes na forma de remessas (Sassen 2006, 638–640)

Mas sempre existe a defesa perante o trato com estrangeiros, membros de outros grupos relativamente à entrada de imigrantes num território.

As características físicas (diferenças na cor da pele ou forma do cabelo, e outras), por exemplo, foram utilizadas no esquema colonial, como formas para legitimar ou justificar a exploração de sujeitos. Segall (2002) afirma que hoje este tipo de conceção ainda é utilizado, baseado em conceitos como se estas categorias estivessem imersas numa realidade biológica. A oposição entre o “branco” e o “preto”, segundo este autor, para categorizar um conceito como o de “raça”, implica a ideia de pontos opostos. A diversidade física das pessoas é contínua, qualquer fronteira que seja traçada dentro desta continuidade é arbitrária (a forma de categorizar uma “raça” difere de um lugar ou contexto ao outro). Esta postura é uma construção social. *“Ao ver-nos como parte de um grupo, nós vemos os ‘outros’ como membros de outro grupo”*³ - disse Segall. Faz parte de uma tendência etnocêntrica, basear-se na ideia de que as coisas e ligações referidas ao grupo de pertença sejam vistas como positivas ao contrário daquelas que estão relacionadas com os membros de outros grupos, que são vistas estas como negativas (Segall 2002) . Sassen vê isto como novas formas de manter velhos conteúdos: associar estereótipos a ideias de pertença ou inerência a uma raça, religião ou cultura (Sassen 2006, 637).

Ainda que existam leis e determinações jurídicas contra o estabelecimento de prejuízos ou trato diferenciado para com pessoas de diversas origens, estrangeiros ou práticas religiosas, grupos étnicos, etc., existem também distanciamentos entre o que uma pessoa manifesta explicitamente com intenção, ou o que procura manter escondido, no caso dos prejuízos, por exemplo com indivíduos de outra cor da pele (Maass, Catelli, and Arcuri 2000).

Rea e Tripier referem-se à experiência da domínio como uma forma de discriminação. Exemplos são os estereótipos raciais, lógicas de exclusão, e de naturalização das diferenças. Por exemplo, quando o filho de um imigrante, que já é juridicamente reconhecido como nacional do Estado no qual reside, é visto como não totalmente nacional deste Estado (Rea e Tripier 2008a, 59–63).

³ Tradução minha

1.6.2. Sistemas de Crença

Embora a situação se apresente como uma forma de racismo puro e duro, isto não é necessariamente algo que se possa universalizar. Pode-se explicar pela própria dinâmica interna das sociedades (o que não significa que sempre esteja-se perante uma situação de racismo explícito). Levy, West e Rosenthal (2012), sugerem que os sistemas de crenças têm um papel chave no estabelecimento de estereótipos entre grupos. São estes que estão imersos numa realidade social, utilizados no dia-a-dia, e que não precisam de verificação, contrastação ou qualquer forma de prova científica. Assim, tanto fatores individuais como contextuais afetam a forma na qual uma pessoa gera uma relação sobre um sistema de crenças determinado, seja nas relações familiares, comunitárias ou no ambiente cultural. Estes sistemas de crenças são adaptáveis segundo a situação contextual, dão suporte as necessidades epistémicas das pessoas, ajudando a compreender o seu mundo social, e também podem servir para atender suas necessidades psicológicas, e sociais. Dependendo da situação, cada indivíduo pode estar mais recetivo daqueles sistemas de crença que apoiam suas necessidades individuais (dentro de um contexto social, e as psicológicas), e, o indivíduo pode acabar por perceber que seu sistema de crenças representa aquela realidade social de uma forma correta (ou procura aquela informação social que pode dar um suporte de legitimação aos seus sistemas de crença, deixando de lado aquela informação que rejeita estes sistemas), com implicações importantes para as pessoas que são alvos dos seus sistemas de crença, e para eles mesmos. Políticas públicas, programas privados, os meios, e instituições sociais e educativas, são agentes ativos na produção, de forma direta e indireta, de sistemas de crença (Levy, West, e Rosenthal 2012).

Estes sistemas de crença referem-se a categorias baseadas em valores. Hills (2002) parte da tese de que todos partilhamos normas culturais com outras pessoas que pertencem ao mesmo contexto cultural, e que estas normas podem ter diversas formas. Uma destas normas é o conceito que formamos de nós mesmos em relação com os objetos e as pessoas. Psicólogos sociais começaram a procurar conceitos a partir dos quais fosse possível prever o comportamento dos indivíduos, derivados das normas culturais que todos partilhamos. O conceito que pode funcionar para fazer esta predição foi o dos valores (values) que uma pessoa tem. Esta de acordo com a ideia de que as pessoas se referem de uma forma tipicamente positiva

as suas crenças e práticas culturais (em linha com o pensamento de Kluckhohn), mas consideram aquelas práticas ou crenças dos membros de outros grupos como se fossem inferiores as suas próprias (Hills 2002).

Kahn, Benda e Stagnaro (2012) sugerem, em concordância com as teses anteriores, que os estereótipos funcionam como uma forma que os indivíduos utilizam para obter informação rapidamente e sem fazer esforço. São, os estereótipos, uma forma de simplificar a realidade e construir juízos de valor sobre outras pessoas respeito dos grupos aos quais, estas pessoas, pertencem. Quem faz a observação ou quem enuncia (perceiver) o juízo, pode-o considerar como funcional, mas, pode ser, ainda sem intencionalidade, uma forma de mostrar posturas discriminatórias. Esta atitude que leva a categorizar e realizar estereótipos, pode ser quer consciente (deliberativa), quer inconsciente (resposta automática). Da mesma forma, ainda uma atitude estereotípica consciente e explícita seja feita, esta pode ter influência de atitudes implícitas (inconscientes). Mas, na dinâmica social, tanto quem enuncia como quem é alvo dos estereótipos (o *target*) podem cruzar papeis de forma continua. De nenhuma forma é uma situação estática. Porém, os indivíduos que pertencem aos grupos majoritários “sofrem” menos de forma psicológica e material que aqueles que formam parte de uma minoria. Da mesma forma, o grupo majoritário pode estabelecer uma espécie de sabedoria (wisdom) sobre grupos particulares (as minorias), legitimando os estereótipos. Membros de diversos grupos podem ter a tendência para basear o resultado de alguma ação ou comportamento nos atributos internos de um individuo, ou podem basear estes resultados em atributos externos (fatores externos) em relação aos indivíduos fora do seu grupo. Isto tem como consequência o chamado *erro fundamental de atribuição*, o qual implica que membros de um grupo atribuem comportamentos negativos à não-membros do seu grupo especialmente quando estes são consistentes com estereótipos, e atribuem aspetos positivos do seu comportamento (do sujeito que não pertence ao seu grupo) como relativos à fatores situacionais. Para estes autores, a diversidade na comunidade, escola, trabalho, e o contacto (desenvolvendo interações sociais intergrupais) são peças chave para reduzir os impactos negativos derivados dos prejuízos e dos estereótipos (Khan, Benda, e Stagnaro 2012).

PARTE II. A Imigração em Portugal dos PALOP: De 1970 até a Atualidade

Capítulo I. Fases da Imigração em Portugal

Portugal, caracterizava-se no século XX por ser um país de emigração. Durante este século, apenas em três momentos, Portugal, teve um maior percentagem de imigrantes no que diz respeito à percentagem de emigrantes. Foi durante as décadas dos 30, 70 e 90 que Portugal apresentou um saldo migratório positivo. Seja como for, de acordo com o SEF (2008), estes movimentos têm uma explicação: “...o programa de obras públicas associado à *Exposição do Mundo Português (1940)*; a *descolonização*; e o programa de obras públicas associado à *EXPO’98 de Lisboa*” (Serviço de Estrangeiros e Fronteiras 2008). Portugal era, assim, no século anterior, primeiro um país de emigração, principalmente para as colónias. Esta emigração para o exterior provoca uma dinâmica migratória ao interior, caracterizada por ser laboral, na qual os homens, maioritariamente, deslocavam-se desde o campo as cidades. Não foi senão até após a segunda metade do século XX que passa-se de um fluxo de emigrações para um de imigrações. (Henriques 2009, 41)

Pelo menos duas destas décadas têm sido assinaladas por vários autores como parte das três fases migratórias que teve o Estado Português.

De uma sociedade com políticas de receção de imigrantes fechada, antes dos anos 70 do século XX, Portugal passa, após esta década, à receber os primeiros grandes contingentes de migrantes oriundos dos PALOP. Na sua maioria eram imigrantes que se estabeleciam nas áreas da construção, devido à falta de mão-de-obra nesta época. Em conjunto com os chamados “retornados” portugueses, começou também um fluxo imigratório de africanos que vinham das ex-colónias. O número de imigrante aumentou significativamente durante os primeiros seis anos destes movimentos migratórios (Henriques 2009, 42–43).

Henriques, refere-se as três fases da imigração; a primeira fase que começa nos anos 70 (ainda que tome em consideração a década anterior) e até princípios dos 80s, na qual começam movimentos migratórios, imigração, de europeus para Portugal, dos “retornados” e dos africanos que pertenciam as colónias. Fase esta que foi marcada pela Revolução do 25 de Abril de 1974, e pela momento seguinte que precede à entrada de Portugal à CEE (N. L. Santos e Faria 2007, 260). A segunda fase começou logo da década dos 80 quando Portugal entra na CEE e no espaço Schengen, e começam investimentos que estimulam à área da construção. A terceira fase no final dos anos 90, é marcada pelos movimentos migratórios dos imigrantes de Europa de Leste, com Ucrânia como principal país de origem, e também uma segunda vaga da imigração do Brasil (Henriques 2009, 41–55). Nos capítulos seguintes, estas três fases serão descritas com mais pormenor.

1. Primeira Fase

Na primeira fase, o fluxo migratório era maioritariamente dos PALOP para Portugal (J. R. dos Santos, Mendes, e Rego 2012), nomeadamente de Cabo Verde. Aqueles que não formavam parte de uma elite (os migrantes trabalhadores de Cabo Verde) iniciam sua migração nos anos 60. Estavam caracterizados por ser analfabetos ou contar com uma baixa escolaridade. O grande contingente de pessoas migraria entre os anos 70 e 80. A maioria eram homens da Ilha de Santiago e de zonas rurais. Ao chegar, a sua visão de mundo, do trabalhador rural cabo-verdiano, devia adaptar-se à vida urbana de Portugal. Os seus filhos, na maioria dos casos, não ganhavam um espaço satisfatório na sociedade portuguesa pós-colonial nem conseguiam ter uma identificação com o mundo dos pais (Batalha 2008). No caso dos emigrantes portugueses, estes eram jovens em idade ativa, num momento que o país contava com saldos migratórios negativos e um estímulo ao envelhecimento populacional (J. R. dos Santos, Mendes, e Rego 2012). Assim também, o desenvolvimento industrial na Europa (fora de Portugal) pós Segunda Guerra Mundial, estimulava a emigração portuguesa. Para além disso, o crescimento da economia portuguesa, e com escassez de mão-de-obra, atraiu a mão-de-obra barata imigrante. Como assinala Batalha (2008), isto era um fator de atração para estes fluxos migratórios. Ante a subida dos salários, o trabalhador cabo-verdiano era visto como uma alternativa barata.

2. Segunda Fase

Já na segunda fase, por volta dos anos 80, tanto Cabo-Verde como Angola eram os países com maior número de imigrantes residentes em Portugal. Comparados com imigrantes em outros países da Europa, as qualificações (académicas e profissionais) dos imigrantes dos PALOP eram baixas (Henriques 2009, 44–45).

O fim do regime colonial, levaria à regulamentação das pessoas que vinham das ex-colónias. É difícil conhecer o volume dos contingentes migratórios vindos dos PALOP durante os anos 70 e 80 de acordo com o SEF (2008). Entre os anos 80 e 90 a demografia da migração em Portugal sofre diversas mudanças, entre as quais haveria um aumento de 86% (de 50 750 imigrantes em 1980 para 107 767 ao início da década dos 90), e uma diversificação dos fluxos migratórios (baixa de imigrantes dos PALOP e aumento dos imigrantes indianos, chineses, brasileiros, etc.). Enquanto ao número de imigrantes, relativamente à percentagem dos nacionais portugueses, os estes passarem de representar ao final da década dos 80 o 1% até alcançar o 2% da população para o final do século XX (Serviço de Estrangeiros e Fronteiras 2008) .

Outra das razões que fez de Portugal um lugar atrativo para os imigrantes, nesta segunda fase, foi a entrada à Comunidade Económica Europeia:

“A entrada em Portugal na CEE em 1986 e a adesão ao Acordo de Schengen induziram à vinda de mais imigrantes dos PALOP, pouco qualificados, que alimentaram as necessidades de mão-de-obra informal que os investimentos na construção de infra-estruturas subsidiados pela CEE fizeram surgir.” (Henriques 2009, 46)

A legislação perante aos movimentos migratórios pretendia responder, segundo o SEF (2008), as novas realidades dos fluxos migratórios, e, também, manter concordância legislativa com a política migratória na Europa. Ainda que se estivesse numa fase de procura de mão-de-obra não qualificada (Serviço de Estrangeiros e Fronteiras 2008). A mão-de-obra cabo-verdiana chegava a preencher a necessidade deste tipo de trabalhador com baixas qualificações. Assim, o Estado

Português teve um peso grande na determinação da dinâmica, recrutando os imigrantes dos PALOP, para responderem à necessidade de mão-de-obra. Além disso, a intervenção do Estado para identificar os sectores nos quais esta mão-de-obra era mais precisa (Oliveira 2008).

Pires (2002) apresenta um resumo dos principais fatores de diversificação da imigração à partir dos anos 80, dividido em dois níveis. Por um lado, há um plano externo, caracterizado pela integração Europeia, que facilita a emigração portuguesa a outras áreas da Europa; fundos comunitários para investimento em infraestrutura: crescente procura de trabalhadores desqualificados; e a deslocalização de capitais estrangeiros acelera a internacionalização da economia, o que significava maior número de imigrantes profissionais. Por outro lado, os fatores ao nível interno (os quais implicarem um esgotamento progressivo das reservas internas de mão-de-obra num contexto de crescimento económico) eram a emigração de jovens desqualificados, que leva à procura de imigrantes (dinâmica emigração/imigração); uma baixa na taxa de fertilidade; e a feminização da população ativa e baixa taxa de desemprego (Pires 2002).

3. Terceira Fase

Na década dos 90, assinala-se o início da terceira fase, a dinâmica migratória muda quando os imigrantes do Leste de Europa começaram a ser um contingente forte conjuntamente com a chegada de imigrantes de Brasil. Deste modo, pela primeira vez, os imigrantes de Cabo Verde, com autorização de residência ou de permanência, deixam de formar o grupo com maior número de migrantes dando a vez aos imigrantes de Europa de Leste, nomeadamente aos ucranianos (Henriques 2009, 48) e aos brasileiros. Entre 1992 e 1993, com o crescimento do número de imigrantes irregulares, realizaram-se dois processos de regularização extraordinária, dando especial ênfase aos cidadãos provenientes dos PALOP. Assim, entre o final do século XX e início do século XXI, o regime jurídico português continua a passar por diversas alterações. Em geral, estas visavam estimular a integração social dos imigrantes, relacionando os contingentes relativos à imigração e ao mercado de trabalho. Isto resumia-se em três eixos: promoção da imigração legal (de acordo as possibilidades de inserção dos imigrantes no mercado de trabalho

e requerimentos de mão-de-obra), integração destes e combater a imigração legal (Serviço de Estrangeiros e Fronteiras 2008).

Ainda assim, segundo Machado (1997), Portugal não pode simplesmente ser catalogado como um país de imigração. Quer dizer, Portugal é um país que apresenta uma dinâmica de imigração e de emigração (Machado 1997, 15).

4. Migração em Portugal: Primeiros anos do Século XXI

Surge um novo aumento dos fluxos de imigrantes em Portugal nos primeiros anos do século XXI. Entre as razões que contribuíram para este fenómeno estão a posição consolidada de Portugal dentro da União Europeia (dando continuidade ao que tinha sido iniciado na segunda fase) e o desenvolvimento económico em curso desde a chegada da democracia até estes anos (Rego et al. 2010).

A população imigrante apresenta características diferentes das da população na sociedade de acolhimento. Trata-se de uma pirâmide invertida, na que a constituição demográfica dos estrangeiros com permanência regular em Portugal, e sua constituição demográfica, é estruturalmente diferente, com imigrantes jovens numa sociedade portuguesa que está a envelhecer (Rego et al. 2010, 24). As regiões com maior percentagem, para 2006, de residência legal de estrangeiros forem, nesta ordem, Lisboa, Algarve, Centro e Norte. Uma tendência que se vinha a notar há já várias décadas. Portugal, ante a diversidade dos fluxos de imigrantes, enfrenta dois problemas, um quantitativo que tem de ver com a quantidade de imigrantes e sua integração, e outro qualitativo que tem de ver com a inserção de pessoas social, cultural e religiosamente diferentes (N. L. Santos e Faria 2007, 260).

4.1. Demografia dos Palop em Portugal: final do século XX – princípio do século XXI

Segundo dados de Pires (2002) entre 1998 e 2001, o número de estrangeiros sofreu um aumento de 110 000 para 216 000, com um 47.6% deles originais da África, para um total de 102.800. Segundo dados do SEF no ano 1999 e o ano 2000, a população dos PALOP residente em Portugal era de 85 000 e 93 838 indivíduos respetivamente (Serviço de Estrangeiros e Fronteiras 2000). Em 1999, Cabo Verde ainda era o país com maior número de imigrantes: 43.797 indivíduos, ou seja 22.3% do número total de imigrantes dos quais 67.4% deles residiam em Lisboa e só 1.9% no Porto. O segundo lugar era para Angola com 17 695 indivíduos; seguida de Guiné-Bissau com 14 140; e Moçambique com 4 503; e, finalmente, São Tomé e Príncipe com 4795. Os estrangeiros europeus que residiam em Portugal nesta altura, representavam aproximadamente, entre os estrangeiros com trabalho em áreas profissionais científicas e técnicas 30% consistia de europeus, enquanto os imigrantes dos PALOP representavam só o 4,5% do total. Em contrapartida, em áreas como a construção e indústria, os nacionais dos PALOP representavam o 78,8%. Isto caracteriza a posição ao nível de emprego que os imigrantes PALOP têm ocupado em Portugal. Para dar alguns exemplos, um 42.8% dos imigrantes moçambicanos eram sobretudo trabalhadores da construção, e só 13.6% estavam ativos em profissões técnicas e científicas. Por outro lado, só 1.6% dos cabo-verdianos trabalhavam em profissões técnicas e científicas, sendo 84.9% trabalhadores de construção, indústria e transportes. Além disto, a distância e motivação para emigrar a Portugal desde os países de origem. Considerando a totalidade de imigrantes dos PALOP, 79% realizavam trabalhos de baixa qualificação. A maioria destes estrangeiros estava (e continua) concentrada em Lisboa e Setúbal, em comparação com a localização do resto dos imigrantes. Os imigrantes africanos procuravam manter-se nas regiões que não tivessem grandes flutuações relativamente à necessidade de mão-de-obra (Pires 2002). Para 2001, a relação entre homens e mulheres imigrantes que estavam registados para obter permanência com contratos de trabalho, havia uma relação 0.95 entre homens e mulheres para os Cabo-verdianos, em quanto os Angolanos era de 1.30 entre homens e mulheres; e 3.89 no caso da Guiné-Bissau. Verifica-se uma maioria de homens inseridos no mercado de trabalho formal no caso dos homens. Isto leva a Pires a afirmar:

“Estamos por isso perante uma população imigrante basicamente masculina e jovem, que crescerá substancialmente nos próximos anos apenas por via de processos de reunificação familiar, formais ou informais.”(Pires 2002)

Quanto ao impacto na demografia portuguesa, os imigrantes cabo-verdianos contribuem, segundo Santos, Mendes e Magalhães (2009), para o índice de natalidade em Portugal, assim também por serem uma população jovem em relação a constituição demográfica portuguesa. Por exemplo, o número de casamentos de estrangeiros triplicou durante a primeira década do século XXI, entando que os casamentos de nacionais portugueses diminuíram. Da mesma forma, deu-se entre 1995 até 2007 crescimento total em Portugal da natalidade de 3,2% para um 11,8% . Porém, a percentagem de filhos de mães cabo-verdianas, particularmente, tenha baixado desde 1995, quando era de 27,9%, para 10.6% em 2007 do total de nados vivos de mãe estrangeira (J. R. dos Santos, Mendes, e Magalhães 2009).

Após os primeiros anos do século XXI, os imigrantes dos PALOP deixam de estar no primeiro lugar entre estrangeiros com permissão de residência em Portugal. Por exemplo, os brasileiros encontram-se em primeiro lugar, os cabo-verdianos em segundo e os ucranianos em terceiro (com Angola e Guiné-Bissau também entre os primeiros lugares). Segundo Henriques, de acordo com Relatório de Actividades de 2007 do SEF, existem dois tipos distintos de imigração: de um lado a que tem procedência dos PALOP, que foi estabelecida no século passado (como já foi assinalado), com reagrupamento familiar quase completo; e do outro lado, a imigração do século XXI, que integra as regularizações dos oriundos de Brasil e da Ucrânia (Henriques 2009, 51–53). Os imigrantes das ex-colónias portuguesas representavam no período de 2007 o 47.2% e para o período 2009 o 51.7%. Do total de nacionalidades dos imigrantes, os cabo-verdianos representam o terceiro grupo com maior número de indivíduos, os angolanos o quinto, e os guineenses o sexto lugar. Assim mesmo, a comunidade cabo-verdiana está composta por uma grande maioria de indivíduos em idade ativa e uma pequena percentagem de idosos, quando comparado com a sociedade portuguesa. O mesmo acontece com a comunidade angolana e com a comunidade de guineenses. De serem mais do 40% de imigrantes em Portugal nas décadas passadas, os estrangeiros oriundos dos PALOP em 2012 representavam aproximadamente só o 25% do total de imigrantes. (J. R. dos Santos, Mendes, e Rego 2012) Segundo o Relatório de Imigração do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (2012b), para esse mesmo ano, 2012, a

população estrangeira residente era de 417.042 cidadãos. Do total de estrangeiros, 48% eram oriundos de ex-colónias portuguesas, e destes, os de Cabo Verde representavam 10%, Angola 4,9% e Guiné-Bissau 4,3%, respetivamente (Serviço de Estrangeiros e Fronteiras 2012b).

Os imigrantes dos PALOP estão estabelecidos maioritariamente na zona litoral, com uma concentração nas regiões de Lisboa, Faro e Setúbal. Das dez nacionalidades de estrangeiros mais representativas, quatro são PALOP. E, dentro destas dez nacionalidades, todas têm apresentado uma redução do número de cidadãos relativamente aos anos anteriores, com exceção dos nacionais da China. No caso particular de Cabo Verde, Angola e Guiné-Bissau, a redução da sua população em Portugal foi de 2,42%, 5,55% e 3,94% respetivamente.

A população estrangeira por género no ano 2012 apresenta uma paridade virtual entre homens e mulheres: *“Esta relação tem vindo a ser gradualmente atenuada, em particular por via do reagrupamento familiar.”* No caso africano existe uma paridade entre homens e mulheres, e dentro dos PALOP, predomina o género feminino com a exceção da Guiné-Bissau (Serviço de Estrangeiros e Fronteiras 2012b). A imigração cabo-verdiana é mais equilibrada no que diz respeito a quantidade de homens e mulheres; porém, comparada com outras comunidades de imigrantes, como aqueles que provêm de Europa de Leste e de Brasil, e relativamente à faixa etária, indica uma população ainda mais jovem, com uma presença maior de mulheres entre os imigrantes adolescentes, na qual a dinâmica esta marcada por uma imigração familiar:

“...[E]nquanto, no caso dos cabo-verdianos, devemos admitir a hipótese da imigração em família, procurando, eventualmente além de melhores condições de vida e de trabalho, melhores condições de educação para as crianças e jovens. Além desta característica, ainda devemos assinalar que nos grupos etários entre os 15 e os 34 anos predominam as mulheres.” (Rego et al. 2010)

Capítulo II. Imigração e Género em Portugal

Um dos aspetos os mais importantes das novas dinâmicas migratórias tem a ver com migração e género, nomeadamente o papel da mulher no fenómeno da imigração. Já desde a primeira fase da imigração em Portugal em 1965, tem ocorrido um processo de aumento nos fluxos migratórios de mulheres africanas ao nível internacional. Este aumento, sugere Tolentino (2009) pode ter sido estimulado pelo acesso da mulher à educação e a sua inclusão nas atividades económicas fora do agregado familiar (Tolentino 2009). Porém, o papel das mulheres tem sido visto simplesmente a partir da perspetiva do homem. Para além disso, a complexidade da dinâmica migratória não pode ser estudada de uma perspetiva teórica tradicional. Isto porque as mulheres migrantes acabam por romper com os esquemas dominantes até a data, mas também porque os papéis que agora desempenham estão inscritos nas áreas que tinham sido consideradas como masculinas:

“Se a imigração feminina tem sofrido uma forte invisibilização, as mulheres têm agora um rol importante, não redutível à imagem de esposa do migrante. [...] Estas mulheres terminam por ser quem dão sustento (breadwinners) no seu país de origem, preenchem em muitas ocasiões o mesmo rol que os homens migrantes tinham no passado.” (Rea e Tripier 2008c, 39)⁴

Porém, e como antes assinalado, às mulheres é associado um papel não só de acompanhante do homem, mas também, pelo facto de serem mulheres, de empregada doméstica como se fosse um papel que por natureza devem realizar. Évora (2007), num estudo sobre migração feminina cabo-verdiana em Itália, refere-se a este aspeto ao dizer:

“Trata-se da ocupação laboral que tem no género um dos componentes essenciais na formação do perfil para ocupar o lugar, e que reúne uma espécie de consenso social sobre quem deve exercê-lo. Entre as razões que explicam o menosprezo por este tipo de trabalho encontramos a associação a um mundo considerado feminino, assim como a natureza das tarefas desempenhadas, vistas como uma continuidade

⁴ Tradução minha

em relação às actividades domésticas que, supostamente, e desde sempre, as mulheres aprendem a realizar no seu ambiente doméstico. Deste modo, no que se refere às capacidades exigidas para o trabalho de empregada doméstica, a condição feminina parece constituir critério suficiente para que a imigrante seja considerada desde logo apta para realizar o seu trabalho no país de destino.”
(Évora 2007, 77)

Dito de outra forma, as categorias nas quais a mulher migrante é subsumida, acabam por ser indissociáveis. Estas são as categorias de género/imigrante/empregada doméstica/emigrante. Entre suas conclusões, Évora fala deste papel que lhes é conferido pelo exterior sobre o que são, o qual, elas interiorizam:

“A representação subjectiva que cada mulher tem da sua condição de migrante e de trabalhadora assenta, em grande parte, na sua experiência pessoal e corresponde a um tipo de existência social que lhe é conferida mesmo quando não tem, de facto, correspondência na realidade, como nas situações de desemprego. Esta representação é confirmada material e objectivamente por certas condições sociais que o grupo partilha entre si, as quais lhe conferem determinadas características e objectivos inerentes ao seu género e, ao mesmo tempo, aos seus papéis de imigrante e de emigrante.”(Évora 2007, 94)

Mas as mulheres não podem ser vistas simplesmente como sujeitos impossibilitados de ser proactivas. Para Grassi, as mulheres migrantes de Cabo Verde, por exemplo, absorvem culturas e símbolos exteriores e conseguem fazer-se atores ativos e dinâmicos no fenómeno migratório (Grassi 2007). Assim como não são agentes passivos nos processos de construção de identidade, nem nas dinâmicas migratórias, Godinho (2010) sugere que as mulheres também reproduzem os padrões de construção do papel que ela tem na sociedade, que guarda uma acentuação na discriminação da mulher:

“Tanto homem como mulher participam na reprodução dessa ‘ideologia colectiva’, com implicações para a discriminação da mulher, adquirindo particular importância a análise do relacionamento subjectivo da mulher com sua

categoria de pertença no pensamento social que diferencia valorativamente o masculino e o feminino.” (Godinho 2010, 27)

A o nível demográfico, Góis e Marquês (2012) mostram como as mulheres têm obtido um incremento na quantidade dentro do número total de imigrantes durante as últimas décadas, presença que para 2009 era quase equitativa com a dos homens:

“Em termos absolutos, o número de mulheres de nacionalidade estrangeira residente em Portugal aumentou 373%, entre 1990 e 2009, passando de 46 433 para 219 779, enquanto o aumento dos homens foi, durante o mesmo período, de «apenas» 282%.” (Góis and Marques 2012, 25)

Não só ao nível de imigrantes em geral, mas também com importante participação dentro dos imigrantes dos PALOP, em particular. Por exemplo, nos últimos anos Cabo Verde e Angola, apresentam-se como os países nos quais o número de imigrantes mulheres é maior do que o número de imigrantes homens. Ainda assim, tem-se assistido a um aumento na percentagem imigrantes mulheres nos países dos PALOP. (Góis e Marques 2012, 28-29)

Da mesma forma, deve ser aclarado que as imigrantes mulheres chegam a Portugal algum tempo depois dos homens, quando estes *“já estavam instalados e sabiam que iriam ficar por um período longo, mais longo do que muitos, inicialmente, haviam planeado.”* (Batalha 2008)

Além do anterior, existem redes particulares, talvez não explícitas, mas que podem ser estudadas a maior profundidade, com uma dinâmica específica, no mundo da imigração. Góis e Marquês chamam-nas as “cadeias globais de cuidado”:

“As cadeias globais de cuidados interligam, na maioria das vezes, três conjuntos de cuidadoras: uma mulher cuida dos filhos da migrante em casa, no país de origem, outra mulher cuida dos filhos da mulher que cuida dos filhos da migrante, que muitas vezes é a sua mãe ou uma filhas mais velha que cuida dos irmãos e o terceiro elo da cadeia é a própria mulher migrante que deixa o seu país para cuidar dos filhos de profissionais liberais ou de mulheres trabalhadoras nos países mais desenvolvidos.” (Góis and Marques 2012, 41)

Antes de 1974, o trabalho que existia era maioritariamente para os imigrantes homens. As mulheres começaram a chegar décadas mais tarde. Muitas delas encontravam emprego na área da limpeza, seja em casas particulares ou em empresas. Foi logo nos anos 90 que a mudança, com a entrada dos imigrantes de Leste e com o aumento dos imigrantes brasileiros, que as mulheres cabo-verdianas passarem à ter uma forte competição:

“[A]s cabo-verdianas (na época de entrada dos imigrantes de Leste e do aumento dos imigrantes brasileiros) são objeto do racismo não assumido da «classe média» portuguesa em favor de «ucranianas» e brasileiras», quem eram preferidas, vistas como «racialmente» e «culturalmente» mais próximas.” (Batalha 2008)

Cabe citar, finalmente, parte das recomendações que Góis e Marques apresentam sobre esta temática específica das migrações, entre as quais assinalam a importância que o eixo principal de análise ou os pressupostos partam de considerar à mulher migrante como uma pessoa que esta detrás do homem. Isto elaborando novas formas de tratar com a problemática. Tomando consideração do fator do reagrupamento familiar, a situação dos filhos (que ficam no país natal), a violência laboral que elas devem enfrentar ou discriminação (como o racismo não assumido do qual fala Batalha). É preciso reconhecer que as causas, formas, meios no fenómeno das migrações não são os mesmos:

“Tendo em conta a diversidade dos fluxos migratórios de género e a complexidade da reunificação familiar, é necessário desenvolver formas não tradicionais de lidar com a migração feminina.” (Góis and Marques 2012, 94)

Capítulo III. Imigração: Situações de Marginalização e Discriminação

1. Estado da Questão

Batalha (2008) assinala que para os anos 90, o governo e as autarquias, com dinheiro da União Europeia, criam bairros sociais, onde moram maior parte de imigrantes cabo-verdianos. Muitas destas famílias antes viviam em bairros de lata. Isto leva a criar maior isolamento deste grupo. O que gera dificuldade de integração nos mais jovens devido a guetoização. As dificuldades de se integrar no mundo escolar, o abandono das aulas, junto com este isolamento social, provoca o risco de manter um estatuto social mais marginalizado que aquele dos seus pais. Diversos fatores como o papel dos meios de comunicação, comparações entre as formas de ver filhos de imigrantes respeito dos seus pais por parte da sociedade portuguesa (partindo de uma imagem negativa, como delinquentes), problemas educativos, etc., ajudam a manter este tipo de visão negativa. Assim também, a identidade dos jovens é formada a partir desta perspetiva do bairro, uma ligação mais forte com o local, e comum à sua experiência, do que a partir de uma perspetiva nacional. Poucas vezes reconhecidos como parte da sociedade portuguesa, mas como originários da África, ainda se eles não tem mais do que a experiência familiar desse mundo (que não deixa de ser importante). A sua identidade também está construída como contra-resposta, no sentido de uma identidade “africana” oposta, pois *“rejeitam aquilo que a sociedade portuguesa, de alguma maneira, lhes nega: serem portugueses sem qualquer outra adjetivação.”* É assim, que os jovens trabalhadores cabo-verdianos imigrantes passarem a ser invisibilizados (Batalha 2008).

Um dos grandes problemas é que a atuação do Estado enfoca a problemática da integração, ao nível multicultural, como se o problema estivesse centrado no indivíduo, imigrante, e não nos espaços nos quais vive nem a sociedade onde ele está (como assinalava-se antes). Este tipo de problemáticas não é exclusivo dos jovens filhos de imigrantes, mas de todos os imigrantes dos PALOP. Entre o imigrante africano e o português, acaba por existir uma relação entre “eu” e o “outro” (Gusmão 2004).

Embora muitos africanos, dos PALOP, tenham a nacionalidade portuguesa, ou tenham nascido em Portugal, não são reconhecidos como portugueses ou nacionais (Gusmão 2004). Situação que provoca maiores dificuldades na integração destas comunidades. Para além disto, no passado, como alguns migrantes deviam passar dificuldades com a língua, mantinha-se o estereótipo do preto africano como incivilizado (e sem religião). A categoria de classe confundia-se com raça. Estes migrantes não eram vistos como camponeses analfabetos, mas sim como “pretos” (Batalha 2008). Por exemplo, ao nível de empreendedorismo imigrante, os cabo-verdianos têm de enfrentar desvantagens relativas ao mercado de trabalho em Portugal, desprendidas do facto de se sentirem discriminados, o qual os leva a desenvolver atividades por iniciativa pessoal (Oliveira 2004). Tais situações podem ser esperadas no caso das outras comunidades de imigrantes dos PALOP. Uma das particularidades é que a discriminação étnica tem a complexidade de indivíduos, no caso dos africanos, terem na sua maioria características físicas que não podem mudar e, perante estas dificuldades para obter emprego, estimula a iniciativa empreendedora. Porém, isto não significa que toda a população imigrante esteja conformada da mesma forma, nem chegue a reagir da mesma maneira. No caso dos PALOP, geralmente a migração apresenta-se como migração laboral. Assim como assinala Oliveira (2008).

2. A Resposta do Estado Português

Para responder à problemática, o Estado português tem medidas para enfrentar qualquer tipo de discriminação. Por exemplo, ao nível jurídico, os estrangeiros gozam dos direitos e deveres do

cidadão português. Em 2007 aprovou-se o Plano Nacional para a Integração de Imigrantes, encarregado das políticas de imigração perante o acolhimento e integração dos imigrantes. Assim mesmo, a lei portuguesa *“assegura ainda a igualdade de tratamento dos estrangeiros, nomeadamente em áreas relacionadas com a vertente laboral, tais como a segurança social, os benefícios fiscais e a filiação sindical.”* No âmbito da prevenção da discriminação, existe uma conjugação de atores da sociedade civil (associações de imigrantes, de direitos humanos, laborais, etc.) que integram a CICDR. Estas entidades da sociedade civil, trabalham em conjugação com o SEF (Serviço de Estrangeiros e Fronteiras 2008).

O Estado, portanto, mostra uma postura oficial contra a discriminação, com uma legislação que visa a eliminar e puni-la em todas suas formas, assim como qualquer atos que estejam vinculados à violação dos direitos humanos. Para Carrilho e Figueiredo (2007), uma limitação na recolha de dados assenta-se em que a legislação portuguesa proíbe, na Constituição, recolher dados estadísticos com base na raça, etnia ou cor da pele (Carrilho e Figueiredo 2007, 55).

Foi a partir de 1996 que a política portuguesa se tornou efetiva para combater o racismo, com enquadramentos legais para proteger as vítimas. As autoras fazem uma listagem dos artigos da Constituição, do Código Penal, de diversos códigos e Decretos-Lei.

É importante afirmar que institucionalmente e legislativamente o tratamento perante o problema da discriminação tem sido, ao menos, formalmente executado. Com organismos para enfrentar esta problemática, Carrilho e Figueiredo (2007) fazem um relato das organizações que nas últimas duas décadas tem estado presentes para dar apoio aos imigrantes na sua integração ou combater a discriminação. Entre as organizações que estas autoras citam, estão: organismo para promover igual tratamento, como o é o Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (ACIME), criado em 1996, e que tem o trabalho de promover a igualdade, não discriminação e trabalha em conjunto com associações patronais, instituições de solidariedade social. O ACIME tem também como tarefa ajudar à melhorar a qualidade das condições de vida dos imigrantes e suas famílias e apoiar na sua integração. Assim como ACIME, também existe a Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial (CICDR), a qual tem entre suas atribuições recolher informação sobre a prática de atos discriminatórios e aplicar a sanção da mesma; prevenir a prática da discriminação baseada na raça, cor, nacionalidade ou na origem étnica; assim como promover trabalhos de investigação sobre a temática da discriminação; e também, publicar

relatórios anuais sobre a situação sobre a igualdade e discriminação em Portugal (Carrilho e Figueiredo 2007, 57).

Finalmente:

“O ACIME refere as principais causas de queixas (sobre discriminação) ligadas ao mercado de trabalho, especialmente o acesso ao trabalho, ao mercado de habitação quer no que se reporta ao arrendamento quer à compra e também o acesso ao crédito bancário.” (Carrilho e Figueiredo 2007, 58)

Capítulo IV. Imigração e Integração

1. Políticas de Integração dos Imigrantes em Europa e Portugal

António Vitorino, quem foi antigo Comissário Europeu ao cargo da pasta da Justiça e Assuntos Internos no período 1999-2004, afirma que a política dos Estados Membros, perante a situação da imigração na Europa, na primeira metade dos anos 90 estava composta por só duas vertentes. Por uma parte, uma vertente humanitária, que visava receber aqueles imigrantes que estivessem numa situação de perseguição, através do direito de asilo, e, também, a reunificação familiar, que era consequência do *boom* migratório das décadas anteriores, nomeadamente o período entre os anos 50 e 70. A segunda vertente, disse Vitorino, era repressiva: *“...a política vigente limitava-se unicamente a envidar todos os esforços com o fim de impedir que imigrantes económicos se juntassem aos mercados de trabalho das nossas sociedades.”* Mas, esta perspetiva política na Europa (e Portugal) mudou ao final dos anos 90, por causa de quatro fatores principais: melhoria da situação económica europeia no final dos anos 90, a qual baixou

os índices de desemprego; consciência sobre o fenómeno da inversão da pirâmide demográfica e da carência de mão-de-obra suficiente “para pagar as nossas pensões de reforma”; a não-funcionalidade das políticas e legislações repressivas perante a situação da imigração; e, finalmente, a necessidade de mão-de-obra em sectores quer qualificados quer pouco qualificados. Com a reunião do Conselho Europeu em Tampere, Finlândia, em 1999, decidiu-se que Europa devia desenvolver uma Política comum em matéria de asilo e emigração. Os objetivos que se pretendiam alcançar eram: reconhecer que as políticas de “imigração zero” não funcionavam e que as sociedades europeias eram sociedades de imigração; reconhecer que a imigração pode contribuir a melhorar a situação da carência de mão-de-obra nos mercados de trabalho; que a imigração não conduz ao desemprego, nem reduz a qualidade do emprego, sendo precisamente um estímulo para o crescimento económico; e, como consequência, organizar a situação para que o fenómeno possa contribuir ao bem-estar de todos (Vitorino 2004, 5–8).

Tudo isto levou a que a legislação europeia no que respeita à imigração e asilo, fosse mais aberta e flexível. Segundo o próprio Conselho Europeu, na formação de Justiça e Assuntos Internos, as dimensões que tem de estar inscritas numa política de migração dinâmica, frente a realidade europeia, são resumidas em três objetivos: promover a mobilidade e a migração legal, aproveitar ao máximo o elo entre migração e desenvolvimento e combater a imigração ilegal. O alvo é de que os Estados Membros permitam aos migrantes “*tirar pleno partido das suas qualificações e competências, a fim de favorecer uma melhor adequação entre a oferta e a procura de mão-de-obra no mercado de trabalho europeu*” (Conselho da União Europeia 2013). Este reconhecimento obedece aos potenciais problemas demográficos e os acentuados movimentos migratórios desde países terceiros dentro da UE.

Sassen (2005) sugere que o Estado deve, ao lidar com um fenómeno complexo no qual o controlo não é total, a melhor forma de enfrentar a situação é que as políticas migratórias estejam construídas de forma internacional e multilateral. Mas que exista um trabalho por parte dos países de origem e os países de acolhimento (Sassen 2005, 42–45). Isto reforça a ideia seguida pelas iniciativas europeias, que tem como consequência, portanto, uma integração que responde às necessidades demográficas e económicas da Europa (e Portugal).

Surge, então, um acionar pela integração dos imigrantes desde o aparato jurídico ao partir do início do século XXI em Portugal, nomeadamente no mercado de trabalho. Basicamente, através

do Decreto de Lei n.º 4/2001 de 10 de Janeiro, como instrumento para conseguir que os empregadores tivessem maior responsabilidade ao nível de contratação de mão-de-obra, da mesma forma que o Estado possa garantir que isto cumpra-se e evitar práticas de contratação ilegais. Tudo em concordância com a nova viragem da política europeia daquele momento (anos 1999, princípios dos anos 2000). Isto visava a regularizar estes trabalhadores nas áreas onde eram maioritariamente requeridos (como por exemplo em construção civil). Assim podia-se aproveitar melhor da oferta nos sectores mais críticos, estimulando o que Silva (2004) afirma como desenvolvimento sustentado:

“A migração económica é uma realidade do novo mundo – aplique-se-lhe então o conceito quantas vezes citado de desenvolvimento sustentado: a migração para onde é necessária, quando necessária, como um contributo para a comunidade de acolhimento, a comunidade de origem e o imigrante, sempre estruturada em soluções que garantam o equilíbrio das respostas para essas necessidades.” (Silva 2004, 33)

Sassen, também refere-se à existência de três fatores que estão no centro da necessidade europeia de aceitar imigrantes económicos no século XXI. Em primeiro lugar, as economias europeias precisam de mais trabalhadores que estejam dispostos a tomar empregos com baixa remuneração. Em segundo lugar, Europa esta a assistir á uma baixa demográfica (de 350 milhões para 287, segundo esta autora) a qual, para finais deste século, vai ter como resultado uma quantidade considerável da população com 65 anos ou mais. E finalmente, que qualquer sentimento anti-imigrante não faz sentido se considerar-se que os que forem os “outros” nalgum momento da história da Europa, agora são os “nós” (Sassen 2006, 635).

2. A Integração de Imigrantes e a Ação do Estado Português

A organização do sistema legislativo-normativo perante as migrações em Portugal, a partir de 2007, teve novas mudanças. Por uma parte, realizou uma tipologia única do título de residência,

e estabelecem uma autorização de residência para imigrantes empreendedores e para imigrantes altamente qualificados. Por outro lado, a entrada de estrangeiros para exercer uma atividade laboral, subordinada ou dependente por conta de outrem, estaria em dependência das necessidades de mão-de-obra “*não preenchida por cidadãos portugueses*”.(Serviço de Estrangeiros e Fronteiras 2008)

Além de um enquadramento governamental dentro do novo sistema legislativo, que conta com a participação de várias instituições estatais (INE, SEF, IEFP, etc.), existe uma conjugação entre organizações governamentais e organizações não-governamentais ou de carácter internacional como o Serviço Jesuíta aos Refugiados, Organização Internacional das Migrações, entre outras. Assim como políticas de reagrupamento familiar que expressam “*uma solução mais humanista na gestão dos fluxos migratórios*”(Serviço de Estrangeiros e Fronteiras 2008)

Por outro lado em Portugal, segundo o SEF (2011), os cidadãos estrangeiros, como antes foi assinalado, gozam de condições equitativas ao lado dos cidadãos portugueses. Desta forma, procura-se integrar na sociedade portuguesa, ao menos no aspeto legal, aos imigrantes:

“É-lhes, assim, garantida, em condições de igualdade, a aplicação das disposições legais, nomeadamente em matéria de segurança social, benefícios fiscais, filiação sindical, reconhecimento de diplomas, certificados e outros títulos profissionais e acesso a bens e serviços à disposição do público, bem como a aplicação de disposições que lhes concedam direitos especiais. Para além disso, a Lei (de Estrangeiros) enuncia expressamente que o titular de Autorização de Residência tem direito, sem necessidade de autorização especial relativa à sua condição de estrangeiro, à educação e ensino, ao exercício de uma atividade profissional, à orientação e à formação profissional e à saúde.”(Serviço de Estrangeiros e Fronteiras 2011, 40)

Consequentemente, no ano de 2010 adotou-se o II Plano para Integração dos Imigrantes (II PII):

“Trata-se de um instrumento de orientação global das políticas públicas para integração dos imigrantes, que tem como objectivos estratégicos o pleno respeito dos direitos dos imigrantes, a promoção da coesão social, a igualdade de oportunidades e favorecimento da integração dos imigrantes na sociedade

portuguesa, bem como o diálogo intercultural.”(Serviço de Estrangeiros e Fronteiras 2011, 41)

Este novo Plano inscreveu quatro áreas novas focalizadas na integração e nos aspetos culturais relativos à situação dos imigrantes. Diversidade, interculturalidade, proteção aos imigrantes em situação de desemprego e imigrantes idosos.

O ACIDI conta também, como antes foi referido, com programas de integração para aqueles imigrantes que desejam desenvolver iniciativas de negócio, baixo o Projecto de Promoção do Empreendedorismo Imigrante (PEI).

No que concerne ao percurso académico, existe um duplo impacto na imigração de estudantes internacionais nas instituições de ensino superior, tanto para a sociedade como para os mesmos sujeitos durante o processo de integração. De uma parte, estes representam um estímulo para a diversidade, multiculturalidade, etc.; de outra parte, são vistos como agentes de promoção de tolerância e respeito de diferentes etnias, religiões e tradições. Um exemplo disto, são as experiências linguísticas. Da mesma forma, segundo o SEF (2012a), as características que favorecem o turismo e a estadia dos estudantes internacionais em Portugal, promovem o ingresso de rendimentos de forma direta ou indireta por os mesmos estudantes ou as suas famílias. Pode-se agregar a existência de regimes especiais para estudantes dos PALOP, por parte do Estado português, na forma bolsas de estudo, cooperação mais estreita, acordos bilaterais e multilaterais, etc.)(Serviço de Estrangeiros e Fronteiras 2012a).

Finalmente, embora o imigrante passe a ter e a formar parte da vida nacional do novo país (neste caso Portugal), não passa necessariamente a estar ou a sentir se integrado. Além de ter sido legitimado, de ter tido acesso à cidadania, a diferencia pode persistir. São os imigrantes extracomunitários, que, em grande medida, continuam a ser uns “outros”. Com a construção de uma Europa, também pode homogeneizar-se a ideia destes outros. A diversidade é vista como a fronteira entre o que é uma parte de o que é exógeno. Desta forma, os imigrantes devem passar por filtros para poderem ser cidadãos legítimos, no caso de ter acesso ao que é nacional ou ao constitui este imaginário nacional, que é próprio destes. Porém o imaginário identitário dos imigrantes é visto como algo de negativo, na sua diversidade. Muitas vezes, para poder realizar uma “integração” acompanhada da legitimação, ou seja, para ter acesso á cidadania, os

imigrantes, nos países europeus, precisam dar provas dos seus conhecimentos linguísticos e instituições nacionais da sociedade de acolhimento (Rea e Tripier 2008b, 94–98).

3. Integração e Políticas de Atração de Imigrantes em Portugal

Dentro das políticas de atração de imigrantes, uma das questões que parecem ser as mais complexas é a da fuga de cérebros ou *brain drain*, fenómeno geralmente, associado às pessoas com qualificações superiores (*Highly skilled individuals*). Segundo OECD (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico), as pessoas com qualificações superiores são pessoas que completaram o nível de educação superior, tendo como resultado a obtenção de um diploma superior universitário. Porém, dentro desta categoria, a dos indivíduos altamente qualificados, podem-se encontrar também profissionais em tecnologias da informação (IT), educadores e estudantes. Estes últimos, ao representarem um recurso humano potencial para seu país de origem, uma vez que sejam profissionais, leva os países a tomar medidas para prever o modo de desenvolvimento da migração destes indivíduos (Freitas, Levantino, e Pécoud 2012, 1–2).

Sobre isto, Góis e Marquês (2007) fazem referência aos estudantes que chegam ao abrigo de regimes de cooperação com os PALOP e Timor, e que ao acabar os seus estudos, decidem não regressar aos seus países de origem. (Góis and Marques 2007, 98).

Durante a segunda parte do século XX, quando começou o debate sobre a fuga de cérebros, considerava-se que os países do Sul ou com baixo grau de desenvolvimento eram os que perdiam com este fenómeno. Desta forma, os movimentos migratórios de indivíduos com altas qualificações superiores, eram vistos como algo de negativo para os países de origem. Nos finais deste século, o assunto começou a mudar, e a nova perspectiva considerava os benefícios que os países de origem podiam ter com este tipo de migração. A ênfase nos aspetos positivos ao nível económico, sociopolítico e educativo que afetaria o desenvolvimento dos países de origem ajuda na mudança paradigmática deste fenómeno, assistindo à introdução de novos termos como mobilidade, circulação e *brain gain*, para falar desta nova forma de ver o assunto (Freitas, Levantino, e Pécoud 2012).

A imigração, também seria um processo seletivo, integrado, em princípio por agentes motivados, qualificados, produtivos e educados. Assim, um continuado movimento migratório, que distribui o capital humano, mantido por um período de tempo específico, pode acabar por fazer decrescer o capital humano das regiões de origem, e provocar uma acumulação do mesmo nas regiões de acolhimento, favorecendo as últimas e estimulando, como consequência do estancamento das primeiras, um maior movimento migratório (Massey et al. 1993, 453).

No caso do Estado Português, referente à fuga de cérebros, o SEF (2012a) refere-se desta forma:

“Se, porventura, poderão ser levantadas algumas críticas ao estado português, atendendo aos benefícios concedidos aos estudantes originários dos PALOP e ao conseqüente risco de ‘fuga de cérebros’, não se pode deixar de atentar ao facto de apenas um reduzido número deste grupo de estudantes concluir seu diploma em Portugal. Existem também, conforme referido anteriormente, algumas situações nas quais cidadãos deixam caducar os vistos ou as autorizações de residência, permanecendo no território nacional de forma irregular e exercendo outra atividade que não estudos no ensino superior. Porém, esta situação é pouco expressiva, com impactos restritos no cômputo geral. Estes factos parecem demonstrar que a haver alguma ‘fuga de cérebros’, a mesma é de fracas proporções, podendo haver algum uso indevido do estatuto de estudante internacional.”(Serviço de Estrangeiros e Fronteiras 2012a, 45)

Carvalhais sugere que na agilização dos processos (de atração e integração de migrantes qualificados), Portugal tem mantido um papel ativo na atração de imigrantes com qualificações superiores ou estudantes estrangeiros de educação superior. (Carvalhais 2012). Segundo Góis e Marques (2007), Portugal ainda não tem um conhecimento profundo sobre as migrações especificamente de trabalhadores qualificados. Esta insuficiência de informação só pode chegar a ser superada com a introdução na agenda de investigação e prioridades do país (Góis and Marques 2007, 131).

Por parte do SEF (2008), o tratamento desta população imigrante tem sido considerado até só pouco tempo, e como resposta as necessidades internas do país:

“Na linha da política comum europeia de captação de pessoas qualificadas, a valorização desta imigração manifesta-se não apenas na legislação mais recente, mas também na criação e desenvolvimento de programas de reconhecimento de habilitações superiores com vista ao suprimento de necessidades específicas do mercado de trabalho nacional.” (Serviço de Estrangeiros e Fronteiras 2008)

Weizsacker (2006), num artigo sobre migração e imigrantes altamente qualificados (com a proposta da carta azul), apresenta Portugal como um dos países de entre vários países desenvolvidos (Europeus, da América do Norte e da Austrália), com menor percentagem de nacionais com educação superior, sendo esta percentagem de 7,7 entre o total de população, e de 6,3% entre os nascidos fora de Portugal (Weizsacker 2006). Isso colocaria Portugal numa posição de favorecimento das políticas de atracção dos imigrantes qualificados (Carvalhais 2012, 109).

Segundo Góis e Marquês, Portugal não tem desenvolvido uma estratégia específica (num plano pragmático) de captação de recursos humanos, mão-de-obra especializada, embora a temática tenha sido tratada durante os primeiros anos do século XXI (Góis and Marques 2007, 51–57). Para estes autores, existe uma relação entre estimular políticas de atracção de migrantes qualificados e o desenvolvimento do país. Em 2001, segundo dados recolhidos por estes autores, os PALOP representavam 11,7% do total de migrantes qualificados; e 3,7% dos imigrantes dos PALOP, em proporção aos seus nacionais, tinha um grau de ensino superior (Góis and Marques 2007, 69–70).

Peixoto (2004) mostra-se de acordo com o facto de ser importante que a política portuguesa estimule a atracção de profissionais qualificados, e que reconheça as competências (e qualificações) dos imigrantes (Peixoto 2004, 67).

Capítulo V. Imigração e Emprego em Portugal

Ao nível de emprego, a grande maioria dos imigrantes em Portugal trabalha por conta de outrem, com número similares aos portugueses (mais do 90%). Mas as condições laborais dos imigrantes são geralmente precárias. Para além disso, estes grupos estão caracterizados por ter baixa escolarização (J. R. dos Santos, Mendes, e Rego 2012).

Sobre isto, Pires (2002) afirma:

“Ora, quanto menores forem os custos salariais directos e indirectos de uma mão-de-obra imigrante desprotegida nos domínios social e laboral, maior será a tendência para o recrutamento activo dessa mão-de-obra.”(Pires 2002)

Entre as conclusões do seu estudo sobre a perceção e auto-perceção de imigrantes e portugueses sobre as condições laborais de uns e de outros, Santos e Faria (2007) afirmam que as condições sócio laborais dos imigrantes devem de ser mais céleres e estratégias transparentes de legalização e de permanência em Portugal. A responsabilidade disto recai tanto nos cidadãos que conhecem as situações de exploração e ilegalidade, assim como aos empregadores destes imigrantes. Assim também, uma proposta educativa ao nível intercultural para evitar o etnocentrismo (N. L. Santos e Faria 2007). Um dos problemas neste contexto é o que Sassen (2006) chama trabalhos *“dead end”*: trabalhos que deixam baixos rendimentos ou nenhum aos trabalhadores que os fazem. Entre este trabalhos estão o cuidado de crianças, restauração, vendas, construção, e praticamente a maioria de empregos nos quais instalam-se os imigrantes de países com pouco desenvolvimento nos países desenvolvidos (Sassen 2006, 641–642).

Para além disso, existem outras questões perante a situação de emprego dos migrantes. Particularmente dos imigrantes e sua relação com o país de origem. Sobre isto, Tolentino (2009) considera que as migrações têm certas características. Especificamente, no nível económico,

uma vez que as pessoas estão instaladas no país de acolhimento (embora seja informalmente), quando têm rendimentos, o envio de remessas cumpre um papel quando estes migrantes têm contacto com familiares no seu país de origem. Estes fluxos de remessas são considerados entre outras coisas como um dos nexos dos mais importantes entre migrações e desenvolvimento. Esta autora assinala como existe uma carência de estudos, em língua portuguesa, sobre a relação das migrações e o envio de remessas em conjugação com o desenvolvimento de África. Embora seja impossível obter números fiáveis para determinar a situação exata. Mas tudo aponta que os emigrantes de África desempenham um papel importante nas estratégias de sobrevivência pessoal, financiamento familiar e na economia de alguns Estados (Tolentino 2009).

Uma outra estratégia de sobrevivência na sociedade de acolhimento é o empreendedorismo, já que se mostra como uma forma de os imigrantes poderem encontrar alternativas à situação do desemprego ou trabalhos de baixa remuneração. Muitos imigrantes recorrem a ideias de negócio para poder criar um nível de vida estável ou manter a sua família.

Oliveira (2004) afirma, que não se pode partir de uma conceção teórica que generalize os indivíduos de um determinado grupo, mas que o peso do contexto no qual estes migram é de importância para analisar estas iniciativas. É assim que nos indivíduos, segundo esta autora, podem identificar oportunidades que são tanto estruturais/contextuais, relativas a sociedade de acolhimento, e oportunidades étnicas, as quais são inerentes ao grupo do qual estes imigrantes formam parte (Oliveira 2004). As fontes de investimento, no caso dos cabo-verdianos, para começarem com uma iniciativa de negócio provêm de poupanças e recursos pessoais, na sua maioria.

Nos finais dos anos 90, com os imigrantes de Leste a concorrer dentro do setor da construção, as percentagens de empreendedores, no caso específico dos cabo-verdianos, duplicam-se. O trabalho independente apresenta-se também como uma alternativa. Mas isto não implica que seja fácil o cenário para o desenvolvimento do empreendedorismo imigrante dos nacionais dos PALOP. Também os problemas de acesso ao crédito, o fator económico, e a discriminação sentida por eles jogam um rol forte dentro desta dinâmica. Quando as dificuldades de obter

emprego e os benefícios sociais que os imigrantes encontram na sociedade de acolhimento, também terminam por ser um fator que reduz iniciativa empreendedora (Oliveira 2008).

O empreendedorismo entre os imigrantes é considerado uma forma de ascensão social ante as dificuldades que eles encontram ao nível de emprego e sobrevivência. Restaurantes, cabeleireiros, cantinas, discotecas, e até a música, entre outros, são atividades que os imigrantes dos PALOP utilizam como meios para poder desenvolver ideias de negócio.

PARTE III. O Projeto de Estágio

Capítulo I. Instituição de Acolhimento

A instituição de acolhimento na qual foi desenvolvido o estágio foi o Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto (CEAUP)⁵. Como seu nome assinala, o CEAUP é uma instituição que trabalha com temas relativos aos estudos africanos, incorporando investigadores de diversas áreas, docentes e estudantes, tanto portugueses como internacionais, para desenvolver projetos de investigação e publicações científicas.

O âmbito de trabalho do CEAUP abrange três dimensões (CEAUP):

⁵ Para maior informação: <http://www.africanos.eu/ceaup/>

1. Desde 1999, uma Unidade de I&D financiada pela FCT com o nº495. A investigação abrange vários domínios científicos, sobretudo das ciências sociais e humanas, com o objetivo de desenvolver investigação científica, fundamental e aplicada, sobre África.
2. Uma sociedade científica que colabora com a Universidade do Porto na organização e seccionarão de cursos em Estudos Africanos, promove o intercâmbio entre docentes de instituições africanas, europeias e brasileiras e outros eventos académicos.
3. Uma ONGD, direcionada para a elaboração e cooperação em projectos de desenvolvimento e de educação para o desenvolvimento, enquadrados em parcerias com instituições nacionais e internacionais operando em África. A dimensão dupla de investigação/ação reconhece-se como vantajosa, tanto para a primeira como para a segunda vertente.

Os eixos de trabalho do CEAUP, portanto, pretendem refletir um esforço direto por conseguir um aproximação à realidade africana.

Desde sua fundação conta com diversas publicações e projetos, por exemplo a Revista Internacional de Estudos Africanos, *Africana Studia*, formada por artigos e estudos sobre temas tais como Identidade, Etnicidade, Política, Direitos Humanos, História, entre outros. Estas áreas temáticas focam-se nos espaços geográficos do continente Africano, assim como nas relações coloniais e pós-coloniais da Europa com África.

O CEAUP também realiza seminários, conferências, congressos e variadas atividades que envolvem a participação ativa de investigadores, docentes, estudantes e o público em geral. Isto porque o CEAUP tem um interesse primordial em partilhar com a comunidade os trabalhos realizados, que tratam os temas africanos, para provocar consciência e participação. Durante seus primeiros anos o CEAUP organizou encontros relacionados com o campo das Ciências Sociais na área da Língua Portuguesa (por exemplo, a organização do VI Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais no ano 2000, e participação dos Congressos de 1998 e 2006, entre outros).

A instituição de acolhimento mostra também um interesse nos estudos relativos as relações entre países de língua Portuguesa. Colóquios sobre a identidade e países africanos de Língua

Portuguesa (como no VIII Colóquio Internacional "Estados, Poderes e Identidades na África Subsariana" - África de Língua Portuguesa: 30 anos de independências, realizado na Faculdade de Letras da Universidade do Porto em 2005), publicação e apresentação de diversos livros, encontros, seminários e análises sobre a história dos PALOP (seminários sobre a identidade na África Subsariana, independências dos PALOP, colonialismo, escravatura, cultura, diásporas, etc.). Os materiais e atividades desenvolvidos no CEAUP, estão inerentemente relacionados com as relações internacionais, a história, a cooperação e o desenvolvimento. Por fim, para além da organização, participação e publicação de material relativo aos Estudos Africanos, o CEAUP é uma instituição que tem um interesse genuíno na realidade da África e nas relações entre este Continente e o continente Europeu.

Da mesma forma, o CEAUP conta com a participação ativa de um corpo de investigadores, tanto no CEAUP, como profissionais convidados de outras instituições. Além disso também fomenta a participação do corpo estudantil dentro de projetos de investigação, na publicação de materiais académicos, e no estímulo ao desenvolvimento de estudos que relacionados com os temas da África, estudos sobre cultura lusófona, historia e relações internacionais, entre outros.

O CEAUP, como antes foi assinalado, admite a participação de investigadores com uma perspectiva multidisciplinar, mas sempre com ênfase em áreas temáticas relacionadas com África ou aplicáveis ao contexto africano. Desta forma, o CEAUP procura estimular o desenvolvimento de investigação e pesquisa ao nível material, dentro do território nacional; dá apoio à mobilidade fora do país (subsídio anual) para participar em atividades de investigação ou encontros científicos; promove a divulgação dos resultados de investigação. O corpo de investigadores do CEAUP é composto por profissionais de diversos países, com experiência profissional e formação académica em diferentes âmbitos, o que significa que a colaboração dentro do CEAUP está inscrita numa dinâmica multidisciplinar.

Ao nível de cooperação e desenvolvimento, CEAUP tem o estatuto de uma plataforma ONGD, reconhecida pelo Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento. A sua constituição partiu do interesse dos investigadores do CEAUP para abranger não só o espaço académico, mas também para conjugar a investigação com ações concretas de cooperação e desenvolvimento em e com

diversos países de África. Entre os principais objetivos da ONGD estão: dar apoio técnico aos projetos de cooperação dentro do marco de investigação da CEAUP; diagnóstico, elaboração, avaliação e de projetos de cooperação e desenvolvimento; consultorias; desenho de ações de marketing social; entre outros.

Finalmente, na área das publicações, e como já referido, o CEAUP conta com uma revista, *Africana Studia*, livros publicados em diversos formatos (papel e eletrónicos), *working papers*, bases de dados e arquivos multimédia. Estes materiais e produções científicas cobrem vários temas relativos à realidade africana.

1. O sobre o CEAUP como Instituição de Acolhimento

A realização de um filme documentário, baseado em entrevistas, nasceu de um proposta realizada pelo Professor Doutor Maciel Santos, coordenador da Unidade I & D do CEAUP e quem seria o orientador externo de projeto de estágio, com o interesse de realizar um trabalho documental através de meios audiovisuais que tivesse como foco a imigração africana dos PALOP no Porto. Neste caso, a proposta baseava-se na ideia de poder realizar um trabalho de campo para o CEAUP, para assim poder conhecer a realidade dos imigrantes dos PALOP que estão estabelecidos ou com residência, no Porto. Estes imigrantes que por variados motivos, escolheram o Porto para se estabelecer, partindo de distintas realidades.

Um dos alvos do trabalho era poder estabelecer uma aproximação entre estas realidades vividas pelos imigrantes e a temática que o CEAUP desenvolve dentro dos seus projetos de investigação. Algo importante era poder ter acesso a aquelas fontes vivas, aquelas pessoas que tem uma experiência de vida sobre o que significa ser imigrante na sociedade de acolhimento.

A ONGD do CEAUP funcionou assim como instituição na qual se iria desenvolver o trabalho, baseado na produção de um documentário estruturado em entrevistas a imigrantes africanos oriundos dos PALOP.

A realização deste trabalho requeria poder utilizar os conhecimentos adquiridos ao longo do mestrado em História, Relações Internacionais e Cooperação, nomeadamente em aspetos tais como as migrações em Portugal, políticas de integração de imigrantes na Europa, e temas da imigração africana em Portugal dos PALOP. Dentro destes aspetos, pretendia dar-se relevância de temas como a identidade, o emprego, educação, os motivos dos imigrantes para se mobilizarem, discriminação, integração, entre outros, teriam um papel fundamental dentro do âmbito do trabalho. Trata-se de uma temática transversal que correlaciona os objetivos e dimensões do trabalho de investigação, cooperação e desenvolvimento do CEAUP (assinalados nas páginas anteriores) com os eixos e objetivos de aprendizagem compreendidos no programa do mestrado de História, Relações Internacionais e Cooperação (MHRIC) da Universidade do Porto. Entre estes objetivos, pode-se mencionar o de potenciar, dentro de uma estrutura curricular flexível diferentes áreas curriculares numa área de conhecimento global sobre as relações internacionais e as políticas de cooperação; preparação de agentes que poderão desenvolver atividade profissional em vários setores diversificados da área das relações internacionais; ou promover a investigação científica nas várias áreas de conhecimento integradas na formação do programa de estudos.

No MHRIC, desenvolveu-se um programa de estudos que integrava disciplinas relacionadas com a cultura e os estudos africanos. Tal programa levou a que se pudesse planear a realização de um projeto documental através da utilização de meios audiovisuais, aproveitando os elementos que a instituição de acolhimento (CEAUP) oferecia, assim como o conhecimento adquirido no MHRIC.

Basicamente, o principal critério da pertinência deste trabalho inscreve-se na transversalidade dos temas, objetivos e práticas do programa de estudos do MHRIC e aqueles do CEAUP. Mas, para além destes aspetos, destaca-se o meu interesse pessoal pela área dos estudos sobre a imigração, identidade, cultura e história. O tema das migrações dos PALOP no Porto, como

base do projeto do filme documentário, guarda, dentro de si, uma importância para a comunidade, não só pelos conhecimentos (base teórica) sobre os quais se fundamenta o trabalho, mas também pela abordagem centrada no próprio migrante, atendendo a que lhe é dada a oportunidade de ter uma voz num contexto internacional, através da qual se sentem movidos a manifestar a sua opinião sobre a situação no país de acolhimento dos imigrantes.

2. O Projeto de Estágio

O trabalho do estágio no CEAUP teve como objetivo a elaboração de um filme documentário baseado em entrevistas realizadas a um grupo de imigrantes dos PALOP que residiram na Grande do Porto. A natureza do trabalho implicou assim a filmagem de entrevistas, e a consequente edição, sobre o tema da imigração dos PALOP.

O trabalho necessitou de uma etapa na qual se estabeleceram tanto os critérios de seleção para elaborar um perfil das pessoas que seriam entrevistadas, como os parâmetros para definir as perguntas a realizar. Com a ajuda da orientadora do mestrado, a Professora Doutora Isabel Galhano, estabeleceram-se alguns pontos de ação para poder executar o trabalho. Estes pontos serviriam como marco para começar a ter um projeto de pré-produção das entrevistas. Em primeiro lugar, começar a procurar, através de uma pesquisa bibliográfica, informação, publicações, dados estatísticos, entre outros, sobre o grupo alvo do que formaria parte, num nível interno (entrevistados) do documentário.

O Professor Doutor Maciel Santos fez a proposta de delimitar o trabalho aos PALOP, e que os indivíduos fossem imigrantes residentes (que estivessem a morar) na zona do Porto. Estes imigrantes africanos dos PALOP, também deviam ter permanecido ao menos o tempo considerado suficiente para ser considerados como imigrantes.

O primeiro passo consistiu assim em delimitar este grupo, tomando nota das primeiras especificações sugeridas pelo Professor Doutor Maciel Santos, e as indicações da Professora Doutora Isabel Galhano. Segue-se uma fase de tomada de contacto com imigrantes africanos residentes no Porto e provenientes de Angola, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Cabo Verde, com vista à realização de entrevistas exploratórias, de forma a tomar conhecimento sobre algumas das suas preocupações, vivências e experiências pessoais, relativas ao seu país de origem, à mudança de país e ao país de acolhimento.

2.1. Objetivos do Estágio

Os objetivos do estágio visavam desenvolver um trabalho de campo que estivesse em acordo com as dimensões e objetivos de trabalho e investigação do CEAUP e com o programa de estudos do MHRIC.

A natureza prática do estágio implicava, ainda, ter um conhecimento básico de manipulação de equipa audiovisual e edição para poder desenvolver e gravar as entrevistas de forma adequada e com um mínimo de qualidade.

A temática e a aproximação às pessoas, pela sua vez, obrigaram ao estabelecimento de contatos prévios com os entrevistados, mantendo uma dinâmica de imersa no académico, a qual, simultaneamente não permitisse que o fator humano fosse esquecido.

Assim, foram-se construindo passo a passo os principais objetivos do trabalho em primeiro lugar, de forma a poder assegurar a pertinência do mesmo âmbito de um projeto de estágio. Em segundo lugar para poder realizar um trabalho que fosse de utilidade para o CEAUP e sua ONGD. Em terceiro lugar, para poder oferecer à comunidade, quer universitária, quer civil, um material que aproximasse-os à uma realidade social que acontece em Portugal.

2.1.1. O objetivo geral do Estágio:

- Elaborar um filme documentário baseado em entrevistas a imigrantes dos PALOP residentes no Grande Porto, para poder ter depoimentos dos imigrantes, relativos à sua percepção sobre sua situação como imigrantes, a partir de uma perspectiva que considere fatores como a aculturação, a construção da identidade, a discriminação, a integração, entre outros. Isto permitiria ao CEAUP ter material audiovisual, numa primeira aproximação, que, pela sua natureza, estivesse à disposição de um público mais amplo, ao contrário do que acontece com a maioria dos trabalhos académicos (mais teóricos) sobre a temática migratória. A realização de um documento audiovisual permite, da mesma forma, que o espectador possa estabelecer uma relação com o sujeito que fala (o entrevistado),

2.1.2. Objetivos Específicos:

Além deste objetivo principal, o trabalho representa ainda um protótipo de um modelo que pode ser seguido para muitas outras áreas temáticas, modelo este que representa para o CEAUP um recurso de material passível de ser usado no âmbito de trabalhos de diversas áreas das Ciências Humanas, como por exemplo, da Antropologia, Linguística, História, Sociologia, e de áreas mais específicas mas transversais, como a das Relações Internacionais.

Relativamente aos objetivos específicos, no projeto de estágio pretendeu-se:

- Construir um trabalho audiovisual em conjunto com a participação de membros da comunidade africana, nomeadamente imigrantes oriundos dos PALOP, que estivesse centrado na problemática da imigração, a partir da perspectiva dos próprios imigrantes.

- Conhecer as perceções dos imigrantes africanos oriundos dos PALOP e residentes no Grande do Porto, sobre a sua situação como imigrantes.
- Elaborar material audiovisual, baseado em entrevistas a imigrantes dos PALOP africanos, residentes no Grande Porto, que ficasse disponível para ser usado em trabalhos académicos posteriores.
- Produzir um trabalho audiovisual que tratasse temas como a identidade, a imigração e género, a discriminação e a integração, e tivesse como sujeitos imigrantes africanos oriundos dos PALOP que residem no Grande Porto.

Capítulo II. Metodologia do Projeto de Estágio

1. Programa do Projeto de Estágio

O trabalho tratava-se da criação de um filme documentário, baseado em entrevistas (trabalho de campo), composto de várias fases:

Uma primeira fase de pré-produção: nesta fase o primeiro que devia ser elaborado era um plano de ação sobre o tema geral. Neste caso, fazer uma pesquisa exploratória sobre o tema sobre o que viria a ser tratado nas entrevistas, fazer uma listagem dos materiais que deviam ser utilizados (equipa audiovisual), realizar entrevistas exploratórias para poder medir tempo de produção, estabelecer contatos com membros da comunidade africana, nomeadamente imigrantes dos PALOP. Dentro desta fase, o primeiro que passo foi estabelecer um plano de atividades com a orientadora Professora Doutora Isabel Galhano, a partir do qual se pudesse desenvolver um esquema de trabalho. De acordo com as indicações da professora, fez-se uma delimitação do âmbito do projeto, estabelecimento de parâmetros de ação, e uma primeira pesquisa bibliográfica sobre o tema das imigrações dos PALOP em Portugal para estabelecer um estado da arte.

Numa segunda fase, definiram-se os conteúdos: foram realizadas reuniões com a orientadora, Professora Doutora Isabel Galhano, para determinar um potencial guião ou tipo de perguntas a

fazer no trabalho de gravação das entrevistas. Para além disso, foi discutida a melhor forma de aproximação aos sujeitos que iriam participar nas mesmas.

Terceira fase, consistiu na produção das gravações, nesta fase a dinâmica esteve marcada de duas formas: primeiro, a escolha de pessoas que se voluntariaram a participar nas entrevistas, fizeram-se reuniões com diversos imigrantes para falar sobre os temas que lhes pareciam mais pertinentes e que podiam ser inseridos dentro das entrevistas. Seguiram-se com imigrantes reuniões que tomavam mais a forma de diálogos e conversas, nas quais eles contavam parte das suas histórias, ou os seus depoimentos de vida. Nesta fase, o trabalho de campo era exigente no sentido em que num primeiro momento se devia investir algum tempo ao longo de várias reuniões para determinar qual era a melhor forma de realizar as gravações, as localidades, a procura de pessoas, assim como as conversas com os mesmos sujeitos para ter uma melhor perspetiva da sua experiência como imigrantes. Também foi nesta fase, como se assinalou, que começaram as gravações. Os locais utilizados para gravar as entrevistas foram indicados pelos entrevistados e as datas dependiam da sua disponibilidade. Com alguns deles, o local de gravação podia ser bem sua casa, ou o lugar no seu local de trabalho. Porém, as gravações foram realizadas em lugares abertos, ou estabelecimentos comerciais cujos donos eram os entrevistados, ou mesmo em locais quer direta, quer indiretamente ligados à temática desenvolvida (nomeadamente a Associação Espaço Moçambique). Da mesma forma, nesta fase foi desenvolvida uma pesquisa bibliográfica mais profunda sobre a situação dos imigrantes dos PALOP.

Finalmente, desenvolver-se-ia uma fase de pós-produção: nesta fase, podiam ser repetidas algumas gravações para reformular algumas perguntas ou melhorar aspetos técnicos (como problemas de som ou iluminação). Mas o alvo principal era poder realizar uma montagem das entrevistas com a intenção de dar forma ao filme documental, assim como uma redação final das justificações teóricas que serviriam de base à dinâmica das perguntas e aos temas tratados durante as entrevistas. Durante esta fase seria redigido na sua forma final o presente relatório de estágio.

Programa de trabalho do Projeto de Estágio				
Fases	Pré-produção	Análise dos conteúdos	Produção	Pós-produção
Meses	Novembro - Janeiro	Janeiro- Fevereiro	Março- Agosto	Agosto-Setembro
Duração/ Horas	70	30	200	100

Tabela 1

Pela especificidade do trabalho que devia ser feito, não havia um horário concreto de trabalho. Podia ser necessário fazer gravações pela tarde, assim como pela noite. Quer entre segunda e sexta-feira, quer aos fins-de-semana. A dinâmica com as pessoas tornava complicado poder estabelecer horários fixos, e as diversas variáveis contextuais, como a disposição dos entrevistados, mudanças de local de gravação, aproveitamento de certos elementos para melhorar a qualidade da mesma, ou para reorganizar algumas ideias, faziam com que o trabalho de campo fosse confrontado com a maior flexibilidade possível para não causar nenhuma moléstia aos entrevistados.

2. Entrevistados

2.1. Critérios de Seleção dos Entrevistados

Durante a primeira fase da realização do projeto de estágio, seriam estabelecidos certos critérios para a escolha do perfil dos entrevistados. Em primeiro lugar, devia ser delimitado um espaço de ação (critério geográfico), neste caso o lugar de residência dos imigrantes africanos que seriam entrevistados. O Professor Doutor Maciel Santos e a Professora Doutora Isabel Galhano sugeriram que o melhor lugar para delimitar o trabalho do projeto seria na Região do Norte, especificamente que os imigrantes fossem residentes no Grande Porto. O seguinte critério era estabelecer um mínimo de tempo de residência em Portugal (critério temporal), de forma tal que

aqueles potenciais entrevistados tivessem já algum tempo de contato com a sociedade portuguesa, que a sua estadia em Portugal não fosse simplesmente temporária, ou de curto prazo, por exemplo como seria no caso dos estudantes, trabalhadores temporários ou mesmo turistas, entre outros. Desta forma, seria determinado que o mínimo de tempo de residência fosse por volta dos três anos cumpridos de residir em Portugal. Depois estava o critério relativo à situação migratória dos entrevistados, nomeadamente se eles se encontravam numa situação regularizada (residentes legais) ou irregular (imigrantes ilegais) de acordo com as leis portuguesas. Porém, foi determinado, através da revisão bibliográfica de dados do SEF e de conversações diretas com potenciais entrevistados, que este critério não teria maior peso na determinação de um perfil do entrevistado (ainda que seja importante no caso da realidade do imigrante e sua própria forma de se enfrentar à mesma). Portanto, decidiu-se que este critério não seria determinante. Após isto, ainda ficava por tomar em conta um aspeto que abrangia diversas questões sobre a intencionalidade de se estabelecer em Portugal como seu lugar de residência (critério de intencionalidade). Neste caso, por um lado, a complexidade radicava no facto de os imigrantes poderem bem ver Portugal como uma ponte de entrada para Europa (mobilização para um terceiro país), ou poderem, ainda após terem residido no país por vários anos, decidir regressar ao seu país de origem. Por outro lado, eles podem ser residentes legais cumprindo o número de anos exigidos pela lei para obter a cidadania portuguesa, e aí ou ficar, ou sair do país. O problema com este critério, era determinar *a priori* se os potenciais entrevistados tinham esse género de ideias. Finalmente, que o imigrante fosse um imigrante originário de um dos PALOP (critério da origem).

De modo a poder estabelecer parâmetros para averiguar a pertinência ou dos critérios de seleção dos entrevistados potenciais participantes no filme documentário, tomar-se-ia em conta a informação recolhida durante as reuniões prévias que se mantiveram na maioria dos casos com eles. Ao final, determinava-se quem deles cumpriam com ao menos o critério geográfico, o temporal e o critério de pertença.

Em forma de síntese, apresentam-se no seguinte quadro os critérios de seleção escolhidos:

Critérios de Seleção dos Entrevistados
Critério Geográfico: Residir no grande Porto no momento da entrevista
Critério Temporal: Ter residido em Portugal por ao menos três anos ao momento da entrevista.
Critério da Origem: Ser originário de um dos PALOP.

Tabela 2

Sobre o critério relativo à sua situação migratória e à intencionalidade, estes passava a ser aspetos secundários, pela natureza qualitativa do trabalho, e pelo fato de se tratar de um projeto que involucra a participação de pessoas (subjetividades) como fontes vivas.

Em poucas palavras, para que a entrevista fosse pertinente dentro dos parâmetros do trabalho, assim como com os objetivos do mesmo, os imigrantes a ser entrevistados deviam ser imigrantes oriundos dos PALOP, residentes do Grande do Porto, e que tenham residido em Portugal ao menos três anos ao momento de serem entrevistados.

Realizaram-se entrevistas prévias e reuniões com umas 25 pessoas, embora, ao final tivessem sido entrevistados 16 imigrantes dos PALOP para formar parte do vídeo. Além disso, foi realizada uma entrevista extra a uma imigrante doutro país africano, nomeadamente Nigéria, mas por estar fora dos parâmetros de escolha para este projeto de estágio em particular, a gravação da entrevista não foi considerada ao vídeo final.

Tabela resumo da quantidade de entrevistados por país:

Composição dos Entrevistado por País				
Cabo Verde	Moçambique	Guiné-Bissau	São Tomé e Príncipe	Angola
6	4	3	2	1

Tabela 3

2.2. Estabelecimento do Grupo de Entrevistados: o Percorso

O trabalho, na sua execução, tinha a particularidade, pela sua natureza, de compreender diversas provas prévias com pessoas de diferentes origens. Esperava-se poder manter uma relação algo próxima com diferentes sujeitos, o que implicava ter em consideração o fator subjetividade que estaria impresso ao longo do trabalho, tanto na fase de pré-produção e pesquisa, como nas subsequentes etapas do projeto.

A procura de imigrantes interessados em participar começou em Novembro de 2012 com a ajuda da orientação da Professora Doutora Isabel Galhano, que fez a recomendação de realizar entrevistas exploratórias, começando com um jovem de São Tomé e Príncipe. Foi assim que se marcou uma reunião com este jovem são-tomense, quem se mostrou disponível para manter uma conversa sobre o tema da imigração, a sua situação como imigrante e projetos pessoais. Após a primeira reunião e gravação da entrevista exploratória, no início de 2013 passou-se à pesquisa de indivíduos oriundos dos PALOP que estivessem na disposição de formar parte do filme documentário.

Em vários casos, a aproximação conseguiu-se com a colaboração de pessoas que tinham conhecimento de outras pessoas que poderiam estar na disposição de serem entrevistados. Assim mesmo, que pudessem partilhar suas experiências.

Tendo em conta os critérios, objetivos, parâmetros temáticos e demais demarcações, começaram a ser marcadas reuniões com vários deles.

Foi possível conhecer e manter contato com vários imigrantes de diferentes países dos PALOP, primeiro, e como se apontou anteriormente, segundo as recomendações da orientadora do MHRIC, Professora Doutora Isabel Galhano. Assim foi como depois da reunião com o jovem de São Tomé e Príncipe, e da gravação da entrevista exploratória, falou-se com uma imigrante angolana que residia há já mais de três décadas em Portugal. Depois de manter várias reuniões com ela, marcaram-se reuniões com uma guineense, e estabeleceu-se uma espécie de cadeia de

contatos. Quando se realizou a reunião com esta pequena empresária da Guiné-Bissau, ela sugeriu falar com o presidente da Associação de Cabo-verdianos no Porto. Após variadas reuniões realizadas, ia-se construindo uma base para a execução das entrevistas definitivas. Também, por recomendação da Dra. Galhano, falou-se com o atual presidente da Associação Espaço Moçambique, quem esteve em total disposição para figurar como entrevistado no filme documentário.

O anterior aconteceria em conjunção com a pesquisa bibliográfica para poder filtrar os temas mais relevantes para o projeto.

Com um contato do SEF, se marcou uma reunião com um jovem que trabalha no CNAI do Porto. Ele estava a realizar seu trabalho de mestrado sobre migrações cabo-verdianas, e fez a recomendação de um livro sobre estudos sobre migrantes cabo-verdianos em Portugal, sob a coordenação do Dr. Pedro Góis. Uma vez lido o livro, entrou-se em contato com este académico, quem trabalha na Faculdade de Belas artes da Universidade do Porto. Ali marcou-se uma reunião para falar sobre a temática da imigração africana no Porto. Ele fez a referência a uma estudante cabo-verdiana que estava interessada em produção audiovisual e quem estava a realizar um filme documentário sobre filhos de imigrantes cabo-verdianos. Foi dessa forma que estabeleci contato com ela logo.

Ao falar com a jovem cabo-verdiana, ela convidou-me para assistir a uma reunião sobre poesia e literatura. Mais que uma reunião era um encontro cultural. Ali falamos sobre interesses comuns e sobre o trabalho dos nossos projetos. Uma vez ali, teve-se a oportunidade de falar com varias pessoas, a maioria imigrantes, e assim marcaram-se mais reuniões.

Desta forma, foi que se estabeleceu uma rede primeira de contatos, e através destes foi possível ter acesso as diferentes comunidades de imigrantes que representariam ao grupo de imigrantes africanos dos PALOP necessário para realizar o trabalho.

Além disso, com a colaboração desta pequena rede, em particular da jovem cabo-verdiana, fizeram-se várias saídas para procurar uma maior quantidade de pessoas para que participarem no filme documental, em diversos pontos da cidade do Porto, nos quais há vários negócios de pessoas de origem africana. Por uma questão de tempo, de todas as pessoas com quem foi

possível falar, que eram imigrantes africanos dos PALOP (falou-se com uma quantidade maior de imigrantes), selecionaram-se aqueles que pareciam cumprir com os critérios principais.

Um detalhe a destacar foi que a presença de imigrantes de Cabo Verde parecia ser maior que a dos imigrantes oriundos de outras regiões, e que foi possível só, por outro lado, entrevistar a uma angolana. Esta situação foi devida ao fator tempo, porque era muito difícil conseguir homogeneidade total entre os diversos grupos de imigrantes, e manter um trabalho dentro dos limites dos objetivos e, também, das limitações práticas do projeto. Poder realizar tudo o trabalho de preparação, revisão e análise bibliográfica, estabelecimento de contatos, reuniões com a orientação do projeto, testes e entrevistas exploratórias, produção e pós produção, acabaria por ser uma responsabilidade grande para um projeto assumido, na sua execução por um estudante.

Outro dos problemas principais era a disposição de tempo em momentos específicos dos entrevistados. As vezes, vários dos potenciais entrevistados, depois de marcar uma data para serem entrevistados, acabavam por cancelar o próprio dia da reunião ou da gravação, o que atrasava a fase de produção.

Apesar de isto ter sido um contratempo em alguns casos, era algo que se tinha contemplado, porque se ia tratar com pessoas e não havia nenhuma garantia relativamente ao controlo que se podia ter na quantidade de reuniões, na disponibilidade dos imigrantes num momento particular, no tempo real da duração das entrevistas *a priori*.

Uma conclusão importante derivada desta parte do processo é que estabelecer contatos com a comunidade ou grupo de pessoas que estarão dentro do projeto, como no caso dos entrevistados, não pode ser subestimada. É importante dispor do tempo suficiente para conhecer as pessoas, sem esquecer a sua pertinência dentro dos parâmetros do projeto, e sair ao “campo” com elas para conseguir os objetivos desejados.

2.3. Dados e Informação Sobre os Entrevistados

Nome	Nacionalidade	Ocupação	Reuniões prévias	Entrevistas	Anos de residir em Portugal
Alice	Moçambicana	Bar de uma Associação/ Estudante de ensino	2	1	5
Artemisa Ferreira	Cabo-verdiana	Estudante	5	2	7
Edson Tolentino	Cabo-verdiana	Estudante/ restauração/ cantor/ produtor musical independente	2	2	4
Fátima	Moçambicana	Bar de uma Associação/ Estudante de estética	2	1	3,5
Felizardo	Moçambicana	Presidente da Associação Espaço Moçambique, Porto	2	1	39
Maria Manuela Filomena Cardoso	Angolana	Trabalhadora independente	5	3	37
Florido	Moçambicana	Desempregado	1	1	11
José	Cabo-verdiana	Estudante	1	1	5
Vladimir Lucas Jardim	Cabo-verdiana	Encarregado de um Bar	3	1	7
Luísa Correia	Guineense	Trabalhadora Municipal	3	1	34
Martin	Cabo-verdiana	Presidente da Associação de Guineenses no Porto	3	1	18
Mykleil Ceita	São-tomense	Estudante	2	2	4
Nathalie Almeida Fonseca	São-tomense	Estudante/ Trabalhadora	1	1	4
Nelson	Cabo-verdiana	Estudante	4	3	8
Maria Da Luz Pinto Cabral Turé	Guineense	Dona de uma loja de artigos guineenses e de estética	2	1	11
Paulo	Guineense	Dono de um cabeleireiro	1	1	5

Tabela 4

Capítulo III. As Gravações

1. Reuniões precedentes às gravações

O processo que envolveu as gravações das entrevistas, dividiu-se em duas fases. Uma fase de reuniões prévias, de carácter exploratório, durante a qual só se fizeram um par de entrevistas com a equipa de gravação; e uma fase de realização das entrevistas.

Durante o período de pré-produção marcaram-se reuniões com vários dos possíveis entrevistados que participariam nas gravações. Este período decorreu entre Novembro de 2012 e Janeiro de 2013. Primeiro dever-se-iam estabelecer contatos. Poder conhecer vários imigrantes oriundos dos PALOP que estivessem na disposição de serem entrevistados. Foi assim que começaram as primeiras reuniões com alguns deles.

A dinâmica neste tipo de reuniões caracterizava-se por, primero, explicar em termos gerais o projeto, falando do interesse do CEAUP em documentar em vídeo depoimentos sobre a situação dos imigrantes dos PALOP que residissem no Grande Porto. Em segundo lugar explicar como, através de um projeto audiovisual, baseado em entrevistas, se podia fazer um trabalho diretamente com os imigrantes, além da produção escrita académica existente.

1.1. Especificações Sobre as Entrevistas Durante a Etapa de Reuniões:

1. Estabeleceu-se que as entrevistas não estariam constringidas às respostas a um inquérito específico, especificando que durante as entrevistas se pretendia fazer perguntas, mas que as mesmas serviriam apenas estimular o entrevistado a expressar sua opinião relativamente a alguma situação particular, dentro da temática sobre a imigração ou relativamente a questões sobre sua relação com a sociedade portuguesa. Da mesma forma que as perguntas não seriam de natureza “fechada”, quer dizer, que na sua maioria aquilo que ia ser perguntado durante a gravação não implicaria simplesmente respostas da tipo “sim” e “não”.
2. Falava-se do alcance do trabalho e sobre o uso do material. Neste caso, o material que resultara, nomeadamente a gravação em vídeo da entrevista, ficaria ao cuidado do CEAUP, não entanto que a utilização das gravações não teria um uso comercial, mas sim um possível uso de divulgação, sendo uma forma de contribuir socialmente para a temática.
3. Além disso, estipulou-se uma “ética” de trabalho. Quer dizer, que durante as entrevistas não haveria qualquer intenção de colocar o entrevistado numa posição incómoda ou de pressão, que as perguntas não invadiriam o espaço privado (por exemplo que seriam evitadas perguntas sobre seus rendimentos económicos, no caso de ser empregado ou ter um negócio), mas que eles não tinham que omitir qualquer tema que considerassem importante partilhar sobre sua situação migratória, o que pudesse envolver relações familiares, de trabalho, saúde, segurança, entre outras.
4. Planificava-se no entanto determinar parâmetros de ação para o período de entrevistas, por exemplo, que seria composta por perguntas dirigidas aos imigrantes; determinou-se também, como antes foi anteriormente assinalado, que os entrevistados teriam total liberdade de partilhar qualquer história considerassem importante dar a conhecer.
5. Estabeleceu-se, também, uma duração aproximada para cada entrevista, ocupando um espaço de tempo entre 20-45 minutos, conforma à dinâmica da entrevista, as respostas dadas ou fatores relacionados com o local de gravação.

6. Depois de terem sido apresentados estes parâmetros básicos, sugeria-se aos potenciais entrevistados que falassem um pouco da sua experiência como imigrantes em Portugal com o alvo de obter informação para filtrar melhor o conteúdo das entrevistas, poder definir quais temas de maior pertinência de acordo com os âmbitos do CEAUP e do MHRIC, assim como anotar especificidades de cada um dos potenciais entrevistados.
7. Realizou-se uma média de duas reuniões prévias com os potenciais entrevistados. A razão principal destas últimas foi conhecer sua situação tanto quando possível. Geralmente, depois de esclarecer os entrevistados sobre os parâmetros básicos, realizava-se uma “conversação”, na qual eles podiam falar livremente sobre os temas que lhes parecessem mais interessantes.
8. Assim mesmo, com alguns deles, realizava-se uma entrevista exploratória, sem uso de gravação, para poder filtrar qualquer tema que fosse de interesse para todos os participantes. Neste caso, o objetivo era que os potenciais entrevistados sentissem um nível de liberdade para falar da sua situação.
9. Determinava-se também quais seriam os locais para a gravação das entrevistas, assim como as horas nas quais poderiam decorrer as mesmas, deixando ao entrevistado a iniciativa de escolher o local e hora no qual ele/ela sentira-se mais comodo/a. Não entanto, sugeria-se que fosse num local com boa iluminação (quer luz natural, quer luz artificial) e com pouca intervenção de sons, os quais que pudessem “contaminar” a entrevista.

2. Planificação dos temas das Entrevistas

As entrevistas visavam, numa primeira parte, conseguir que os entrevistados pudessem falar um pouco sobre eles, realizar uma apresentação pessoal, sobre seu lugar de origem, etc. Desta forma, podia-se estabelecer um contato pessoal com o sujeito à frente da camara. Saber quem é ele, pelo menos uma apresentação desta pessoa.

Os temas que foram tratados no documentário, como foi mencionado antes, relacionam-se com a dinâmica da imigração que vivem estes imigrantes em particular, nomeadamente a forma como eles percebem sua realidade, através de perguntas que visavam a tratar temas como a percepção que eles têm dos portugueses, a forma como eles consideravam que os portugueses os vêem, integração, a razão pela qual decidiram imigrar, e porque escolheram a Região Norte, Grande Porto ou a Cidade do Porto, emprego, entre outros. Basicamente, pretendia-se que eles fossem capazes de contar a sua história na sua perspetiva, mas seguindo uma orientação temática. Desta forma, suas respostas teriam pertinência para elaborar uma narrativa que estivesse de acordo com os parâmetros do trabalho realizado no CEAUP e o alcance do programa do MHRIC.

2.1. Sobre a Organização das Perguntas em Temas

Relativamente às perguntas em concreto, um dos problemas era o de ter a ideia de que todos os entrevistados responderiam a todas, ou de uma forma idêntica às questões que lhes eram apresentadas. Ao serem eles mesmos de diferentes origens, realizarem atividades distintas, terem diferentes tipos de formação académica, e terem chegado a Portugal em diferentes momentos, as perguntas que poderiam ser pertinentes para algum deles, não seriam necessariamente pertinentes para todos.

Além disso, as perguntas deviam ter pertinência com as recomendações do Professor Doutor Maciel Santos sobre os temas que eram de pertinência para os CEAUP.

Por esta razão estabeleceu-se um primeiro guião, com a ajuda da orientadora Professora Doutora Isabel Galhano, para, sempre dentro da temática do projeto de estágio, poder ter uma ferramenta que servisse de base para desenvolvimento das entrevistas. Porém, a dinâmica das mesmas, implicava manter certo grau de flexibilidade de acordo com a maneira de responder do entrevistado/a particular, ou da resposta mesma que esta pessoa estivesse a dar.

A melhor solução perante a situação era, portanto, estabelecer temas gerais a partir dos quais pudesse se estabelecer um esquema básico de trabalho para realizar as entrevistas.

As perguntas foram organizadas da seguinte forma:

1. Apresentação pessoal: o entrevistado era inquerido de tal forma que podia apresentar-se dizendo o seu nome, o seu país de origem, o motivo pelo qual teve de viajar a Portugal, assim como a razão da sua chegada ao Porto, a situação de emprego/estudos, relações familiares (em Portugal, fora do seu país de origem, no seu país de origem), entre outros.
2. Identidade, integração e relações interpessoais: o entrevistado era inquirido com perguntas como a sua perceção da sociedade portuguesa, a forma como ele/ela sentia que os portugueses percebem aos imigrantes (quer da sua comunidade ou país de origem, quer de outros países), a forma como ele/ela ou os membros da sua comunidade percebem aos portugueses, as relações com o seu país de origem, as relações com imigrantes do seu país de origem que residem em Portugal, as relações com imigrantes de outras comunidades/ países dos PALOP, as atividades fora do estudo/trabalho relativas à sua situação de imigrantes, se se considerava um imigrante, como manifestava sua identidade na sociedade portuguesa, o seu nível de integração, a sua relação com a língua portuguesa/ sua língua nativa, sobre as redes migratórias (se recebeu ajuda no seu estabelecimento em Portugal, durante o viagem, relações de amizade, económicas, familiares, etc.) entre outros.
3. Processos de legalização/documentação e outros: o entrevistado era inquirido sobre seu estatuto migratório, sobre os processos realizados, perante o SEF, por exemplo, sobre suas possibilidades de emprego, etc.
4. Comparação geracional: o entrevistado era inquirido sobre seu conhecimento relativo a diferentes gerações de imigrantes, quer do seu país de origem, quer de outros países, e sua geração específica, salientando semelhanças ou diferenças.
5. Sobre a situação dos imigrantes: o entrevistado era inquerido sobre a situação dos imigrantes em questões específicas como migração e emprego, migração e género, migração e demografia, entre outras.

Os pontos anteriores foram considerados como exclusivos nem excludentes. Quer dizer, as perguntas podiam estar relacionadas umas com as outras, ser misturadas de diversas formas, não

serem realizadas com uns entrevistados, mas sim com outros, ou não terem sido realizadas da mesma forma com todos eles.

3. Realização das entrevistas

3.1. O local de Gravação

As entrevistas realizaram-se em diferentes locais, que dependiam da disposição dos entrevistados. Eles, geralmente, tomavam a decisão do lugar onde seriam efetuadas. Isto para que eles vissem que podiam escolher o local onde se sentissem mas à vontade para falar em frente à câmara.

Porém, em alguns casos, as entrevistas foram realizadas de acordo com aspetos práticos. Como antes tem sido apontado, era importante que o lugar contasse com luz adequada para poder realizar a entrevista, de forma que a qualidade do vídeo fosse elevada. Além disso, também como já foi referido, que fosse num lugar no qual eles, os entrevistados, sentissem que podiam falar com liberdade, e que os sons e ruídos não implicasse uma redução na qualidade do som da gravação.

Os critérios básicos de escolha dos locais de gravação estavam determinados da seguinte forma:

- Seleção do local por parte do entrevistado, ou ao menos num local donde ele/ela sentira liberdade de poder se expressar.
- Boas condições de luz no local
- Boas condições de som no local ou nos lugares circundantes.

As entrevistas foram realizadas na cidade do Porto, entre Novembro de 2012 e Agosto de 2013, com a maioria das gravações feitas entre os meses de Março e Julho de 2013 (Fase de produção).

Como anteriormente referido, os locais de gravação foram diversos, como por exemplo nas casas de habitação, lugares públicos ou nos negócios próprios dos entrevistados.

Nome do entrevistado	Local das entrevistas
Alice	Casa Espaço Moçambique
Artemisa Ferreira	Diversos espaços públicos
Edson Tolentino	Casa de habitação
Fátima	Casa Espaço Moçambique
Felizardo	Casa Espaço Moçambique
Maria Manuela Filomena Cardoso	Casa de Habitação / local de trabalho
Florido	Associação de Jovens Angolanos
José	Bar / espaço de reuniões com colegas
Vladimir Lucas Jardim	Bar /Negocio próprio
Luísa Correia	Casa de Habitação do entrevistador
Martin	Casa de habitação
Mykleil Ceita	Casa de habitação
Nathalie Almeida Fonseca	Espaço Público
Nelson	Casa de habitação / Universidade
Maria Da Luz Pinto Cabral Turé	Negócio Próprio
Paulo	Negócio Próprio

Tabela 5

3.2. Aspectos Técnicos

Durante a gravação das entrevistas, utilizou-se equipamento de vídeo e de áudio. Assim como diversos periféricos. As gravações foram feitas, na sua maioria, com uma camara e um gravador de áudio. Para algumas das entrevistas, contava-se com a colaboração de uma segunda camara. Assim também, contou-se, nalguns momentos, com a colaboração de uma pessoa para poder ajudar com a colocação do microfone. Realizou-se uma gravação separada do áudio e do vídeo de forma separada durante a gravação da maioria das gravações, para manter um nível aceitável de qualidade. A preparação prévia, ao nível de colocação do equipamento e ajustes próprios do mesmo, tomou um tempo de 5 á 10 minutos nalguns casos, e de uns dois ou três minutos noutros. Para algumas entrevistas foi necessário utilizar um tripé para manter a estabilidade da camara durante o período de gravação. Noutros cassos, pela dinâmica da gravação, foi necessário fazer a gravação com a camara de forma “hand held” (gravar diretamente com a camara usando as mãos).

Nalgumas ocasiões, surgiram diversos problemas com mudanças na iluminação do espaço e sons circundantes. Noutros a iluminação no local de gravação não era ótima, mas em geral, as gravações decorreram com sucesso.

3.2.1. Equipamento utilizado durante a gravação das entrevistas

Equipamento	
Camara	Canon 550d /Objectivas Canon EF-S 18-55mms zoom lens, Canon 50mms prime lens
Audio	Gravador de audio Zoon H4N
	Microfone shotgun Rode Videomic
Outro equipamento	Tripés: 1 para vídeo, 2 para fotografia
	Cabos de conexão de áudio
	Viewfinder
	Baterias recarregáveis AA
	Adaptador de energia para Canon 550d
	Adaptador de energia para Zoon H4N
	Cabos para conexão de som
	Monope
	Cartões de memória de 2 x 8gbs e 2 x 16gbs
2 Hard Drives de 1TB	

Tabela 6

3.3. Execução das Entrevistas

Geralmente, durante a realização da entrevista, pedia-se aos entrevistados para estarem à frente da câmara, enquanto eu, como entrevistador me situava ao lado da câmara, formando uma perpendicular com o entrevistado. A seguir, pedia-se ao entrevistado para falar na direção na qual eu me encontrava, de forma tal que não mirasse à camara diretamente, mas que mantivesse o contato visual comigo. Desta forma, o entrevistado teria sua vista livre, seguindo a “regra dos

terços” (manter à parte frontal, rosto, do motivo ou do sujeito numa direção na qual existisse um espaço livre. O que implica movimento) como guia básico de composição da cena.

A maior parte dos entrevistados estava numa posição de relativo descanso, sentada, para poder manter-se com comodidade durante o período de gravação.

A seguir, eu começava por realizar várias perguntas, seguindo a ordem temática (referida no subponto das perguntas), geralmente seguindo a ordem a seguir:

- Apresentação pessoal: Nome, país de origem, lugar de residência, anos de residir ou se estabelecer em Portugal, etc.
- Pequeno relato da sua chegada à Portugal, das razões que levaram à mobilização (imigrar), escolha do lugar de residência em Portugal.
- Opinar sobre sua relação com a sociedade portuguesa, da sua percepção da visão que os portugueses tinham deles, a percepção que ele/ela e sua comunidade tinham dos portugueses, relações com seu país de origem.
- Opinião sobre a imigração e os imigrantes no acesso ao emprego, migração e género, língua, relação com outras comunidades de imigrantes, imigração e estudos, empreendedorismo imigrante, relações familiares, o retorno ao seu país de origem, etc.
- Descrição sobre suas práticas e costumes, música, atividades, saudades da sua terra / país de origem, diferenças e semelhanças entre gerações de imigrantes distintas das comunidades dos PALOP, etc.
- Relações com as instituições do Estado Português e sua condição de migrante, nomeadamente com o SEF.
- Outros temas diversos, os quais podiam surgir durante qualquer das etapas anteriores.
- Finalmente, perguntava-se ao entrevistado se ele/ela queriam acrescentar algo mais sobre sua experiência como imigrantes, da sua vida em Portugal e no Grande do Porto ou qualquer coisa que considerasse pertinente para partilhar.

Capítulo IV. Organização temática das entrevistas vistas com os Imigrantes dos PALOP

1. Imigração e Emprego

Com respeito à situação do emprego, os entrevistados falaram em geral sobre as desvantagens que tinham relativamente aos portugueses. Em vários casos essas desvantagens relacionavam-se com duas situações: por um lado, pelo fato de serem imigrantes; por outro lado, por existir certo grau de discriminação. Além disto, o fato de a falta de conhecimento de Portugal antes de chegar de lá, como é a dinâmica no mercado de trabalho, e por estarem a desempenhar trabalhos nas áreas de menor qualificação profissional, podem sentir que as suas desvantagens são maiores. Porém, simultaneamente, eles falaram de que a inserção no mercado de trabalho é um fator importante no caso da imigração. Isto porque o imigrante, geralmente, não se encontra com todas defesas sociais (conhecimento da sociedade na qual esta a residir, redes familiares conformadas, domínio da língua e do linguagem social, etc.).

Um exemplo do anterior, que foi exposto antes, é assinalado por um dos entrevistados ao falar da falta de uma base que não existe para o imigrante quando este se encontra na sociedade de acolhimento:

“Mykleil: Eu acho que a maior parte dos imigrantes que estão cá, maior parte que cá estão, trabalham. Porque? Porque eles quando vêm, parece de quererem estar legal, de quererem trabalhar, porque a vida do imigrante... o imigrante cá si não trabalhar, não tem uma vida fácil, porque aqui ninguém lhe da, ninguém. Nós lá... ...começamos pela terra, a terra nos oferece, depois da terra, temos a família que nos oferece, quando vimos cá já não temos essa base, não temos esta retaguarda, por isso temos de fazer de tudo. E os imigrantes quando vêm cá, não veem para o

trabalho, não veem. Aquilo que aparece eles fazem, aquilo que aparece, eles fazem. Eu quando ouço alguns portugueses dizerem os imigrantes vêm cá, vêm para nos roubar trabalho, são aqueles que não sabem o que dizem, não sabem o que dizem.”

Por outro lado, o trabalho é visto por eles como um dos seus potenciais contributos para a sociedade portuguesa. Quando se apresentou a questão sobre quais eram esses contributos que os imigrantes africanos em geral, e os cabo-verdianos no específico, trazem à sociedade portuguesa, um entrevistado respondeu:

“Lucas: Eh pah! Muita coisa, principalmente, eu acho que o trabalho. A comunidade cabo-verdiana é uma comunidade que gosta de trabalhar... ..Principalmente na parte de construção civil, si chegas num espaço de construção civil encontras por ali quatro ou cinco cabo-verdianos regularmente...” ...eu acho que isso é um benefício para eles.”

Sobre as possibilidades de acesso ao emprego, outro entrevistado acrescentou o seguinte, tomando em conta a sua situação de estudante:

“Eu: Como consideras que é acesso ao emprego para um imigrante africano em Portugal por exemplo, no Porto, e para um português, consideras que têm as mesmas possibilidades?”

Nelson: Claro que não. Obviamente que não. Em primeiro lugar, eu diria por exemplo, nós estudantes, nosso visto não nos permite trabalhar. Para trabalhar temos que ter uma autorização do SEF, e para ter essa autorização no SEF, temos que ter uma proposta de trabalho no patrão, e o patrão não se faz uma proposta sem autorização do SEF. Ou seja, ficas numa situação de um lado para outro, acabas por não trabalhar. E no concreto, e comum ouvir pessoas a dizer: ‘Eu já entreguei currículos que estou-me farto que não vou entregar mais’. É claro como é evidente que os portugueses dão mais prioridade aos portugueses que aos cabo-verdianos ou as outras comunidades cá, obviamente que sim. E..., e não só mesmo, ainda não só em Portugal, mas se calhar em muita outra parte do mundo ainda só pelo facto de ter a cor da pele diferente, já é uma entrave para teres um emprego.”

Referiu-se à relação entre emprego e discriminação, mais concretamente ao que diz respeito à discriminação pela cor da pele. Mas não limitava isto à realidade portuguesa, tratando-se de uma situação geral a nível mundial. Relativamente as desvantagens que têm os imigrantes num mercado de trabalho, afirmaram sentirem-se postos de lado, enquanto se dava preferência aos trabalhadores nacionais.

No caso de outra imigrante, a sua experiência de trabalho revelou um caso de exploração, que se devia ao seu desconhecimento sobre condições laborais nas quais ia ser empregada a que se tinha sujeitado. Nesta situação específica, a entrevistada já trabalhava para os mesmos patrões em Moçambique, mas quando la veio com seus patrões trabalhar para cá, teve de enfrentar uma situação associada à sua condição de imigrante (e mulher), num trabalho que implicava tarefa domésticas:

“Alice: ...Eu sofri escravatura, digo eu entre parêntesis, porque os meus patrões quando eu vim de Moçambique me pagavam a câmbio de Moçambique, era mais de graça. Sofri bastante, eu ganhava 200 euros era como interna. Eu trabalhava... só tinha folga horinhas, das dez do domingo até as nove da noite do domingo tinha que estar dentro. Fazia tudo, uma vivenda enorme, com duas crianças pequeninas, e eu não conhecia ninguém, não tinha onde reclamar, não tinha nada...”

Outra entrevistada, colega da Alice, referiu-se à diferença com a sua situação de emprego, e à da Alice, e como o facto de saber mais sobre as condições do mercado de trabalho, assim como da própria experiência da Alice, serviu para ela não ter que passar por uma situação semelhante:

“Fátima: Por exemplo, ela como veio com contrato de trabalho, foi mais difícil porque ela não sabia como é que eram as leis laborais cá. E eu não, foi ao contrário, tive que procurar emprego e já sabia mais ou menos quanto é que era o salario mínimo e quantas horas de trabalho eram. Ela já tinha passado mal (Alice), e pois passaram a experiência para mim.”

No que diz respeito às possibilidades de acesso ao emprego para os imigrantes africanos, outro entrevistado mencionou uma característica que ele considerava que limita as possibilidades dos imigrantes africanos é a dos portugueses por serem ‘fechados’ na hora contratar empregados estrangeiros. Este entrevistado falou especificamente da região Norte, ao perguntar-lhe sobre se

considerava que os imigrantes tinham as mesmas possibilidades que os portugueses no acesso ao emprego:

“Martin: É uma crítica que eu sempre aponte. Porque o mercado de trabalho português, sobre tudo no Norte eu falo da região que eu conheço que é o Norte. O Norte é uma região muito conservadora. Cá existem poucas oportunidades de emprego, de acesso ao emprego das comunidades de imigrantes. É preciso trabalhar, trabalhar numa perspectiva de sensibilização dos operadores económicos no sentido de abrirem as comunidades estrangeiras, de abrirem ao diferente... ...Eu não posso aceitar que falem que tal empresário é um grande empresário se este empresário não tem esta visão plural da economia, do mercado e do mundo. Para mim não é um grande empresário, é um pequeno grande empresário. Só se tornará grande empresário quando começar a entender que vivemos num mundo plural, multicultural e que temos que ter no nosso trabalho e na nossa empresa pessoas diferentes, porque nós vendemos ao fim e ao cabo produtos diferentes. Só isso que eu consigo entender. Se não, se o Porto não mudar, se não esta filosofia, este comportamento, esta perspectiva, continuamos a ser um país com uma vocação grande, mas um país eternamente pequenino.”

A forma na qual se podem contrastar estas especificidades permite conhecer quais aspetos que os imigrantes consideram ou percebem que, no mercado de trabalho, os afetam diretamente pela sua situação de imigrantes africanos. Por sua vez, nota-se o papel que desempenha sua cor da pele, uma característica que também, de uma forma ou outra, limita suas possibilidades de acesso ao mercado de trabalho. Para além disso, o como partilhar a sua experiência pode ajudar outros imigrantes a informar-se melhor sobre uma situação determinada, para poder evitar passar por certos problemas que podem chegar a ser importantes. Também, o problema da exploração laboral que o imigrante deve passar, sem ter conhecimento dos mecanismos de prevenção, das leis ou da situação e dinâmica do mercado de trabalho da sociedade de acolhimento. Finalmente, como parte destes exemplos, a importância da auto-perceção dos imigrantes africanos, como um valor para a comunidade portuguesa por representar uma força de trabalho que eles mesmos consideram necessária para o país.

2. Imigração e Género

Com o aumento dos fluxos de imigrantes mulheres, também mudam as formas como as mulheres são vistas. Como se referiu na parte teórica deste trabalho, o papel da mulher tem tomado importância, não só pela sua quantidade, mas também pela sua inserção ativa no mundo do emprego, ao nível de educação, e porque elas realizam, em muitos casos, o papel que historicamente estava associado ao homem, como fonte de sustento no lar. Porém, ainda continua associar-se da mulher espaços de trabalho considerados relativamente femininos. No caso da mulher imigrante da África, os entrevistados mostravam certo acordo relativamente à questão da existência de diferenças ou semelhanças para quem é um imigrante homem ou uma imigrante mulher. Neste caso, vários deles consideravam que as mulheres têm mais possibilidades de emprego que os homens, embora sejam empregos de baixa qualificação. Mas que isto acontece porque o homem ainda ocupa um lugar privilegiado respeito da mulher ao nível social, algo que vai além da dinâmica migratória.

Por exemplo, perante esta pergunta, considera-se que existe uma diferença entre os imigrantes por serem homens e mulheres, uma das entrevistadas da Guiné-Bissau respondeu:

“Luísa: É provável que sim... não sei... sinceramente não sei, mas é capaz... se calhar porque o caminho que uma mulher tem que percorrer para, não é? Ainda é muito complicado não é tão facilitado como do homem. Embora se consiga pronto dizer... fala-se de igualdade ela não, não é, penso que não será plena.”

Esta entrevistada não considerava que existira uma igualdade de facto entre homens e mulheres. Mas no caso do emprego, visava maiores possibilidade para a mulher nos empregos que estão historicamente ligados à figura feminina:

“Luísa: Se pensarmos, depende do tipo de emprego, se pensarmos ali vão se inverter as situações porque se pensarmos no... naqueles empregos tipo empregada

doméstica, não é?... é mais fácil para uma mulher conseguir trabalho numa casa particular do que um homem conseguir noutra área qualquer, numa fabrica ou na construção civil, que seja, ou como futebolista. Acho que é mais nessa situação específica será ah... a mulher tem mais acesso.”

No caso de outro entrevistado, ele associava diretamente a posição que o homem ocupa socialmente, numa sociedade ‘machista’, não necessariamente existindo vantagens para a mulher pelo fato de ser imigrante, mas por ser mulher. Sobre a questão de se existia alguma diferença entre ser imigrante homem ou mulher, no caso africano, e especificamente no caso cabo-verdiano, o entrevistado respondeu:

“Martin: Existe, desde logo, porque infelizmente vivemos numa sociedade machista, o homem é ainda, infelizmente, continua a ter preponderância na escolha do colaborador, neste caso a colaboradora. O homem é ainda em Portugal, mesmo ganhando menos, continúa a ter voz no contexto da família, continúa a ter a última palavra, e normalmente o homem português gosta de experimentar algo diferente, neste... neste quadro, leva-me a afirmar que a mulher tem a vida mais facilitada no mundo de emprego que do que os homens. Este é um facto, é uma realidade que não pode ser escondida. Mas diria a mesma coisa em África, atenção! Em África, também os africanos fariam a mesmíssima coisa.”

Sobre este ponto, o papel do homem no mercado de trabalho, outro entrevistado contestou:

“Nelson: É mais fácil uma mulher arranjar um trabalho que um homem... ..porque, eu se calhar vou... vou lançar já agora a teoria da conspiração para dizer que normalmente o quem emprega são os patrões, patrões de sexo masculino, e há certa aquela tendência de estar ali uma... uma mulher né, uma mulher. É mais fácil ele empregar uma mulher do que empregar um homem.”

De acordo com outra entrevistada, de São Tomé e Príncipe, num nível de integração social, existia uma diferença, mas que ao nível de emprego:

“Natali: Ao nível de adaptação, integração, acho que não, acho que não. Agora o que é verdade... a oportunidade de empregos para os imigrantes é mais ao nível de

limpeza, as mulheres têm mais facilidade de arranjar emprego talvez do que os homens.”

Neste caso, o maior acordo estava relacionado com a posição que homem ocupa na sociedade, ainda marcadamente patriarcal, e com a associação da mulher a um certos tipos de trabalhos, que são considerados como femininos.

A importância de apresentar este tipo de questões e de poder ver e ouvir o que os imigrantes têm para dizer, ou como vêm esta situação, sugere que existe certa concordância entre aquilo que eles consideram que acontece na sua realidade como imigrantes (especificamente no caso da temática da imigração e o género), e aquilo que as teorias e estudos sobre esta realidade mostram. Precisamente são as ‘vantagens’ que as mulheres têm na atualidade, ao nível de emprego, as que exemplificam como na experiência pessoal da imigrante, sua subjetividade é inerente a sua natureza física. O ser mulher dentro de uma sociedade patriarcal (segundo os estudos sobre o tema e as respostas dadas pelos imigrantes) o que permite que ela consiga melhores oportunidades de emprego num momento em que o trabalho típico dos homens passa por uma crise (por exemplo na área da construção civil) e que as poucas possibilidades de trabalho, de baixa qualificação, se virâm para o género feminino.

3. Discriminação, Estereótipos, Preconceitos e Racismo

Alguns dos entrevistados refiram-se a que existe certo grau de discriminação e racismo. Uma das entrevistadas, Filomena, da Angola, falou sobre este tema, especificamente, sobre uma experiência que teve precisamente há pouco tempo. Ela afirmou que foi a primeira vez que recebeu um trato discriminatório forte. Ela disse como foi referida como “macaca” e “preta”, , durante uma saída com amigos , por parte um homem que se auto denominava neonazi:

“Homem: Vai para tua terra sua preta, sua macaca, eu estou no meu bairro, não gosto de pretos!”

Filomena: *E eu digo para ele – Se você não gosta de pretos, o problema é seu, não tenho nada de ver com isso.*

Homem: *Mas eu não gosto, não gosto de pretos, saia daqui!*

Filomena: *Eu não saio daqui porque você não manda no país. Você tem um governo que admite e deixar os negros entrar dentro... ..você não pode falar assim!*

Homem: *Eu sou neonazi!...*

Filomena: *... Mas o que eu fiquei triste foi que o senhor simplesmente numa noite de amigos, que não tem nada que ver... dizer: ‘sou neonazi... sou branco...’. Tive de me defender, fui maltratada, fui tudo, mas nunca julguei o país, julgo as pessoas que pensam assim, que não param de pensar assim, saem para a rua a insultar, encontro um negro, encontro uma negra simplesmente porque o senhor é fulano de tal, não! Não, simplesmente isso. O país que admite raças, essas pessoas tem que saber estar. Não gosta de negro, não sai. Fica na sua casa, a sua família é toda branca, fica lá. Porque na rua circula o povo. Eu vivo num país, e gosto muito, e tenho quatro filhos, tenho dois netos, meus irmãos, tenho tudo, adoro! Simplesmente estas pessoas não podem existir assim, simplesmente isso.”*

Ao exemplo da Filomena, pode-se juntar outro referido por o Edson, um jovem cabo-verdiano, que na sua entrevista apontava a situação relativa aos preconceitos com base nos quais ele foi julgado:

“Eu: *Como consideras que os portugueses vêm em geral à comunidade imigrante africana aqui, e em particular aos africanos...*

Edson: *Não posso estar aqui a abranger tudo num saco, porque tem pessoas que... mas penso que mais são pessoas que já saírem fora de Portugal, são mais viajadas, têm uma outra mentalidade, têm mente mais aberta, enquanto aquelas sempre mantiveram aqui, são aquelas que mais, tem mais medo do africano... aquelas pessoas que têm preconceito, mas acho que não deviam, porque isso da discriminação, preconceito o nome pre... conceito e já ter uma coisa formada antes de... ..não poso chegar a uma pessoa e é isso é aquilo sem conhecer á pessoa, e*

para eu ter uma opinião formada de um pessoa, tenho que falar à pessoa. Não posso dizer que não gosto de um prato de cachupa se nunca comi cachupa e é isso, acho que as pessoas estão a falhar nessa área.

Eu: *De que forma achas que isto manifesta-se aqui? Algum exemplo disso que acabas de dizer?*

Edson: *Preconceito?*

Eu: *sim, como manifesta-se?*

Edson: *Eu já sofri na pele uma vez o preconceito. E foi o motivo pela qual eu sai do primeiro trabalho donde estava... ..porque eu fazia vendas porta a porta, e num certo dia estava eu lá fazer o meu trabalho, o meu ganho de pão como fazia todos os dias, e um senhor basicamente me expulsou do prédio, porque não queria que estase no prédio dele... ..começou-me chamar de nomes... e ficou tipo me empurrar pela escada de baixo. Eu estava vestido com a camisa da PT, tinha identificação da PT, e pela educação que eu tenho, fiquei a descer as escadas, porque não estou ali para arranjar conflito, mas sim estava a trabalhar, como certamente ele faz para ganhar o pão para a família dele...”*

Alguns dos outros imigrantes expressaram que o nível de discriminação e “racismo” era bastante perceptível, como foi o caso da Fátima e Alice:

“Fátima: *Chamo-me Fátima Andrade, tenho trinta e dois anos, estou há três anos e meio cá em Portugal. Imigrei para procurar novas fontes de vida, uma qualidade de vida diferente e resolvi ficar aqui, e tenho levado muito bem com a comunidade portuguesa, apesar dalguns são racistas não sei que, alguns sítios onde a gente vai, mas já habituamos.”*

A seguir acrescentam ainda:

“Eu: *E que tal sente a sua relação com a comunidade portuguesa? Como sente que eles são com a comunidade africana? (à Alice)*

***Alice:** É assim, a comunidade portuguesa são, são boa gente mas eu acho que ainda há 25% que no fundo profundo ainda há um bocadinho daquilo de... racismo...*

***Fátima:** 25 é pouco (interrompe à Alice), 75. Ainda há muito, nós o sentimos nos autocarros, nos metros...*

***Alice:** ...só o olhar, a gente, somos, somos adultos, com o olhar a gente percebe que as coisas não estão bem... ...é uma coisa que também não ajuda.”*

Várias das pessoas que participaram nas entrevistas, revelaram perceções similares sobre a sua situação relativamente à forma na qual eles eram vistos pelos portugueses, ou a forma como eles relacionam-se com eles. Porém, nem todos os entrevistados sugeriram que a situação se devia explicitamente a um racismo dirigido contra o africano, mas também em contra do imigrante em geral. Ainda assim, em alguns casos podem apresentar-se episódios de racismo, por exemplo quando se fala da inserção no mercado de trabalho, ao nível dos empregos intermédios, um dos entrevistados sugeria o seguinte:

***Felizardo:** ...[E] nalguns casos será mesmo pah..., pode ser mesmo não sei, não quero fazer nenhum juízo de valor... ...pode ser uma ação de racismo...”*

Geralmente, a(s) pergunta(s) que disparavam este tipo de resposta por parte dos entrevistados, tinha(m) que ver com a sua relação com os portugueses, por exemplo: como é sua relação como a sociedade portuguesa? Como acha ou considera que os portugueses vêem o imigrante africano? Como descreveria a forma de atuar ou de ser do português com respeito aos imigrantes africanos?

Nunca se perguntou diretamente se eles sentiam algum tipo de discriminação, ainda que foi feita a pergunta, nalguns casos, sobre se eles sentiam algum tratamento diferenciado pelo fato de serem imigrantes africanos.

A pergunta foi considerada importante, porque procurava conhecer como este grupo de imigrantes veia a perceção que a sociedade portuguesa (especificamente no Porto), tinha deles por serem imigrantes africanos.

4. Imigração: Identidade e Integração

Sobre a temática da identidade, da integração, do como eles consideram-se e relacionam-se com os portugueses, sobre as dificuldades ou qualquer situação que pudesse acontecer com respeito a tema, os entrevistados consideravam, em geral, que o grau de inserção na sociedade portuguesa não era algo difícil de mais. Porém, e com relação aos temas da discriminação por exemplo, alguns deles sentiam que ainda havia certo grau de distância de parte dos portugueses, em maior medida dos mais velhos. No entanto, eles considerassem isso, também consideravam que os imigrantes africanos deviam ter maior contato com a sociedade portuguesa, pelos benefícios que tinham todas as comunidades de se comunicar e viver em convivência.

A importância do apresentar este tema nas entrevistas, está baseada em que os próprios imigrantes conhecem sua situação no meio do fenómeno da migração. Por um lado, o reforço dos seus próprios hábitos e costumes (da sua comunidade ou país originário), da sua realidade como estrangeiros, e de serem considerados diferentes dos nacionais portugueses pela sua cor da pele. Por outro lado, o como sua identidade não só é uma barreira, mas também faz parte de uma contribuição, contribuição a qual pode ver-se expressada no aprendizagem mutuo entre pessoas de diferentes grupos e comunidades com culturas distintas (segundo suas próprias palavras). Além disto, o como sendo estrangeiros, e por serem geralmente jovens, eles podem contribuir com um maior dinamismo para a sociedade como o fator demográfico. Quer dizer, em geral, os entrevistados mostravam uma positividade respeito de serem integrados na sociedade, e que sua “identidade”, hábitos e práticas culturais africanas podem estar em concordância com a realidade portuguesa, ainda através das diferenças.

As perguntas, sobre esta temática, tinham como alvo que os entrevistados pudessem partilhar o que eles achavam que seria bom para poder estimular a integração do imigrante africano à sociedade portuguesa, assim como a forma como eles se relacionam com os portugueses. Por sua vez, ao serem imigrantes e residirem num país no qual existem diversas comunidades de

imigrantes, no caso dos africanos especificamente, mantinham relações com eles, e como se manifestavam as mesmas.

Sobre como estimular o relacionamento entre a comunidade cabo-verdiana, imigrante que reside em Portugal, e os portugueses, uma entrevistada respondia:

“Artemisa: Olha para chegar, ou para que haja mais relacionamento, mais aproximação, e convivência, conviver, convidarem para atividades... aqui no Porto, o Porto é bastante rico para atividades. Então é isso, convidar para atividades e nessas atividades é que começa a se conhecer, começa-se a relacionar, começa essa amizade como... posso dizer como entre os cabo-verdianos e... todos nós estamos os cabo-verdianos, os portugueses e outras comunidades PALOP somos... temos mente bastante aberta em termos de relacionamento. Eu acho que não, que não era difícil mesmo com convivências para se tornar um pouco mais unidos.”

E sobre como tem sido sua adaptação, acrescentou:

“Artemisa: Não foi difícil eu adaptar-me aqui, eu... eu tenho uma forma, de ser não sei como explicar isso... que eu adapto-me rapidamente ao lugar... ao ser de Cabo Verde eu sabia mais ou menos para onde eu ia e como seria, então não.. não não foi difícil... ...Sim tive algumas surpresas assim que foi muito fácil... Aliás algumas surpresas que em termos de produtos que é fáceis de encontrar, que em Cabo Verde já não, já não era assim fácil de encontrar. Isso sim, já algumas construções que são diferentes, os ‘shoppings’ né! Que não tinha em Cabo Verde! Agora já, dizem que já, mas isso também foi uma surpresa. Mas em termos de adaptação não.”

Sobre a adaptação no caso dos imigrantes da sua comunidade:

“Artemisa: O cabo-verdiano, mesmo que nunca tem saído de Cabo Verde, agora já daqui não tem assim muita... muita dificuldade em adaptar, porque já, já convivemos em Cabo Verde, temos, têm lá vários portugueses a viver agora e cada dia mais, esta a viajar mais, a emigrar mais para Cabo Verde, então isso esta a tornar mais fácil conviver com eles, e chegando aqui não tem muita dificuldade em adaptar ao país, talvez ao clima sim, mas ao país... as pessoas, acho que não.”

O Porto não tem grandes comunidades concentradas de imigrantes, estes bairros sociais (ou ghettos) nos quais exista uma quantidade “homogénea” de imigrantes a residir dentro deles. Ainda assim, quando foi feita a pergunta sobre o que pensava, um dos entrevistados, de que diferentes comunidades de imigrantes, e nacionais, residam e compartilhem um mesmo sítio, um dos entrevistados referiu-se a como as diversas experiências dos membros de um ou diversas comunidades, enriquece culturalmente a cada pessoa:

“Lucas: Acho que isso enriquece mais... Num bairro que tiver cabo-verdiano, angolano, moçambicano, isso é... eu... para mim é melhor porque eu conto da minha experiência e ele conta da experiência dele também. Eu acho que isso enriquece a cultura de cada um.”

Nesta mesma linha, outro entrevistado falou sobre a sua aprendizagem dentro da sociedade portuguesa, mas estendeu-se a falar sobre como deve haver um nível de adaptação da parte do imigrante, e também do português, assim como de algumas particularidades da sua comunidade:

“José: Sim, aprendi muitas coisas, aprendi a viver como eles, porque têm coisas que nós mesmos temos que ser como eles porque senão, não passamos. Tipo, em termos de gastronomia, que aqui não há... ...Tipo fruta, aqui há muitas frutas e até gosto, mas nenhuma das frutas aqui tem o sabor de lá de Cabo Verde, nenhuma! É tudo diferente. Por isso, aprendi a viver, aprendi... a comer como eles, a vestir... vestir... é desde Cabo Verde sempre a mesma coisa, nosso estilo de vestir tampouco nós não mudamos. Eles têm os deles, mas nós... ...nós ficamos com nossa vestimenta. Aprendi a conviver, a tar, a tar num meio mais tranquilo do que nós em Cabo Verde temos... somos mais agitados e aqui começo já até entender que as pessoas não gostam muito do barulho, não gostam muito disto... você já começa a diminuir muitas coisas que nós fazíamos em Cabo Verde e assim, como queremos, como podemos. “

Capítulo V. A Finalização do Filme Documentário

1. A Edição

Para a edição decidiu-se seguir as recomendações do Professor Doutor Maciel Santos respeito do tempo de duração do filme documentário, sendo recomendação de um espaço de tempo entre 30 e 40 minutos.

A seleção das tomas e cenas para o documentário envolvia determinar que conteúdo seria mais pertinente de acordo com os objetivos do projeto, as dimensões e objetivos do CEAUP, e as recomendações do Professor Doutor Maciel Santos sobre o tema, e a guia da Professora Doutora Isabel Galhano sobre a abordagem, tanto teórica como metodológica.

Os temas que formariam parte do filme teriam concordância com a temática das perceções que os imigrantes africanos no Grande do Porto, entrevistados dentro deste projeto de estágio, têm da sua situação como imigrantes. Ao haver um maior stock de vídeo, com conteúdos, ainda que interessantes, não precisamente pertinentes para serem utilizados no produto final do trabalho do estágio, foi preciso fazer uma montagem baseada nos aspetos mais importantes que fossem depoimento do trabalho no projeto, deixando por fora alguma das tomas e cenas das entrevistas.

A construção do documentário, na fase da pós-produção, devia ser desenvolvida na forma de uma narrativa a qual expressara uma compreensão da minha parte, como realizador, das problemáticas que estas comunidades de imigrantes enfrentam na sua condição particular. Isto sempre aproveitando as perceções que os imigrantes tinham da sua situação.

Para construir a narrativa que seguiria o documentário, a seleção das tomas e cenas, fez-se uma seleção de forma a que os depoimentos e respostas dos entrevistados se conjugassem-se através dos temas, evitando seguir uma linearidade ou ordem de acordo as pessoas, mas sim de acordo com temas tratados. Por outras palavras, como se realizaram para cada entrevistado uma serie de

perguntas baseadas em diversos temas gerais, a execução da entrevista implicou certo grau de especificidade naquilo que era perguntado. Isto respondeu a diversos fatores como a origem dos imigrantes, a disposição que tinham (em tempo) para serem entrevistados, a quantidade e qualidade das reuniões prévias, a própria dinâmica da entrevista, e a forma na qual eles respondiam aos temas. Portanto, ao realizar a montagem do trabalho, tornava-se impossível conseguir uma linearidade que permitisse relacionar ao conjunto de entrevistados e englobar num só “pacote” narrativo a todos eles de acordo com os temas, posto que não todos eles tiveram que responder as mesmas perguntas de forma rigorosa.

Desta forma, optou-se por elaborar uma montagem do filme documentário, baseando-se nos principais temas apresentados nas perguntas. Com isto, a seleção dava prioridade à temática da sua percepção da sua realidade como imigrantes, em geral, tratando aspetos específicos como as relações com os portugueses, com outros membros das suas comunidades ou países de origem, e com outros imigrantes africanos dos PALOP. Além disto, inseriu-se dentro do filme, aquelas histórias pessoais que pudessem manifestar diversas especificidades das experiências vividas por eles.

2. O Título do Filme Documentário

O título escolhido para o filme devia poder expressar duas coisas: por um lado, expressar a seriedade e formalidade do estágio, e manter uma linha de aproximação entre a temática contida nas gravações realizadas, assim como ter a função de conectar o conteúdo com o trabalho que o CEAUP realiza. Por outro lado, abordar o interesse próprio do realizador, neste caso o meu, por ser um trabalho inscrito em grande medida em fatores subjetivos, mas sem perder a objetividade teórica que foi base para realiza-lo. Foi assim, que o título escolhido para o filme, depois de refletir sobre possíveis nomes, foi determinado, mantendo formalidade suficiente ser algo que deixara transmitir o trabalho temático e a produção feita:

“Imigrante PALOP: Entrevistas à África no Porto”

Conclusões

Para finalizar o programa de estudos dentro do Mestrado em História, Relações Internacionais e Cooperação, o ter tido a oportunidade de trabalhar num projeto no qual podia fazer uso de meios audiovisuais para documentar parte das experiências, da vida, de imigrantes africanos.

Trabalhar para preparar o projeto foi certamente um processo esclarecedor, pois não só podia aplicar os meus conhecimentos pessoais sobre a experiência de ser imigrante, mas também que consegui apreender sobre a imigração em Portugal. Tanto sobre sua história recente, como das pessoas que configuram este fenómeno.

Considero que a prática específica da realização audiovisual dentro das ciências sociais e humanidades, colabora com uma visão humanista de produzir conhecimento. Além disso, nesta era atual, permite que mais pessoas tenham acesso a este conhecimento. O poder fazer trabalho de campo, armado de uma câmara e de um gravador de som, ajudou-me a ter que re-imaginar as minhas próprias conceções da realidade. Não só tinha de pensar em filmar tudo aquilo que a câmara pudesse gravar, mas tinha de pensar na construção do conteúdo, nos protagonistas, nos espaços, nos temas, e no público, entre muitas outras coisas. Depois de esta experiência sinto-me com força para poder retratar, escrever ensaios sobre temas relativos à História, as Relações Internacionais, as Ciências Sociais, com maior preparação e com um ponto de vista novo.

O CEAUP como instituição de acolhimento, permitiu-me tomar riscos. Riscos como o de ter que trabalhar em contato com as subjetividades, e ter que desenvolver a capacidade de me ajustar as mudanças do mundo da escrita académica ao mundo da produção audiovisual.

Finalmente, realçar a importância que tem o uso dos meios audiovisuais para poder realizar trabalho de campo e partilhar das experiências humanas. O trabalho com imigrantes dos PALOP foi, definitivamente, uma das melhores vivências que experimentei durante toda minha formação académica.

O percurso que tenho recorrido nestes dois anos tem sido totalmente gratificante.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Anderson, Benedict. 1991. "Introduction." In *Imagined Communities: reflections on the origin and spread of nationalism*, 1–8. London: Verso.
- Banks, Marcus. 2001. *Visual Methods in Social Research*. London: Sage Publications Ltd.
- Barth, Frederik. 1969. "Ethnic Groups and Boundaries: Introduction." Disponível em: http://isites.harvard.edu/fs/docs/icb.topic228815.files/Week_2/Barth%20Introduction%20Ethnic%20Groups%20and%20Boundaries%20.pdf.
- Batalha, Luís. 2008. "Cabo-Verdianos em Portugal: 'comunidade' e identidade." In *Comunidade(s) Cabo-Verdiana(s): as múltiplas faces da imigração Cabo-Verdiana*, I, 25–36. Lisboa: ACIDI. http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/Colecao_Comunidades/2_comunidades_cabo_verdianas.pdf.
- Berry, John. 1997. "Immigration, Acculturation, and Adaptation." *Applied Psychology: An International Review* 46 (1): 5–68. Disponível em: <http://www.ucd.ie/mcri/resources/Dermot%20Ryan%20Reading.pdf>.
- . 2005. "Acculturation: Living Successfully in Two Cultures." *International Journal of Intercultural Relations* 29 (nº6): 697–712. Disponível em: <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S014717670500132X>.
- Carrilho, Maria José, and Maria Cidália Mesquita Figueiredo. 2007. "Medidas de Discriminação Étnica Em Portugal: Uma Análise Exploratória." *Revista de Estudos Demográficos, INE* 1º Semestre: 53–71. Disponível em: http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_estudos&ESTUDOSest_boui=56700995&ESTUDOSmodo=2&xlang=pt.
- Carvalho, Isabel Estrada. 2012. "Brain Drain/Brain Gain from the Perspective of a Semi-Peripheral State: Portugal." *Diversities* 14 (1). UNESCO: 99–117. Disponível em: www.unesco.org/shs/diversities/vol14/issue1/art7.
- Castles, Stephen. 2002. "Migration and Community Formation under Conditions of Globalization." *International Migration Review* 36 (nº4): 1143–68. doi:10.1111/j.1747-7379.2002.tb00121.x. Disponível em: [http://www.abdn.ac.uk/sociology/notes07/Level5/SO5512/Week%2010%20\(2\).pdf](http://www.abdn.ac.uk/sociology/notes07/Level5/SO5512/Week%2010%20(2).pdf).
- CEAUP. "CEAUP - Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto." *CEAUP*. <http://www.africanos.eu/ceaup/index.php>.
- Chiu, Chi-yue. 2011. "Language and Culture." *Online Readings in Psychology and Culture* 4 (2). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.9707/2307-0919.1098>.
- Conselho da União Europeia. 2013. "CONSILIUM - Immigration and Asylum". Institucional. *Imigração E Asilo*. [http://www.consilium.europa.eu/policies/council-configurations/justice-et-affaires-interieures-\(jai\)/immigration-et-asile?lang=pt](http://www.consilium.europa.eu/policies/council-configurations/justice-et-affaires-interieures-(jai)/immigration-et-asile?lang=pt).
- Darby, Paul. 2006. "Migração para Portugal de jogadores de futebol africanos: recurso colonial e neocolonial." *Revista Scielo Portugal Anál. Social* (nº179): 417–33. Disponível em: http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0003-25732006000200005&lng=pt&nrm=iso.

- Dumont, Gérard-François. 1995. *Les Migrations Internationales: Les Nouvelles Logiques Migratoires*. Paris, France: SEDES.
- Évora, Iolanda Maria Alves. 2007. “«Minha gente, minha terra» - As atribuições sociais do papel de emigrante.” In *Género e Migrações Cabo-Verdianas*, 63–98. Estudos e Investigações 43. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Favell, Adrian. 2007. “Rebooting migration theory: Interdisciplinarity, globality and postdisciplinarity in migration studies.” In *Migration Theory: Talking Across Disciplines*, edited by Caroline Brettell and James Hollifield, 2^a ed., 259–78. New York: Routledge. Disponível em: <http://www.sscnet.ucla.edu/soc/faculty/favell/brettell-hollifield-final.pdf>.
- Ferreira, Lígia Évora. 2008. “O Direito ao Sucesso: Jovens Cabo-Verdianos no Contexto Educativo Português.” In *Comunidade(s) Cabo-Verdiana(s): as múltiplas faces da imigração Cabo-Verdiana*, I, 137–54. Lisboa: ACIDI. http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/Colecao_Comunidades/2_comunidades_cabo_verdiana_s.pdf.
- Freitas, Any, Antonina Levantino, and Antoine Péroud. 2012. “Introduction: New Perspectives on Skilled Migration.” *Diversities* 14 (1). UNESCO: 1–7. Disponível em: www.unesco.org/shs/diversities/vol14/issue1/art1.
- Godinho, Susana Miguel. 2010. *Novos Possíveis: Estratégias Identitárias de Mulheres Oriundas da Guiné-Bissau em Portugal*. 1^a ed. Teses 30. Lisboa: Alto-Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI, I.P.).
- Góis, Pedro, and José Carlos Marques. 2007. *Estudo Prospectivo sobre Imigrantes Qualificados em Portugal*. Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI, I.P.). Disponível em: http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/Estudos%20OI/Estudo_OI_24.pdf.
- . 2012. *A Emergência das Migrações no Feminino -Feminização das migrações de (e para) Portugal e suas consequências sociopolíticas*. Portugal: Princípia.
- Grassi, Marzia. 2007. “Cabo Verde Pelo Mundo: o género na diáspora cabo-verdiana.” In *Género e Migrações Cabo-Verdianas*, 23–61. Estudos e Investigações 43. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Gusmão, Neusa Maria Mendes de. 2004. “Os Filhos da África em Portugal: Antropologia, Multiculturalidade e Educação.” In *VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais: a questão social no novo milénio.*, 23. Coimbra: Centro de Estudos Sociais, Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra. Disponível em: <http://www.ces.fe.uc.pt/lab2004/pdfs/NeusaGusmao.pdf>.
- Hall, Stuart. 1996. “The Question of Cultural Identity.” In *Modernity: An introduction to Modern Societies*, edited by Stuart Hall, David Held, Don Hubert, and Kenneth Thompson, 596–632. Cambridge: Blackwell. Disponível em: <http://www9.georgetown.edu/faculty/irvinem/theory/Hall-Identity-Modernity-1.pdf>.
- . 2000. “Who needs ‘identity’?” In *Identity: a reader*, edited by Paul du Gay, Jessica Evans, and Peter Redman, 15–30. Great Britain: Sage Publications Ltd.
- . 2013. “ETHNICITY: Identity and Difference.” *Radical America*. Accessed February 10. Disponível em: <http://staff.washington.edu/theron/readings%202007%20cyprus/hall.pdf>.
- Henriques, Maria Adelina Oliveira Graça. 2009. “Argumentos para uma viagem sem regresso: a imigração PALOP por via da saúde: um estudo de caso”. Dissertação de Mestrado,

- Lisboa: Instituto Universitário de Lisboa. <http://repositorio-iul.iscte.pt/handle/10071/1809>.
- Hills, Michael D. 2002. "Kluckhohn and Strodtbeck's Values Orientation Theory." *Online Readings in Psychology and Culture* 4 (nº4). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.9707/2307-0919.1040>.
- Kennedy, Paul, and Victor Roudometof. 2006. "Transnationalism in a Global Age": 1–26.
- Khan, Saera R., Teena Benda, and Michael N. Stagnaro. 2012. "Stereotyping From the Perspective of Perceivers and Targets." *Online Readings in Psychology and Culture* 5 (1). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.9707/2307-0919.1043>.
- Koehler, Daniel. 2012. "Documentary and Ethnography: Exploring Ethical Fieldwork Models." *The Elon Journal of Undergraduate Research in Communications* 3 (nº1). Disponível em: <https://www.elon.edu/docs/e-web/academics/communications/research/vol3no1/06KoehlerEJSpring12.pdf>.
- Levy, Shery R., Tara West, and Lisa Rosenthal. 2012. "The Contributing Role of Prevalent Belief Systems to Intergroup Attitudes and Behaviors." *Online Readings in Psychology and Culture* 5 (1). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.9707/2307-0919.1044>.
- Maass, Anne, Luigi Catelli, and Luciano Arcuri. 2000. "Measuring Prejudice: Implicit Versus Explicit Techniques." Edited by Dora Capozza and Rupert Brown: 96–116.
- Macdougall, David. 1978. "Ethnographic Film: Failure and Promise." *Annual Review of Anthropology* 7: 405–25. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2155700>.
- . 2006. *Film, Ethnography, and the Senses: The Corporeal Image*. Princeton, USA: Princeton University Press.
- Machado, Fernando Luís. 1997. "Contornos e especificidades da imigração em Portugal." *Sociologia, Problemas e Práticas* (nº24): 9–44. Disponível em: <http://repositorio-iul.iscte.pt/handle/10071/814>.
- Massey, Douglas S., Joaquin Arango, Hugo Graeme, Ali Kouaouci, Adela Pellegrino, and J. Edward Taylor. 1993. "Theories of International Migration: A Review and Appraisal." *Population and Development Review* 19 (3): 431–66. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2938462>.
- Mendes, Maria Filomena, José Rebelo dos Santos, and Conceição Peixe Rego. 2011. "Imigrantes Angolanos em Portugal: breve caracterização e contributos para a dinâmica populacional." In *XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais*, 13. Bahia, Brasil: Universidade Federal da Bahia. Disponível em: http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1307728591_ARQUIVO_cornlabangolaJunho2011_1_.pdf.
- Nijland, Dirk J. 2006. "Ritual Performance and Visual Representation: The body, the brain and the video supported observation." In *Reflecting Visual Ethnography: Using the Camera in Anthropological Research*, edited by Metje Postma and Peter I. Crawford. Højbjerg: Leiden: CNWS Publications.
- Oliveira, Catalina Reis de. 2004. "Estratégias empresariais de origem imigrante em Portugal: Oportunidades étnicas e estruturais e recursos pessoais." *Sociologia, Problemas e Práticas* (45): 71–98. Disponível em: http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0873-65292004000200005&lng=pt&nrm=iso.
- . 2008. "Estratégias alternativas de inserção no mercado de trabalho português: O caso dos empresários de origem cabo-verdiana." In *Comunidade(s) Cabo-Verdiana(s): as*

- multiplas faces da imigração Cabo-Verdiana*, I, 67–86. Lisboa: ACIDI.
http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/Coleccao_Comunidades/2_comunidades_cabo_verdiana_s.pdf.
- Peixoto, João. 2004. “Os mercados da imigração: modos de incorporação laboral e problemas de regulação dos imigrantes estrangeiros em Portugal.” In *Imigração e Mercado de Trabalho*, 2ª ed., 57–68. Cadernos Sociedade e Trabalho 2. Lisboa: Editorial do Ministério da Educação.
- Pink, Sarah. 2008. “Mobilising Visual Ethnography: Making Routes, Making Place and Making Images.” *Forum Qualitative Sozialforschung* 9 (nº3, Art. 36). <http://www.qualitative-research.net/index.php/fqs/article/view/1166/2581>.
- Pires, Rui Pena. 2002. “Mudanças na imigração: uma análise das estatísticas sobre a população estrangeira em Portugal, 1998-2001.” *Sociologia, Problemas e Práticas* (39): 151–66. Disponível em:
http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0873-65292002000200008&lng=pt&nrm=iso.
- Portes, Alejandro. 2004. “El transnacionalismo de los inmigrantes: Convergencias teóricas y evidencia empírica a partir del estudio de los colombianos, dominicanos y salvadoreños en Estados Unidos.” In *El desarrollo futuro de America Latina: Neoliberalismo, Clases Sociales y Transnacionalismo*, 1era ed., 173–97. Colección en Clave del Sur. Bogotá, D.C. Colombia: ILSA. Disponível em: <http://ilsa.org.co:81/node/96>.
- Postma, Metje, and Peter I. Crawford. 2006. “Introduction: Visual Ethnography and Anthropology.” In *Reflecting Visual Ethnography: Using the Camera in Anthropological Research*. Høbjerg: Leiden: CNWS Publications.
- Rea, Andrea, and Maryse Tripier. 2008a. *Sociologie de l’Immigration*. Paris, France: La Découverte.
- . 2008b. *Sociologie de l’Immigration*. La Découverte.
- . 2008c. *Sociologie de l’Immigration*. La Découverte.
- Redman, Peter. 2000. “Introduction.” In *Identity: a reader*, edited by Paul du Gay, Jessica Evans, and Peter Redman, 9–14. Great Britain: Sage Publications Ltd.
- Rego, Conceição, Maria Filomena Mendes, José Rebelo, and Graça Magalhães. 2010. “Perfil dos imigrantes em Portugal: por países de origem e regiões de destino.” *Revista Portuguesa de Estudos Regionais* (nº24): 17–39. Disponível em:
<http://www.apdr.pt/siteRPER/PT/revista.html>.
- Renov, Michael. 1993. “Toward a Poetics of Documentary.” In *Theorizing Documentary*, edited by Michael Renov, 12–36. New York: Routledge.
- Ruby, Jay. 1975. “Is an Ethnographic Film a Filmic Ethnography?” *STUDIES in the anthropology of Visual Communication* 2 (2): 104–11. Disponível em:
<http://astro.temple.edu/~ruby/ruby/is.html>.
- Santos, José Rebelo dos, Maria Filomena Mendes, and Maria da Graça Magalhães. 2009. “Imigrantes cabo-verdianos em Portugal: integração e sua percepção em relação aos portugueses.” In *Iº Congresso de Desenvolvimento Regional de Cabo Verde*, 26. Praia, Cabo Verde: Universidade Jean Piaget. Disponível em:
<http://www.apdr.pt/congresso/2009/pdf/Sess%C3%A3o%2036/136A.pdf>.
- Santos, José Rebelo dos, Maria Filomena Mendes, and Conceição Peixe Rego. 2012. “A Imigração Africana em Portugal nos últimos vinte anos: oportunidades e ameaças no mercado de trabalho.” In *VII Congresso Português de Sociologia*, 10. Porto, Portugal:

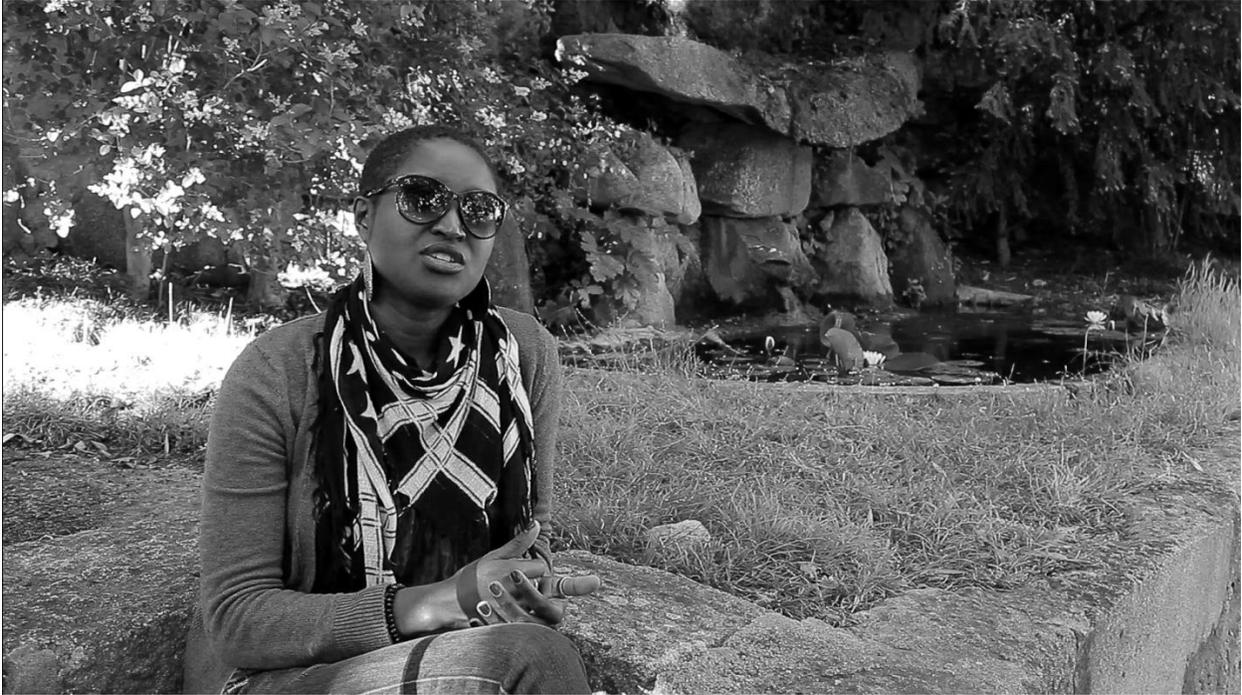
- Universidade do Porto. Disponível em:
http://www.aps.pt/vii_congresso/papers/finais/PAP0881_ed.pdf.
- Santos, Nelson Lima, and Luísa Faria. 2007. “Imigrantes Negros dos PALOP Africanos em Portugal: Auto-Percepções e Percepções de Características Sócio-Profissionais.” *Revista Antropológicas* (nº10): 257–83. Disponível em:
<http://revistas.rcaap.pt/antropologicas/article/view/72/52>.
- Sassen, Saskia. 2005. “Regulating Immigration in a Global Age: A New Policy Landscape.” *Parallax* 11 (nº1): 35–45. doi:10.1080/1353464052000321083. Disponível em:
<http://www.saskiasassen.com/PDFs/publications/Regulating-Immigration-in-a-Global-Age.pdf>.
- . 2006. “Europe’s Migrations: The numbers and the Passions are Not New.” *Third Text* 20 (nº6): 635–45. doi:DOI: 10.1080/09528820601068658. Disponível em:
<http://www.saskiasassen.com/PDFs/publications/Europes-Migrations.pdf>.
- Schwartz, Dona. 1989. “Visual ethnography: Using photography in qualitative research.” *Qualitative Sociology* 12 (2). Disponível em:
http://web.cityu.edu.hk/sm6324/Schwartz_VisualEthno_using-photography.pdf.
- Segall, Marshall H. 2002. “Why is There Still Racism if There is No Such Thing as ‘Race’?” *Online Readings in Psychology and Culture* 5 (1). Disponível em:
<http://dx.doi.org/10.9707/2307-0919.1045>.
- Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. 2012b. “Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo - 2012”. SEF/Gabinete de Estudos, Planeamento e. Disponível em:
<http://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa%202012.pdf>.
- . 2012a. “A imigração de Estudantes Internacionais para a União Europeia: O Caso Português”. Lisboa: SEF/REM. Disponível em:
http://rem.sef.pt/PagesPT/DocsPT/EstudosNacionais/2012_imigracao_estudantes.pdf.
- . 2000. “Relatório Estatístico Anual”. Portugal: MAI/SEF. Disponível em:
http://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa_2000.pdf.
- . 2008. “Organização das Políticas de Asilo e Imigração em Portugal”. Portugal: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF). Disponível em:
<http://www.sef.pt/documentos/56/AOrgPolAsiloImigemPortugal.pdf#1>.
- . 2011. “Relatório Anual de Política 2010”. Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF). Disponível em: http://rem.sef.pt/PagesPT/DocsPT/RelatPoliticos/2010_RelAnualPol.pdf.
- Silva, Inácio Mota da. 2004. “A integração social dos imigrantes: uma política inovadora.” In *Imigração e Mercado de Trabalho*, 2ª ed., 25–33. Cadernos Sociedade e Trabalho 2. Lisboa: Editorial do Ministério da Educação.
- Spring, Miriam. 2001. “Current Issues in Cross-Cultural Psychology: Research Topics, Applications, and Perspectives”. Germany: Institute of Psychology. University of Heidelberg. Disponível em: http://www.psychologie.uni-heidelberg.de/ae/allg_en/mitarb/ms/cross-cultural%20psy.pdf.
- Tolentino, Nancy Curado. 2009. “Migrações, remessas e desenvolvimento: O caso Africano”. Working Paper nº09. Lisboa: SOCIUS, CENTRO DE INVESTIGAÇÃO EM SOCIOLOGIA ECONÓMICA E DAS ORGANIZAÇÕES. Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa. Disponível em:
http://pascal.iseg.utl.pt/~socius/publicacoes/wp/WP_9_2009.pdf.

- Velasco, Juan Carlos. 2009. "Transnacionalismo migratorio y ciudadanía en mutación." *Claves de Razón Práctica* (197): 32–41. Disponível em: <http://digital.csic.es/handle/10261/19107>.
- Vitorino, António. 2004. "Imigração para trabalho." In *Imigração e Mercado de Trabalho*, 2^a ed., 3–11. Cadernos Sociedade e Trabalho 2. Lisboa: Editorial do Ministério da Educação.
- Wang, Qi. 2011. "Autobiographical Memory and Culture." *Online Readings in Psychology and Culture* 5 (2). <http://dx.doi.org/10.9707/2307-0919.1047>.
- Weizsacker, Jakob. 2006. "Une blue card europeenne - A European Blue Card Proposal." *Horizons stratégiques* 1 (1): 72–81. Disponível em: <http://www.cairn.info/revue-horizons-strategiques-2006-1-page-72.htm>.
- Wimmer, Andreas. 2008. "The Making and Unmaking of Ethnic Boundaries: A Multilevel Process Theory." *American Journal of Sociology* 113 (4): 970–1022. Disponível em: <http://www.princeton.edu/~awimmer/WimmerMakingUnmaking.pdf>.

ANEXO

Entrevistados (screenshots):

Artemisa



Edson



Fátima e Alice



Felizardo



Filomena



Florida



Lucas



José



Luísa



Martin



Mykleil



Nathali



Nelson



Maria (Nené)



Paulo

